

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PROPAGANDA POLÍTICA E CENSURA NO ESTADO NOVO EM  
PERNAMBUCO (1937-45)**

**RAFAEL PIRES ROCHA**

João Pessoa, agosto de 2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PROPAGANDA POLÍTICA E CENSURA NO ESTADO NOVO EM  
PERNAMBUCO (1937-45)

RAFAEL PIRES ROCHA

Orientadora: Profa. Dra. Monique Cittadino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

João Pessoa- PB  
2008

**Rocha, Rafael Pires**

**Propaganda política e censura no Estado Novo em Pernambuco (1937- 45) / Rafael Pires Rocha. – Recife : O Autor, 2008.**

**118 folhas : il., fig.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. História, 2008.**

**Inclui bibliografia e anexos**

**1. História política – Estado Novo (1937 - 45) – Pernambuco. 2. Propaganda política – Censura.**

**981.34  
981.061**

**CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

**UFPE  
BC - 2008**

Rafael Pires Rocha

Propaganda Política e Censura no Estado Novo em Pernambuco  
(1937-45)

Avaliado em \_\_\_\_\_ com média \_\_\_\_\_

Banca examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

---

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino  
Orientadora

---

Prof. Dra. Giselda Brito Silva  
Convidado externo

---

Prof.Dr. Elio Chaves Flores  
Convidado interno

Dedico este trabalho aos meus pais,  
Ferreira, Lourdinha e ao meu filho  
Caio, por todo o apoio e estímulo  
recebido durante esta jornada.

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que esta dissertação se realizasse, pois apesar de parecer um trabalho solitário ele se concretiza com o apoio e auxílio de pessoas que nos dão o suporte intelectual e emocional.

Os primeiros que merecem menções especiais são Ferreira e Lourdinha, meus pais, que sempre me deram apoio desde o momento da minha escolha profissional. Meu filho Caio, por todo o carinho e pela ausência durante esse tempo que estive pesquisando e estudando para concluir este trabalho. Aos meus irmãos Lana e Diego, meus sobrinhos Vinicius e Júlia. A Volite e Múcio, um médico apaixonado pela História.

A minha orientadora, professora Monique Cittadino, por toda a paciência e empenho durante todo o mestrado, sempre disposta a ajudar e trazendo suas importantes contribuições para este trabalho. Ao professor Élio Flores que esteve presente desde os primeiros momentos do mestrado, seja como diretor do Programa de Pós-Graduação ou como professor, membro das diversas bancas anteriores que tive que passar. Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB Raimundo Barroso, Cláudia Cury, Ariane Alves, Jonas (Zé das Emas) e Regina Célia. A Virgínia que além de secretária atuava como a “mãe” de todos os mestrados, ajudando-nos sempre que possível.

Também tiveram muita importância, nesses últimos dois anos, os meus amigos que também fizeram a pós-graduação. São pessoas dos mais diversos estados do Nordeste que vieram a João Pessoa, assim como eu, para realizar seus estudos e depois voltaram para seus lugares de origem. Cada qual encontra-se no seu lugar, mas a amizade e companheirismo ficam sempre. Em especial a Roni (Forrest Gump), Wagner, Juliana, Andreza, Adriano, Daniel, Padre Roberto, Eurico, Glaudionor e Ádamo. As idas à casa dos “meninos do Maranhão” onde conversávamos sobre os mais diversos assuntos, não serão esquecidas.

Porém, antes mesmo de ingressar na UFPB outras pessoas também tiveram papel importante na minha formação, como os professores da Universidade Católica de Pernambuco, em especial Giselda Brito Silva, que iniciou-me nas pesquisas e me deu

oportunidades nunca imaginadas a um “garoto” recém chegado a uma universidade. A José Ernani, o eterno mestre, Zeza, Sumaia, Glória, Luís Manoel, Suely e Hélia (*in memoriam*).

Durante o período de pesquisas muitas pessoas me auxiliaram, como Augusto César que me ajudou na realização das pesquisas durante o período da especialização; Gabriela Monteiro, por ter aberto mão de momentos na “cidade maravilhosa” para ir aos arquivos comigo; Marcília Gama por ter aberto os arquivos do DOPS-PE para mim, sempre me dando dicas e ajudando; Diana De Carli pela ajuda na confecção do Abstract.

Aos funcionários do Arquivo Nacional que me atenderam de uma forma surpreendentemente positiva quando estive no Rio de Janeiro, acelerando o tempo de procura para que eu pudesse pesquisar durante o tempo que estive lá.

A Zé Rocha, Aparecida, Tiago e Daniel, por ter me recebido em sua casa durante o período de estudo. Também gostaria de agradecer a outras pessoas que indiretamente caminharam comigo nesta jornada, como Cíntia, Ruy, Kilma, Xanda, Martin, Luciana, Serginho, Damata, Fabinho, Gabriela (Gabiru), Bianka, dentre tantos outros.

Por fim, gostaria de agradecer ao Colégio da Sagrada Família de Casa Forte por ter me dado apoio durante a realização dos meus estudos, assim como meus colegas de profissão, Simone, Ângela, Cristina, Goretti e Rosali. Ao Colégio Marista Champagnat do Recife, em especial a Eronice, Gilberto e Kilson.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS**

AIB- Ação Integralista Brasileira

AL- Aliança Liberal

ANL- Aliança Nacional Libertadora

APEJE/PE- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/Pernambuco

DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DEOPS- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS- Delegacia de Ordem Política e Social

FGV/CPDOC- Fundação Getúlio Vargas/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

## RESUMO

A presente dissertação, cujo título é “Propaganda Política e Censura aos Livros no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)”, tem como proposta central destacar a importância que a propaganda política e a censura aos livros adquiriram neste regime político autoritário, em especial no Estado de Pernambuco, destacando-se, desta forma, as repercussões das medidas adotadas em âmbito nacional para o espaço regional. No primeiro capítulo é analisada a propaganda política implementada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo e os diferentes níveis de atuação dessa propaganda, assim como o papel dos intelectuais na construção do pensamento autoritário. Nesta perspectiva, para compreensão da proposta político-ideológica em curso naquele período, destaca-se o conceito de cultura histórica, responsável pelo entendimento de diversos de seus componentes constitutivos. No segundo capítulo é discutido o conteúdo dos artigos e reportagens da Folha da Manhã, jornal de propriedade do interventor pernambucano Agamenon Magalhães, e que exercia o papel de órgão oficial de difusão da ideologia estadonovista em Pernambuco. A Folha da Manhã foi criada num período em que os jornais adquiriram uma importância muito grande, haja vista que eram veículos de informação, doutrinação e propaganda considerados imprescindíveis para a formação do sentimento social. O próprio interventor escrevia diariamente para este periódico e seus artigos abordavam os mais diversos temas, utilizando uma linguagem simples e direta, no sentido de ser acessível para os mais diversos públicos. No terceiro capítulo é analisada a censura aos livros no Brasil, e em especial em Pernambuco. O DEIP/PE era o órgão encarregado da censura no estado e a sua atuação dava-se a partir das orientações estabelecidas pelo DIP através de telegramas enviados para aquele órgão. A preocupação com a disseminação das idéias “subversivas” era considerada uma prioridade pelo DIP - DEIP/PE, e a censura foi uma das formas encontradas pelo governo para impedir a circulação destas idéias.

**Palavras-Chaves:** Propaganda Política, Censura, Estado Novo, Pernambuco

## ABSTRACT

This final paper is titled as “Propaganda and book censure during New State in Pernambuco”. Its main proposal is to highlight the importance of propaganda and book censure at this period of authoritarian political time, especially in Pernambuco. The first chapter will analyze the propaganda strategy done by the government of the president Getúlio Vargas during the New State period, its different ways of action as well as the role of intellectuals in building an authoritarian way of thinking. In the second chapter, it will be discussed the content of the articles from “Folha da Manhã” a newspaper owned by Agamenon Magalhães, which had the role of been the official spreading organ of the statism idealism in Pernambuco. The “Folha da Manhã” was created in a period when newspaper was becoming very important as it was the main way of mass communication, instruction, and advertisement, which were considered to be essential for a social knowledge formation. The very owner wrote daily articles to the newspaper and they were about different issues. He used very simple language in his articles so they could be accessed by different social levels. In the third chapter it will be analyzed the censure to the books in Brazil, especially in Pernambuco. The DEIP/PE was the responsible organ for censoring in the state and it took action only under the orientation of the DIP through telegrams sent by them. The spread of controversial ideas was the main concern and it was considered to be the priority by DIP – DIEP/PE. Censure in general, was one of the ways the government found to stop spreading these ideas.

**KEY-WORDS:** Propaganda, Censure, New State, Pernambuco

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAPÍTULO I: PENSAMENTO AUTORITÁRIO E PROPAGANDA POLÍTICA NO GOVERNO VARGAS</b>	
1.1 Intelectuais e pensamento autoritário.....	19
1.2 Comunismo e integralismo na visão oficial.....	23
1.2.1 Os comunistas.....	24
1.2.2 Os integralistas.....	32
1.3 Propaganda e controle social.....	38
<b>CAPÍTULO II: A FOLHA DA MANHÃ E A PROPAGANDA POLÍTICA EM PERNAMBUCO</b>	
2.1 Agamenon Magalhães e a política pernambucana.....	45
2.2 A Folha da Manhã e a propaganda política no Estado Novo.....	52
2.2.1. Elogios ao Estado Novo.....	55
2.2.2 Agamenon Magalhães: propaganda e doutrinação.....	61
2.2.3 Nacionalismo X Estrangeiros.....	67
2.2.4 As manifestações dos trabalhadores.....	72
2.2.5 José Campello.....	79
<b>CAPÍTULO III: A AÇÃO DA CENSURA EM PERNAMBUCO</b>	
3.1 O livro como disseminador de idéias “perigosas”.....	84
3.2 Um breve histórico da censura aos livros antes de 1930 .....	87
3.3 A atuação do DIP em Pernambuco.....	91
3.4 Censura aos impressos.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
ANEXOS.....	115

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação, cujo título é “Propaganda Política e Censura aos Livros no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)”, tem como proposta central destacar a importância que a propaganda política e a censura aos livros adquiriram neste regime político autoritário.

Após a implantação do Estado Novo, o Brasil entra em um período autoritário com uma forte centralização política. O modelo liberal de Estado era fortemente criticado por ser frágil e não conseguir realizar as necessidades de um Brasil que, segundo o discurso estadonovista, estava em processo de modernização.

Desde os primeiros momentos em que assume o poder, Getúlio Vargas procura construir um discurso, considerado por muitos historiadores como populista, colocando a figura de Vargas como sendo “o provedor para os bons filhos”, e um “pai severo” para aqueles que o desobedecessem. As obras sociais, especialmente as que se referem aos trabalhadores, eram sempre colocadas como uma doação pessoal do nosso “grande líder”, que percebendo as necessidades dos brasileiros, “doava” benefícios como as leis trabalhistas. Constituído, assim, o que ficou conhecido como o “mito da outorga”.

Os anos trinta, apesar das articulações cooptadoras do novo governo, acabaram marcados por grandes conflitos e desordens. O liberalismo político passou a ser considerado por diversos grupos (comunistas, integralistas, e dentre outros) como sendo um paradigma falido e que deveria ser substituído por outra forma de organização política. Os principais teóricos desse período eram os defensores do pensamento autoritário, a exemplo de Francisco Campos, Gustavo Barroso, José Campello, dentre outros, que defendiam um Estado forte, tal como se observava na Europa com os movimentos nazi-fascistas europeus.<sup>1</sup> A proposta deles era fazer do Brasil o país mais forte da América Latina. Algumas dessas propostas vinham dos integralistas que, sob a perspectiva do nacionalismo, defendiam um Brasil integral e forte.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 39.

Em Pernambuco, o Estado Novo vai ser implantado e dirigido pelo interventor pernambucano Agamenon Magalhães. Agamenon era considerado um exemplo a ser seguido pelos outros interventores brasileiros. Figura bem próxima a Getúlio Vargas, o interventor pernambucano vai se destacar na implantação e doutrinação das idéias desse novo regime.

Agamenon foi um dos principais ideólogos e construtores do Estado Novo, com uma alternância na participação política em nível federal e estadual, o que vai lhe conferir uma grande e incontestável importância na vida política do país. Mas Agamenon não foi só um grande articulador político, ele também exerceu, através do seu jornal Folha da Manhã, um grande papel de doutrinador, uma vez que nesse período autoritário as questões doutrinárias e ideológicas tinham uma relevância muito grande. Durante a sua interventoria, Agamenon Magalhães exclui do poder o grupo político que havia se instalado no poder após a Revolução de 1930. Sua perseguição a Carlos de Lima Cavalcanti evidencia essa exclusão.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, será discutida a propaganda política no Brasil durante o período de governo de Getúlio Vargas. Neste capítulo será mostrado um panorama nacional das idéias e da propaganda feita pelo governo nacional. Outro ponto de destaque é a atuação dos intelectuais dentro do Estado, pois é a partir de 1930 que os intelectuais passaram sistematicamente a direcionar para o âmbito desse Estado a sua atuação. Outro fator que merece destaque é a propaganda política que atuará como controladora social.

Os principais autores que dão suporte a este capítulo são: Graça Ataíde<sup>2</sup>, que faz uma análise da construção do pensamento autoritário no Brasil e a sua aplicação no Estado de Pernambuco, através da interventoria de Agamenon Magalhães; Raoul Girardet<sup>3</sup>, para a análise da construção do mito da conspiração, prática muito recorrente nos discursos estadonovistas, principalmente no que se refere à legitimação do novo regime; Mônica Velloso<sup>4</sup> e Maria Teresa Sadek<sup>5</sup>, na questão da importância dos

---

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>4</sup> VELLOSO, Mônica. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. *In*: GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

<sup>5</sup> SADEK, Maria Teresa A. **Machiavel, Machiavéis: a tragédia otaviana**. São Paulo: Símbolo, 1978.

intelectuais e a sua atuação dentro do Estado; Maria Helena Capelato<sup>6</sup> e Elisabeth Cancelli<sup>7</sup>, no que se refere à análise da propaganda política, seus métodos de atuação e seus objetivos para este regime autoritário. Serão utilizadas também algumas reportagens do Jornal Folha da Manhã, sobre a visão negativa que o governo Vargas procurava imprimir de alguns grupos sociais como, por exemplo, os comunistas e os integralistas.

No segundo capítulo, analisaremos a propaganda política e a doutrinação feitas no Estado de Pernambuco pela interventoria de Agamenon Magalhães, através do jornal Folha da Manhã, de propriedade do interventor pernambucano. A Folha da Manhã foi fundada em novembro de 1937, composta, em sua maioria por pessoas ligadas à administração estadual como, por exemplo, Nilo Pereira, Manuel Lubambo e Arthur de Moura.

Para se ter uma melhor uma idéia da propaganda e da doutrinação será feita uma análise do conteúdo das reportagens e dos artigos feitos sobre os temas mais recorrentes e de interesse do objetivo desta dissertação. Dentre esses temas temos os elogios ao estado novo, onde se procurava colocar este período como sendo de reorganização nacional e superação de um período de desorganização das nossas instituições ocorridas durante a República Velha. O próprio Agamenon Magalhães escrevia diariamente para o jornal, com seus artigos de linguagem direta e de fácil compreensão onde os mais diversos assuntos eram comentados pelo interventor pernambucano. Esses artigos iam desde política até coisas do cotidiano como, por exemplo, literatura, cinema, etc.

Neste capítulo utilizaremos como base as reportagens do Jornal “Folha da Manhã”, que circulou em Pernambuco durante o período do Estado Novo. É importante ressaltar que até a década de 1970, ainda era muito pequena a quantidade de trabalhos que utilizava como fontes jornais e revistas para o estudo da História do Brasil. Isso pode ser explicado por diversos fatores. O mais forte deles era o peso de certa tradição, que era dominante durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, associada a idéia de “busca da verdade dos fatos”, que, segundo esta tradição, pensava

---

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papyrus, 1998.

<sup>7</sup> CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ser atingível apenas por meio dos documentos. Para trazer “a luz os acontecidos”, os historiadores deveriam se afastar de quaisquer envolvimento com o seu objeto de estudo e sendo “senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”<sup>8</sup>. Desta forma, foi estabelecida uma hierarquia qualitativa dos documentos cuja ordem merecia atenção do pesquisador. Assim, os jornais e revistas eram considerados pouco adequados à pesquisa histórica, uma vez que essas fontes registros do presente, feitos sob o jogo de interesses, compromissos e paixões. Com isso em vez de “permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.

Na década de 1970, inspirados pela Nova História (que ampliou os campos metodológicos dos historiadores), diversos trabalhos são feitos utilizando como fontes esses periódicos ou eles como o próprio objeto de estudo. A produção de vários pesquisadores, formados segundo os padrões de exigências acadêmicas e que ocupavam lugar de destaque nas universidades utilizaram os jornais e revistas como fontes, à exemplo de Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde, outros historiadores irão se utilizar desses periódicos como Arnaldo Contier, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. Todos esses autores utilizam esses periódicos de uma forma crítica, observado os interesses através dos discursos que eram veiculados através desses jornais e revistas.<sup>9</sup>

No terceiro capítulo será analisada a censura sobre os impressos em Pernambuco. Essa “filtragem” deveria ser feita para tentar impedir que as idéias “subversivas” encontrassem espaço para se desenvolver. Em Pernambuco o órgão que ficava encarregado dessa censura era o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP-PE), chefiado por Nilo Pereira.

Neste capítulo utilizaremos como base os seguintes autores: Roger Chartier<sup>10</sup>, que faz uma análise da censura aos livros e a relação entre os autores e as

---

<sup>8</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111 e 112.

<sup>9</sup> Idem, p. 118.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



suas idéias, no contexto de regimes que buscavam censurá-las; Anita Novisky<sup>11</sup>, como a relação entre a censura e os regimes autoritários e a censura; e Fernando Báez<sup>12</sup>, para a destruição dos livros em diversos períodos da história mundial, que pode ser utilizado para o contexto brasileiro, e, no caso particular desta dissertação, em Pernambuco.

Como fontes primárias serão utilizadas os prontuários funcionais do DIP, DEIP-PE e do DOPS, além de documentos pesquisados no CPDOC-FGV. Essas fontes são importantes porque contém telegramas, cartas e autos policiais que realizaram a censura, no Estado de Pernambuco, durante o Estado Novo. Nesses documentos, constam listas de livros que foram proibidos de circular neste período, em alguns casos o motivo da sua proibição, a quantidade, o preço e a livrarias ou casas editoras na qual foram apreendidas. Em alguns desses documentos, são citadas algumas revistas e jornais que pediam a liberação de circulação que era concedido pelo DIP/DEIP-PE. No arquivo do CPDOC, foram encontradas cartas entre o governo Pernambucano e o governo federal que demonstravam a preocupação com a penetração de idéias subversivas através dos impressos.

Com esses três capítulos tentar-se-á construir uma relação entre as idéias que eram produzidas e divulgadas pelo governo nacional e reproduzidas pela interventoria de Agamenon Magalhães, em Pernambuco, com a censura àquelas idéias que circulavam através dos impressos e que não fossem de interesse desses governos, por quaisquer motivos.

---

<sup>11</sup> NOVINSKY, Anita. **Os regimes totalitários e a censura**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

<sup>12</sup> BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

## CAPÍTULO 1

### PENSAMENTO AUTORITÁRIO E A PROPAGANDA POLÍTICA NO GOVERNO VARGAS

*"Mas compreender não significa aceitar"*  
Isaiah Berlin

Durante a Era Vargas (1930-45), houve um grande cerceamento da liberdade de expressão, no qual o controle social era de extrema importância para a instauração da "nova ordem" que seria implantada por Getúlio Vargas e seus colaboradores em todos os estados brasileiros.

Após a queda da República Velha, com a chamada Revolução de 1930, implantou-se no Brasil uma "nova ordem", cuja proposta central era erradicar as mazelas políticas e sociais do período anterior. A base discursiva que dava suporte às novas práticas eram pronunciamentos de modernização do país, já que tudo o que fosse ligado à antiga República era considerado arcaico, apresentando o movimento de 1930 sob um caráter inovador que traria o progresso para o Brasil.<sup>13</sup>

Procurando atender às principais críticas da sociedade contra o antigo regime das oligarquias, o novo presidente, Getúlio Vargas, afirmava projetos de modernização de vários setores, dentre os quais estava a economia que deveria passar a ser controlada pelo Estado de cunho fortemente nacionalista. É sob a bandeira do nacionalismo que o Brasil, durante a Era Vargas, constrói todos os seus discursos de transição da economia agroexportadora para a industrial urbana. O que leva alguns historiadores a afirmar que esse período constitui a “revolução burguesa no Brasil”, a exemplo de Décio Saes e Octavio Ianni.<sup>14</sup>

É importante salientar que, a despeito das críticas às abordagens personalísticas, que colocam Vargas como figura de importância exacerbada e muitas

---

<sup>13</sup> LEVINE, Robert, **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>14</sup> SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-91)**. São Paulo: Paz e Terra, 1984 e IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

vezes apresentando sua vontade própria como sendo o motor dos acontecimentos, não se pode negar o forte poder de influência de Getúlio Vargas nesse novo contexto, a partir do qual se passa a construir uma imagem de grande líder que prometia guiar a nação para um novo tempo. Desde os primeiros momentos de seu poder político, Getúlio Vargas investiu num discurso populista, colocando-se sempre como “o provedor para os bons filhos”, e um “pai severo” para aqueles que o desobedecessem. As benfeitorias sociais, especialmente aos trabalhadores, eram sempre colocadas como uma doação pessoal do nosso “grande líder”, que percebendo as necessidades dos brasileiros, “doava” benefícios como as leis trabalhistas<sup>15</sup>.

Os anos trinta, apesar das articulações cooptadoras do novo governo, acabaram marcados por grandes conflitos e desordens. A liberal-democracia era constantemente criticada por diversos grupos. Comunistas, integralistas e centristas apontavam a desordem como um grande mal do período. Em meio às críticas, o liberalismo passou a ser considerado um paradigma falido, que havia levado a nação a um estágio de desajustes econômicos, políticos e sociais, e que necessitava ser reparado com urgência para evitar um declínio ainda maior do país. Os principais teóricos desse período eram os defensores do pensamento autoritário, a exemplo de Francisco Campos, Gustavo Barroso, José Campello, dentre outros, que defendiam um Estado forte, tal como se observava na Europa com os movimentos nazi-fascistas europeus.<sup>16</sup> A proposta deles era fazer do Brasil o país mais forte da América Latina. Algumas dessas propostas vinham dos integralistas que, sob a perspectiva do nacionalismo, defendiam um Brasil Integral e forte.

É consenso entre os historiadores a forte propaganda nazi-fascista dos principais jornais que circulavam no país. Quase sempre era possível observar que os jornais brasileiros deste período não deixavam de elogiar principalmente o modelo hitlerista de governo, enaltecendo o seu sistema econômico, político e educativo, pautado no autoritarismo do Estado alemão, que controlava fortemente todos esses setores da sociedade inserida no “glorioso” Terceiro Reich.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Bontempo Editorial, 1999. Outros autores que também analisam o “mito da outorga são: GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; LEVINE, op. cit. 2001.

<sup>16</sup> ALMEIDA, 2003, op. cit. p, 39.

<sup>17</sup> Idem, p 223.

Para nossos objetivos, a principal consequência da influência desses regimes autoritários europeus foi o desenvolvimento de um pensamento autoritário e repressor no Brasil, sustentado por discursos que legitimavam a adoção de práticas de censura e controle sobre a sociedade. Tais práticas estavam a cargo de uma polícia política que se instituiu com o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).

O advento do Estado Novo, em 1937, frustra as expectativas de uma democracia nos moldes liberais no Brasil, já que no ano de 1938 haveria eleições secretas e diretas no país e a repressão política institucionaliza-se, atingindo vários setores da sociedade. Essa repressão atingiu tanto a esquerda política da nação como a direita, conhecida como Ação Integralista Brasileira, que, a despeito da apontada aliança política com o governo, também foi vítima da vigilância e do controle da polícia política.<sup>18</sup>

As atitudes e medidas tomadas por Vargas, podem ser interpretadas a partir do conceito de “mito da conspiração” desenvolvido por Raou Girardet<sup>19</sup>. Ele nos mostra como esses mitos conspiratórios são criados e quais as suas características. Isso fica claro quando ele analisa três narrativas: a do mito da conspiração judaica, jesuítica e maçônica. Geralmente esses mitos vêm acompanhados de alguns pontos em comum como o “anúncio de um plano metódico, rigorosamente articulado, de conquista e de sujeição”<sup>20</sup>. Os conspiradores não exitam em utilizar os mais diversos ambientes, como o econômico, o político, o social e o religioso, para atingir os seus fins, passando por “especulações financeiras, o açambarcamento do poder governamental e da apropriação dos meios de educação e formação”.

Os três tipos de mitologia do complô têm como princípio fundamental a Organização. O segredo é uma característica dessas organizações, estando seus cúmplices ligados uns aos outros por um juramento de silêncio e quem ousar traí-los será, inevitavelmente, castigado. Seriam eles, segundo Girardet, “adestrados por uma verdadeira pedagogia do segredo, os homens do complô serão antes de tudo ‘instruídos a esconder-se’”.<sup>21</sup> Os participantes desse complô aprendem diversas estratégias como a corrupção, a degradação dos costumes, das tradições e dos valores morais. Ainda para

---

<sup>18</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>19</sup> GIRARDET, 1987, op. cit. p. 25.

<sup>20</sup> Idem, p. 26.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 34.

estes, a criança seria o grande alvo a ser atingido, não somente através de sua inteligência e hábitos de pensar, mas ainda, através de estímulos gradativos a mudanças em suas concepções de bem e de mal, levando-as a repudiarem suas concepções anteriores.

As atitudes e discursos de Getúlio Vargas podem ser analisados a partir deste mito da conspiração. Ele estava sempre pregando uma iminente "contra-revolução", que entravava o crescimento deste "novo Brasil" que estava sendo implantado por ele. Logo após a tomada do poder, em 1930, ele acusava os representantes do antigo governo de tramarem a retomada do poder; acusava os comunistas de conspiração armada; acusava os integralistas de promoverem a desordem em seus conflitos com os comunistas; etc. De todos estes potenciais inimigos, os principais acusados pelos discursos varguistas foram os comunistas que eram responsabilizados por pretenderem entregar o Brasil aos soviéticos.

A esquerda (comunistas e anarquistas) foi, durante este período, o principal alvo das censuras e das perseguições feitas pelo DOPS, sendo considerada o principal inimigo do país, tendo que ser combatida com toda força que o Estado dispusesse. Conforme já dissemos, os comunistas, em especial, tiveram um papel de destaque no discurso repressor de Vargas, que os colocava como uma *ideologia exótica*, atéia, contra a família e principalmente atentadora contra a pátria, causando sempre a desordem no país, devendo, por isso, serem extirpados a qualquer custo da sociedade brasileira. É interessante lembrar que, após a implantação do Estado Novo, também os integralistas passam a ser chamados de exóticos, porque representariam, pelos novos discursos do governo, a imitação do exterior na nação, já que muitas de suas idéias e rituais tinham sido inspiradas no fascismo europeu.

Conforme foi exposto, esse foi um contexto de grandes conflitos ideológicos: ascensão da Aliança Liberal, do comunismo, do integralismo e de questões regionais colocadas pelas dificuldades das antigas oligarquias retiradas do poder com a revolução de 30. Para nossos objetivos, é interessante lembrar que foi nesse contexto que se disseminaram idéias autoritárias, que serviram de base para a repressão no Estado Novo. Para ampliar a visão desse contexto e dessas práticas, aprofundaremos nos próximos itens alguns aspectos relativos ao pensamento autoritário e à propaganda que deram suporte à Era Vargas.

## 1.1 Os Intelectuais e o pensamento autoritário

A relação entre o sistema de poder e os intelectuais é bastante complexa, já que ao longo da história os intelectuais, com muita frequência, atribuíam a si próprios a função de agentes da consciência e do discurso. Aqui no Brasil, segundo Mônica Velloso, “a nossa estrutura patriarcal e autoritária e a própria condição de país periférico acabaram por reforçar ao extremo esse tipo de prática”<sup>22</sup>. Desta forma, o ideal de representação, o falar por aqueles que não tinham a capacidade de discernimento e expressão, foi muito utilizado pelo intelectual brasileiro. Ele, muitas vezes, sentindo-se uma consciência privilegiada do nacional, constantemente abraçou para si o papel de guia e condutor.

As nossas elites intelectuais marcaram presença no cenário político nos momentos de crises e mudanças históricas mais profundas, procuraram defender o direito de interferência no processo de organização do Brasil. Isso não é uma novidade, pois logo depois da Independência, quando ainda estava em processo de construção da recém criada nação, os intelectuais colocaram-se como verdadeiros guias, inspirados, principalmente, pela idéia nacional. Desta forma, os escritores românticos pensavam ter uma missão sagrada que era a de criar um “temário nacionalista”, que tinha como objetivo a autovalorização do país.<sup>23</sup>

Já durante a passagem do Império para a República, os intelectuais voltaram a atribuir para si o papel de condutor do processo de modernização da sociedade Brasileira. Ainda segundo Mônica Velloso, “eles apareceram como verdadeiros ‘mosqueteiros intelectuais’, que, munidos do instrumental cientificista, buscaram remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos”.<sup>24</sup>

Mas é a partir de 1930 que os intelectuais procuram passar sistematicamente a direcionar para o âmbito do Estado a sua atuação, tendendo a identificá-lo como uma representação maior da idéia de nação. Eles identificavam a sociedade civil como um corpo cheio de conflitos, indefeso e dividido, cabendo ao Estado, na concepção destes

---

<sup>22</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. A construção da nacionalidade: os intelectuais e o poder. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional- estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2.

<sup>23</sup> Idem, p. 147.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 148.

intelectuais, a corporificação da idéia de unidade, organização e ordem. Deste modo, o Estado é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar de uma forma harmônica todo o organismo social. Mesmo com as mais diversas propostas de organização apresentada por esses intelectuais durante as décadas de 1920 e 1930 como, por exemplo, jurídica (Francisco Campos), econômica (Azevedo Amaral) e espiritual (Jackson Figueiredo), todas elas convergem para um mesmo ponto que seria o autoritarismo e a desmobilização social.<sup>25</sup>

Durante o Estado Novo, esse tipo de pensamento autoritário que confere o poder máximo da organização social ao Estado, vai adquirir formas mais definidas. As elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, passaram a criar a imagem de que o Estado deveria ser identificado como o principal centro da nacionalidade brasileira. E, simultaneamente, o Estado atribui ao intelectual a missão de ser o representante da consciência nacional. Há uma modificação na atuação do intelectual que sai da “torre de marfim para a arena política” e o trabalho desse intelectual, agora sob o domínio do Estado, deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, o presidente Getúlio Vargas demonstra bem essa nova concepção de intelectual ao afirmar que o intelectual ficava isolado da sociedade ao se enclausurar na sua “torre de marfim”. Seguindo esta linha, o discurso dos ideólogos do Estado Novo constrói uma nova concepção de intelectual que buscava acabar com as fronteiras entre os “homens das letras” e os “homens políticos”. Desta forma, realizava-se uma simbiose entre os intelectuais e a política, mudando de uma relação conflituosa para uma relação harmônica.<sup>26</sup>

O tipo de doutrina que o Estado Novo procurava desenvolver realizava um corte histórico no tempo e mostrava que o presente tinha como objetivo corrigir os erros do passado. Isso torna muito comum o uso de expressões como “Estado Novo”, “Brasil novo”, “nova ordem”, dentre outros, que procurava dar uma conotação de um novo regime que tinha como objetivo principal a redenção que só teria sentido porque havia sucedido um período de desordem, caos e desajuste. Nesse caso o liberalismo seria a personificação desse mal, com um grande desastre para a nacionalidade brasileira, já que seria uma ideologia exótica. Foi a partir da condenação à matriz

---

<sup>25</sup> SADEK, 1978, op. cit. p. 90.

<sup>26</sup> Idem, p. 153,154.

liberal que os doutrinadores do regime procuravam explicar todas as mazelas que caíram sobre o Brasil.<sup>27</sup>

Esse discurso antiliberal foi que fundamentou o novo papel dado ao intelectual. No Estado liberal era perfeitamente compreensível que o intelectual fosse inimigo do Estado, uma vez que este não representava o verdadeiro Brasil. Já no Estado Novo, esse fato não ocorreria mais, pois este Estado havia se transformado no tutor da intelectualidade ao se identificar com as forças sociais. Isso leva a um raciocínio de que a partir do momento que o Estado tem uma presença maior em todas as esferas sociais, não existem motivos para o intelectual manter a posição anterior de opositor ou de entrar para a marginalidade. Há uma mudança clara de posicionamento na visão estadonovista dos intelectuais uma vez que ele deveria se converter em um fiel colaborador desse novo Estado, passado a ter, agora, um dever para com a pátria. Olavo Bilac era constantemente lembrado nesse sentido, uma vez que era um intelectual que havia colocado a arte e a cultura a serviço da Nação.<sup>28</sup>

Um dos grandes ideólogos do Estado Novo, Azevedo Amaral, fez uma distinção entre os intelectuais e o conjunto da sociedade, procurando demonstrar que os intelectuais são mais indicados para colaborar com o governo devido a sua capacidade de organização e de ordem. Segundo Azevedo Amaral, isso acontecia porque os intelectuais trabalhavam com as idéias, baseando seus argumentos na filosofia e na história; já as pessoas que se dedicavam a outras atividades recorriam às emoções, o que gerava a transmissão das suas idéias em “tons panfletários”. Nas propostas que eram organizadas e difundidas pelos intelectuais, Amaral percebia um maior estímulo “à reflexão, à ordem e à inteligência”<sup>29</sup>, na medida em que nas dos não-intelectuais, havia uma grande incitação à violência que despertava nas massas “paixões sociais perigosas” à condução de um processo político. Seguindo esse raciocínio, ele defende “uma liberdade de expressão de acordo com a capacidade mental e cultural de cada um”. Fica claro desta forma que a liberdade de expressão ficaria limitada aos que eram, segundo ele, mais “bem-dotados”, ou seja, as elites políticas e os intelectuais. Essa visão da função do intelectual fica claro no trecho abaixo, escrito por Azevedo Amaral:

---

<sup>27</sup> VELLOSO, 1982, op. cit. p. 83.

<sup>28</sup> VELLOSO, 2003, op. cit., p. 155.

<sup>29</sup> Idem, p. 156.



“Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas sob a forma clara e compreensiva o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim, a elite cultural do país tornou-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena.”<sup>30</sup>

Nilo Pereira<sup>31</sup> (secretário de educação da interventoria de Agamenon Magalhães, 1937-45) fez uma análise das idéias políticas que circulavam no Brasil e em Pernambuco durante a década de 1930. No seu livro sobre a história da Faculdade de Direito do Recife, ele expõe as idéias que eram debatidas pelos estudantes. Esses estudantes pernambucanos, segundo o ex-secretário de educação, acompanhavam atentamente a evolução do pensamento político brasileiro, uma vez que a Revolução de 1930 havia modificado a indiferença dos brasileiros com relação ao debate de idéias.

O nacionalismo havia sido, ainda segundo Nilo Pereira, uma das conseqüências dessa nova realidade que estava sendo vivenciada pelos brasileiros. A crítica política aos padrões estabelecidos pela República Velha e a inquietação diante do panorama que o mundo estava vivenciando tinham uma forte repercussão nas faculdades e universidades por todo Brasil. Segundo Nilo Pereira, logo depois do movimento de 1930, a mocidade das escolas superiores procurava outros rumos, pois sentia que era preciso mais do que uma mudança de governantes, já que se fazia necessário mudar as estruturas para criar o modelo que correspondesse ao Brasil que “amanhecia renovado” e ao mundo que estava se recuperando da Primeira Guerra Mundial.<sup>32</sup> Diante deste panorama desanimador, Nilo Pereira viu no nacionalismo brasileiro uma fonte de inspiração e de renovação. É neste momento que voltou à cena Alberto Torres, pensador político que tomou em grande parte a atenção dos intelectuais brasileiros. Para o ex-secretário de educação, devido às insatisfações da juventude brasileira, Alberto Torres vai ter mais importância do que outros intelectuais como, por exemplo, Oliveira Vianna. Segundo Nilo Pereira, Torres conseguiu construir uma ideologia política que fosse brasileira e não uma imitação de idéias estrangeiras, o que

---

<sup>30</sup> AMARAL, Azevedo. In: VELLOSO, 2003, op. cit., p. 156.

<sup>31</sup> PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977)**: ensaio biográfico. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1997. Volume 1, p. 228.

<sup>32</sup> Idem, p. 229.

não aconteceu, por exemplo, com Plínio Salgado, que embora tivesse começado a defender um nacionalismo parecido com o de Alberto Torres, terminou imitando com o seu Integralismo o modelo fascista italiano.

A influência da juventude católica era muito forte nesse período. O Boletim da Ação Universitária Católica, que circulava neste período, refletia, para Nilo Pereira, a inquietação do espírito moderno: o lugar que se destinava à religião. Esse era um apostolado intelectual que era irradiado do Rio de Janeiro pela atividade de “um convertido” que estava apontando uma sociedade marcada pela injustiça e mostrava o caminho da renovação espiritual e cristã. Esse intelectual era Tristão de Athayde. Foi muito forte a influência de Tristão de Athayde sobre essa geração, que via nele o escritor e o líder católico de maior revelação do catolicismo atuante, que mostrava aos estudantes novos horizontes ao período do pós-guerra. Nilo Pereira afirma que, “lendo-se, hoje, esse Boletim, nele vê-se o que uma geração que se aquietava na Certeza podia dizer à outra, já então apegada a exotismos políticos que surgiam como a promessa de novos paraísos”. O Boletim reunia principalmente a geração que pertencia à Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, dirigida por um padre vindo de Gôa, Padre Antônio Fernandes, cujo apostolado, segundo Nilo Pereira, “não falta quem reclame ainda hoje como necessário às afirmações da Verdade, que vão sendo distorcidas pela crise da Igreja, neste fim de século”.<sup>33</sup>

Esses pensadores citados acima é que vão servir com base das idéias autoritárias que irão circular na década de 1930 e irão encontrar seu ápice durante a instalação do estado Novo. Boa parte dos colaboradores do novo regime, instalado em 1937, saíram da Faculdade de Direito do Recife que era um centro irradiador das idéias políticas que eram discutidas nesse período. O próprio Nilo Pereira foi aluno da Faculdade de Direito do Recife, onde se formou bacharel no início da década de 1930.

## **1.2 Comunismo e integralismo na visão oficial**

Durante a Era Vargas (1930-1945), desenvolveram-se forças políticas de cunho ideológico bastante diversos uns dos outros, mas as mais importantes foram os comunistas que tinham sua matriz no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 255, 256.

integralistas que tinham a sua raiz na Ação Integralista Brasileira (AIB). Apesar de não terem sido as únicas forças políticas da época, elas representam as mais significativas e de grande influência dentro da política brasileira.

Os comunistas faziam parte da oposição ao regime varguista; já os integralistas eram considerados um grupo de apoio ao governo de Vargas na luta anti-comunista, sendo muitas vezes apontados como o seu braço nas ruas na perseguição aos comunistas. A implantação do Estado Novo e os decretos de proibição de todos os partidos políticos, inclusive os integralistas, no entanto, desconstroem essa idéia de união entre integralistas e governo, apesar de alguns ex-integralistas serem incorporados ao novo regime. Para termos uma melhor compreensão das forças políticas desse período, a seguir, estaremos expondo alguns dados sobre esses dois grupos, tão opostos, conforme veremos.

### 1.2.1 Os comunistas

É importante frisar que durante a República Velha não existiram, no Brasil, partidos políticos nacionais com plataformas programáticas e pressupostos ideológicos definidos, o que só viria a acontecer após 1945. Até esta data, o único que se encaixava na concepção de partido foi o Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>34</sup>.

Os comunistas foram alvo de diversas perseguições desde a criação do Partido, em 25 de março de 1922, até a década de 1980. Eles eram considerados os principais inimigos do país, com casos de membros desse partido sendo colocados na ilegalidade no mesmo ano de sua fundação, em decorrência da decretação do estado de sítio, pelo Governo Federal, após a Revolta Tenentista em julho daquele ano. Este partido teve um período de legalidade muito curto, já que durou poucos meses, restando aos seus membros atuar, na maior parte de sua história, na clandestinidade.<sup>35</sup> Quando a

---

<sup>34</sup> VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In FERREIRA; DELGADO, (ogrs.), 2003, op. cit. p. 66.

<sup>35</sup> HOEDEL, Hiran. *et. al.* **PCB: oitenta anos de luta**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002, p.20.

Revolução de 1930 aconteceu, o PCB não a apoiou por achar que ela não traria ao Brasil as mudanças profundas em nossa sociedade<sup>36</sup>.

O PCB, cuja influência sobre o operariado brasileiro vinha crescendo, posicionou-se contra o Governo Provisório (1930-34). Outra orientação seguida pelos comunistas era a de organização de uma frente única de combate ao imperialismo e também contra os fascistas, que desde 1932 estavam organizados em torno da Ação Integralista Brasileira (AIB). A repressão à qual eles foram submetidos foi uma constante, sendo feita inclusive pelos integralistas que, armados, combatiam os comunistas nas ruas.<sup>37</sup>

A união das forças antifascistas contribuiu para fortalecer a linha política de frente ampla que culminou na criação de um novo órgão de combate aos fascistas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em 1 de março de 1935, tendo como presidente de honra o militante comunista mais conhecido no Brasil, Luiz Carlos Prestes (que ficaria conhecido como "*o Cavaleiro da Esperança*") que voltara do exílio na URSS.<sup>38</sup>

Apesar de caber a Prestes a presidência da ANL, esta não era composta somente por comunistas. Ela se dizia “uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a Liberdade e a Emancipação Nacional e Social do Brasil”, congregando várias outras correntes ideológicas, já que a proposta do movimento era a aglutinação de forças antifascistas. Ela reuniu a sua volta diversos grupos políticos, associações culturais, femininas, estudantis, etc.<sup>39</sup>

O crescimento da ANL foi surpreendentemente rápido, causando, no governo, um certo temor. Era corrente a tentativa governamental de associar esse grupo ao PCB, procurando, desta forma, isolar a frente antifascista e combatê-la com mais eficácia. A reação por parte do Estado e dos grupos ideológicos que o apoiavam não tardou a acontecer: em 4 de abril de 1935 foi decretada a Lei de Segurança Nacional que restringia as liberdades civis. Dando prosseguimento à reação contra esse grupo, em 12 de julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora foi colocada na ilegalidade, acusada de estar planejando um golpe de estado para implantar uma república soviética

---

<sup>36</sup> VIANNA, 2003, op. cit. p. 71.

<sup>37</sup> HOEDEL, 2002, op. cit. p. 19.

<sup>38</sup> Idem, p. 26.

<sup>39</sup> VIANNA, 2003, op. cit. p. 80, 81.

aqui no Brasil<sup>40</sup>. Após o levante militar, também conhecido como “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, eles passaram a ser perseguidos de forma ainda mais forte, sendo muitos militantes presos e muitos deles torturados nas prisões. A perseguição foi tão grande que muitas pessoas eram presas sem mesmo existir acusação formal contra elas.<sup>41</sup>

A existência de um partido comunista no Brasil levou a um fenômeno que teve o seu auge na década de 1930 e 1940, sendo este fenômeno o anticomunismo. O anticomunismo não era exclusividade do Brasil, existia em países europeus, principalmente os de governo fascista, como a Itália e a Alemanha. Apesar do anticomunismo ser tratado de forma homogênea, temos três matrizes principais, sendo elas o Cristianismo, mais especificamente o catolicismo, o Nacionalismo e o Liberalismo. É possível notar que muitas vezes estas três correntes se uniam para combater esse inimigo comum, mas, observadas individualmente, nota-se que existiam algumas diferenças entre elas, o que será visto agora.<sup>42</sup>

A primeira corrente do anticomunismo a ser observada foi o catolicismo. A Igreja Católica se constituiu na instituição não estatal que mais combateu os comunistas ao longo do século XX, sendo os comunistas um inimigo irreconciliável da Igreja, visto muitas vezes como uma ameaça à própria sobrevivência da instituição. Para a Igreja, a única forma de sobrevivência era através das lutas contra os “inimigos vermelhos” considerados os inimigos de Deus.<sup>43</sup>

Para os intelectuais católicos, o comunismo era um desdobramento das transformações do período das Reformas Religiosas, movidas pelo desejo de acabar com a "verdadeira" Igreja e com os ensinamentos que provinham desta instituição, considerada por eles, fundada pelo próprio Jesus. Uma das interpretações que os católicos faziam era de que o comunismo representava uma etapa de eterna luta do "bem" contra o "mal", sendo Satanás o grande motor desse mal. O comunismo também deveria ser combatido, segundo eles, por ser considerado uma ideologia atéia, ou seja, que negava Deus. Os comunistas sofreram críticas e perseguições dos católicos desde a

---

<sup>40</sup> HOEDEL, 2002, op. cit. p. 27.

<sup>41</sup> Idem, p. 29.

<sup>42</sup> Utilizamos aqui a divisão estabelecida por Rodrigo Patto Sá Motta, que divide o anticomunismo em três matrizes principais o Catolicismo, o Nacionalismo e o Liberalismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

<sup>43</sup> Idem, p. 18.

suas origens, sendo considerado um dos piores inimigos, como podemos ver na afirmação do Padre J. Cabral:

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora- o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência<sup>44</sup>

O avanço do anticomunismo se deu na década de 1930, durante a Guerra Civil Espanhola, quando a Igreja se sentiu realmente ameaçada, pois foi alvo de perseguições, assassinatos de padres e freiras, o que provocou uma violenta reação dos católicos contra os comunistas. Os anarquistas e os sociais-democratas também participaram da guerra e dos crimes cometidos durante ela, mas os católicos culpavam inteiramente os comunistas pelos acontecidos durante este evento. No Brasil, essa ofensiva do clero coincidiu com a onda anticomunista provocada pelo levante comunista de 1935, e as notícias da guerra forneceram mais argumentos para a necessidade de se combater com veemência o inimigo número um da Igreja Católica.<sup>45</sup>

O jornal pernambucano Folha da Manhã (que será melhor analisado no segundo capítulo) traz reportagens sobre a atuação anticristã na Guerra Civil Espanhola. Uma delas, “*Duzentos Assassinatos por Dia: as perseguições religiosas na Hespanha Vermelha*”<sup>46</sup>, deixa isso bem claro. Nessa reportagem, o arcebispo Curley, da diocese de Washington e de Baltimore, sustentava declarações feitas contra afirmativas do embaixador da Espanha brigadista na capital norte-americana. Esse embaixador espanhol, De los Rios, havia dito que um dos princípios fundamentais do governo de Juan Negrin era a tolerância religiosa e ao mesmo tempo protestava contra os comícios católicos para impedir os auxílios ao governo de esquerda. O arcebispo renovava a sua acusação de assassinatos dos padres, religiosos e seminaristas e também a destruição das Igrejas pelo exército do governo de coalizão antifascista. Ele afirmava isso baseado em informações dadas por parte de cidadãos norte-americanos que, segundo Curley, visitaram a Espanha ainda sob o domínio “bolchevique”. Ele

<sup>44</sup> CABRAL, Padre J. **A igreja e o marxismo**. São Paulo: Panorama, 1949. *Apud.* Motta, op. cit. p. 18.

<sup>45</sup> MOTTA, 2002, op. cit. p. 21.

<sup>46</sup> “*Duzentos Assassinatos por Dia: as perseguições religiosas na Hespanha Vermelha*” In: **Folha da Manhã, Recife**, 11/01/1939, p. 12

acrescenta que Rosemberg, ministro stalinista na Espanha vermelha, tinha ordenado até duzentos assassinatos por dia. O arcebispo dizia ainda que as esporádicas cerimônias religiosas, de que o governo de Barcelona fazia propaganda, tinham somente como objetivo “lançar fumaça aos olhos dos visitantes da Hespanha bolchevista”. As palavras do arcebispo Curley foram motivadas pelos protestos do embaixador do governo de esquerda espanhol, feitas ao Departamento das Relações Exteriores norte-americana, pois dois dias antes havia sido realizado o primeiro comício dos católicos contra a ajuda aos espanhóis brigadistas, onde o volume de pessoas foi considerado, pelos observadores católicos, muito grande.

No Brasil, nos anos de 1930 e início da década de 1940, a Igreja Católica tinha uma estratégia que era recuperar o prestígio perdido com o advento da República, em 1889, quando a Igreja tinha sido separada do Estado. A idéia da Igreja era *recristianizar* a sociedade que estava, segundo ela, afastando-se cada vez mais dos ensinamentos cristãos.

Dentre as organizações anticomunistas católicas temos a Ação Católica, os Círculos Operários, as Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos, as Filhas de Maria. Os grandes discursos anticomunistas desses grupos eram diariamente veiculados pelas Revistas *A Ordem* (Rio de Janeiro) e *Fronteiras* (Pernambuco). Esses não eram os únicos grupos de combate ao comunismo de cunho católico no Brasil, durante o período de Getúlio Vargas (1930-1945), mas foram os mais ativos e de onde emanaram muitos dos ideais que circulavam no país.<sup>47</sup>

Nacionalismo seria a segunda corrente anticomunista a ser observada. O nacionalismo que inspirou o anticomunismo tem sua origem em modelos conservadores do século XIX. Esse nacionalismo de cunho conservador estabelece como parâmetros principais a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contra a desordem. Por esse ângulo os comunistas eram elementos "deletérios", pois geravam a divisão e a destruição da nação, quando instigavam o ódio entre as classes. Em oposição às ideologias comunistas pregava-se a união nacional do povo brasileiro, conforme se vê abaixo:

O povo brasileiro de que não se pode dissociar esta ou aquela classe, pois só na concepção comunista admite-se tamanha discriminação.

---

<sup>47</sup> MOTTA, 2002, op. cit. p. 26.

Não o povo dividido em classes, em regiões, em raças, em crenças, em grupos, em partidos, insuflado de ódios e preconceitos, mas o povo uno e indivisível, de uma só alma, uma só vontade, integrado na comunhão da lei, da língua e da liberdade.<sup>48</sup>

Como os nacionalistas consideravam a entidade nacional um corpo orgânico, a divisão levaria à morte da nação, sendo o comunista agente desta agressão, portanto um inimigo, o estrangeiro que ameaçava a unidade nacional. Uma outra dimensão desse nacionalismo provinha das posições internacionalistas dos comunistas, a exemplo da idéia de que os trabalhadores não tinham pátria, e da perspectiva da revolução mundial inspirada na fraternidade universal, como fica claro na famosa frase comunista "trabalhadores de todo mundo uni-vos". Isso para esse grupo era um atentado contra a pátria que deveria ser imaculada. A posição internacionalista e a ligação dos comunistas com Moscou eram consideradas atitudes intoleráveis pelos nacionalistas, que enxergavam o Partido Comunista como prestadores de serviço aos interesses soviéticos, ou seja, do estrangeiro:

“A fidelidade que os comunistas mantêm ao princípio do internacionalismo podem [*sic*] conduzi-los a atitudes que nos afiguram como verdadeiras aberrações dos princípios morais de nossa civilização.

São freqüentes as manifestações contra os interesses nacionais, desde que sejam postos em confronto com os interesses do comunismo internacional.”<sup>49</sup>

Como, segundo os nacionalistas, os comunistas estavam a serviço dos soviéticos no Brasil (de acordo com esse viés teórico a pátria real dos comunistas seria a URSS), eles deveriam ser considerados traidores do Brasil, e se eles tivessem sucesso nos seus intentos, o país cairia sob o jugo do Império Russo. Não faltou quem previsse a maculação dos nossos símbolos nacionais como a bandeira brasileira que poderia ser substituída por outra, caso os "conspiradores soviéticos" conseguissem tomar o poder. Além da doutrina, como o internacionalismo, os próprios comunistas são apontados como indivíduos estrangeiros que teriam se infiltrado no país, durante a imigração nas

---

<sup>48</sup> COSTA, Octavio Pereira da. **Compreensão da Revolução Brasileira**. *Apud.* MOTTA, op. cit. p. 30.

<sup>49</sup> Inquérito Policial Militar n. 709", *In:* MOTTA, op. cit. p. 31.



primeiras décadas do século XX, e que teriam disseminado o comunismo e trazido a missão de deteriorar a nação brasileira.<sup>50</sup>

O liberalismo é a terceira corrente anticomunista a ser observada. O liberalismo recusava o comunismo por entender que ele desrespeitava duas doutrinas essenciais: a liberdade e o direito a propriedade. Para os liberais, os comunistas sufocavam a liberdade devido à prática do autoritarismo político e, quanto à propriedade privada, eles desapossavam os bens individuais e os repassavam para o Estado que agora era o seu administrador. Muitos também acreditavam que isso seria um desastre para a economia, conforme podemos ver no trecho abaixo:

“Decretado no Brasil o bolchevismo, passando para o governo do Estado todas as propriedades, todas as terras, todas as estradas, todas as companhias, todas as minas, todas as casas, todas as fazendas, estava decretada *ipso facto* a falência geral e coletiva de tudo isso, de todas essas propriedades sem exceção.”<sup>51</sup>

Com essas três vertentes, é possível perceber que o comunismo foi combatido por diversas correntes ideológicas, sendo considerado uma ameaça que deveria ser combatida a todo custo, o inimigo principal do Estado brasileiro, da religião e das liberdades individuais. Não se pode negar que durante as décadas de 1930 e 1940 o comunismo ocupou um lugar de destaque dentro dos mais diversos setores da sociedade brasileira, sendo para uns um instrumento de libertação dos trabalhadores, os quais, através da união e da luta, poderiam acabar com a exploração sofrida e, para outros uma "aberração" e um inimigo que era estrangeiro e cuja intenção era destruir o país.<sup>52</sup>

Muitas vezes, qualquer opositor ao sistema vigente era chamado de comunista, mesmo não tendo, o acusado, nenhuma característica comunista. Somente pelo fato de estarem fazendo alguma coisa que não estivesse dentro das doutrinas que estavam nos discursos dominantes, recebia essa acusação. O comunismo era uma antiga “ameaça”, por justamente, pregar uma reviravolta social radical. Editores, jornalistas, políticos e outros profissionais procuraram sempre manter o perigo comunista como

---

<sup>50</sup> MOTTA, 2002, op. cit. p. 33.

<sup>51</sup> SERVA, Mario Pinto, *Apud*, MOTTA, 2002, op. cit. p. 42.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 49.

sendo latente em nossa sociedade e desta forma justificar diversas atitudes repressivas.<sup>53</sup>

Segundo Carla Luciana Silva, “para implementar os ideais de ordem, família e moral, diferentes setores sociais utilizaram-se da retórica anticomunista como elemento mobilizador”<sup>54</sup>.

A propaganda do governo e dos anticomunistas mostrava os comunistas como um monstro que estava, com suas afiadas garras, preparado para invadir o país e nos tornar submissos a Moscou, acabando, desta forma, com a nossa soberania nacional. A imagem foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação da época, sempre enfatizando o lado “monstruoso” dos bolcheviques.

Diversas reportagens de jornais mostram claramente essa visão do comunista internacional. O Jornal Folha da Manhã, traz um artigo cujo título é bastante elucidativo “*Combate ao Comunismo Internacional*”<sup>55</sup> e que reproduz um discurso do ditador português Salazar. No artigo foi dito que o chefe de Estado português havia definido em termos muito claros e precisos a natureza e a ação do comunismo na vida dos povos que não seguiam essa ideologia propagada pelo União Soviética. O ponto de vista tanto do jornal, como o do primeiro ministro português era de que o combate ao comunismo exigia um estado de guerra permanente. Para Salazar, não existia um comunismo português, inglês ou francês, mas sim um comunismo internacional que procurava minar- falando, muitas vezes, a própria língua dos países onde ele procurava agitar e subverter- a independência de todos os povos. Contra esse imperialismo ideológico, segue Salazar, tão perigoso como qualquer outro, a censura seria uma arma legítima e todas as medidas de defesa se justificavam perante a invasão estrangeira e conclui dizendo que “ninguém se lembra de protestar contra a censura durante a guerra. Ora, o comunismo, em nossa época, é guerra latente, a sempre imminente invasão estrangeira.”.

Com o exposto acima, podemos perceber que o anticomunismo teve um papel importante na propaganda política desenvolvida pelo governo de Vargas, colocando esses elementos de ideologia estrangeira como sendo uma ameaça constante para o Brasil.

---

<sup>53</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1934-1937). Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. p. 27.

<sup>54</sup> Idem, p. 32.

<sup>55</sup> “*Combate ao Comunismo Internacional*” In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/1938, p. 11.

### 1.2.2 Os Integralistas

Durante a década de 1920 e início dos anos 30, surgiram no Brasil grupos de orientação direitista como a "Legião do Cruzeiro do Sul", a "Legião Liberal Mineira", a "Legião de Outubro" e a "Legião Cearense do Trabalho". Ainda neste período, surgiram a "Ação Imperial Patrianovista" (este de inspiração monárquica) e a "Ação Social Brasileira", gerada no Sul do país, e que tentara formar um Partido Nacional Fascista aqui no Brasil.

O Integralismo nasceu num momento em que as idéias conservadoras acompanhavam a crise da República Velha e a Revolução de 1930. Em 1932, pouco depois da Revolta Constitucionalista, Plínio Salgado lança no Teatro Municipal de São Paulo o Manifesto Integralista, onde é criado, oficialmente, a Ação Integralista Brasileira. Quando esta organização foi inaugurada, já contava com a adesão de muitas pessoas, uma vez que as antigas organizações que a precediam foram incorporadas a recém criada AIB. Porém, não podemos dizer que a AIB foi uma síntese dos seus antecessores, já que ela possuía uma diferença marcante que é a atuação em nível nacional.<sup>56</sup>

O Integralismo tem uma influência marcante do fascismo europeu como, por exemplo, a presença do pensamento anticomunista, do antiindividualismo e do antiliberalismo, junto com um forte nacionalismo e a doutrina da liderança dentro de uma perspectiva autoritária. Porém, como muitas das ideologias surgidas neste período, o integralismo adotara características particulares. Segundo Aquino, podemos ver essa particularidade quando "diante do Hino Nacional, negavam-se a cantar a segunda parte, já que não admitiam o Brasil *deitado eternamente em berço esplendido*".<sup>57</sup>

Foi no plano cultural que o autoritarismo do integralismo apareceu e tornou o movimento diferente dos que até então haviam surgido no Brasil. Sua meta era diferente das outras, pois visava controlar todo o corpo social, transformando os homens em novos homens que seguiam a doutrina estabelecida por Plínio Salgado.

Uma das coisas pelas quais os integralistas mais chamaram atenção foram os inúmeros rituais e símbolos que utilizavam, além da demonstração pública de sua força. O seu uniforme era

---

<sup>56</sup> SILVA, 2001, op. cit. p. 344.

<sup>57</sup> Idem, p. 348.

“Calças brancas ou negras, gravatas negras, camisas verdes (como ficaram mais conhecidos) e braçadeira no braço esquerdo com o sigma em preto com o fundo branco, usada pelos cristão gregos para expressar a idéia de Deus, além de representar o somatório na matemática.”<sup>58</sup>

Tanto no modo de vestir quanto nas representações simbólicas, percebemos a influência dos grupos fascistas já em voga na Europa. No ato de saudação, eles levantavam o braço direito e falavam a palavra tupi *Anauê*, utilizada no sentido de saudação (você é meu parente) ou também como um grito de guerra. Todo esse ritualismo dos integralistas constitui uma representação importante dessas influências fascistas.<sup>59</sup> As sedes do partido eram todas padronizadas, tendo na sala principal o retrato do chefe, uma biblioteca com as obras integralistas e retratos de diversos ícones do movimento. A infância e a juventude também eram visadas pelos integralistas. Durante o batismo, por exemplo, a criança recebia a saudação *anauê* e todos os padrinhos e testemunhas deveriam estar uniformizados. Nem o casamento escapava desse ritual integralista, pois o noivo era obrigado a casar-se de uniforme, e a noiva casava-se de vestido branco, mas ao lado esquerdo do peito deveria ter o sigma estampado.<sup>60</sup> Após o ato civil, algumas palavras deveriam ser ditas em nome da união do casal como no exemplo seguinte:

“Integralistas! Nossos companheiros (nomes) acabam de unir perante a Bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornaram o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público de interesse da Posteridade, da qual se tornaram perpétuos servidores. Pela fecundidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do Chefe Nacional. Aos nossos companheiros (nomes) três *Anauês*. Todos os presentes repetirão três vezes o *Anauê*.”<sup>61</sup>

Hinos e canções também faziam parte dos rituais dos integralistas, e através deles eram transmitidos seus ideais e valores. Uma das composições mais conhecidas é o hino "Avante" que teria sido composto pelo chefe dos integralistas Plínio Salgado .

<sup>58</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>60</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999, p. 175.

<sup>61</sup> Idem, p. 175.

“Avante! Avante!  
 Pelo Brasil toca a marchar  
 Avante! Avante!  
 Nosso Brasil vai despertar  
 Avante! Avante!

Eis que desponta outro arrebol  
 Marcha que é primavera.  
 Que a pátria espera,  
 É o novo sol!  
 Eia avante, Brasileiro, mocidade varonil  
 Sob as bênçãos do Cruzeiro  
 Anauê pelo Brasil!”<sup>62</sup>

Plínio Salgado foi o grande líder dos integralistas, mas ele não foi o único a se destacar. Vários outros integralistas eram bastante respeitados a exemplo de Gustavo Barroso que era considerado o principal teórico do movimento, e representava uma parte dos integralistas que era favorável à aproximação com o nazismo. Intelectual com muitos livros publicados, muitos dos quais sobre a história do Brasil, Barroso chegou até a escrever para jornais alemães como o *"Der Stürmer"*, de Nuremberg; *"Reichwart Der Iurenkenner"*, de Berlim e o *"Deutsch La Plata Zeitung"*, de Buenos Aires, onde era chamado de Führer Brasileiro.<sup>63</sup>

Apesar da AIB ter integrantes que eram anti- semitas como o próprio Gustavo Barroso, esse tipo de pensamento não conseguiu se impor dentro do grupo como um todo, e os integralistas não chegavam a um consenso sobre esta questão. Os integralistas tinham simpatizantes dentro das forças armadas brasileiras como podemos ver dentre alguns militares do exército brasileiro, mas onde o integralismo se fez mais presente foi na Marinha Brasileira, principalmente dentro dos setores mais tradicionalistas. Até mesmo João Cândido, líder da "revolta da chibata", aderiu ao movimento, apesar de um tempo depois tê-lo abandonado.<sup>64</sup>

Apesar de constituir uma base de apoio de Getúlio Vargas, com o advento do Estado Novo, em 1937, todos os partidos políticos foram fechados inclusive a AIB

---

<sup>62</sup> Idem, p. 197.

<sup>63</sup> MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti- semita de Gustavo Barroso.** Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 86.

<sup>64</sup> CAVALARI, 1999, op. cit. p. 200.

que teve de atuar na clandestinidade, apesar do apelo dos mesmos para que Vargas os mantivessem na legalidade (pedido que não foi aceito).

Em 1938, a AIB tentou dar um golpe de Estado para retirar Getúlio do poder, porém, a tentativa não deu certo e os integralistas foram derrotados, sendo esta “intentona” marcada por deserções por parte dos integralistas. Quando as notícias sobre o fato foram divulgadas, procurava-se mostrar sempre o lado cruel e criminoso dos integralistas contra a “*família, contra Deus, contra a nação*”; o ataque foi denunciado não contra a pessoa do presidente, mas contra um “pai de família” e de todo o Brasil, sempre procurando associar a Intentona Integralista com a comunista, ou seja, um atentado contra a segurança nacional. Segundo Giselda Brito Silva, os integralistas passaram a:

“(…) ser citados como covardes , traidores e assassinos. A idéia de que "o homem não deverá escapar" era uma forma de mostrar que a intenção dos atacantes era assassina e violenta, não conseguindo seus intentos devido a própria desorganização do grupo.”<sup>65</sup>

A *Intentona Integralista*, assim como a comunista, foi considerada obra de setores estrangeiros, que estavam atuando sobre o Brasil. Ou seja, o projeto nacionalista de Vargas, segundo este discurso, estava sendo ameaçado novamente por esses grupos de fora da nação com o auxílio de pessoas que não "possuíam amor pela pátria", no entender deles, "os traidores". Em artigo, o jornal carioca, o Imparcial<sup>66</sup>, dizia que o mesmo dinheiro estrangeiro que havia pagado a propaganda, o preparo e a deflagração do golpe de maio, estava pagando, também, a tentativa de persuadir a opinião pública de que Plínio Salgado não tinha conhecimento prévio da tentativa de tomada do poder, ocorrendo este movimento, totalmente sem a sua liderança e aprovação. O articulista continua, dizendo que esse recurso era imoral, além do fato de utilizar os símbolos brasileiros para ocultar suas intenções verdadeiras.

---

<sup>65</sup> SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma**: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE. Recife, 2002.p. 201.

<sup>66</sup> “*O mesmo ouro estrangeiro...: O segredo da inocência do Sr. Plínio Salgado*”. In: **Folha da Manhã**, 17/05/1938, p. 2.

O jornal pernambucano Folha da Manhã, também estava afinado com o discurso contra a tentativa de golpe por parte dos integralistas. Em um de seus artigos para este jornal, Luiz Gayoso<sup>67</sup> afirma que seria necessária a ampliação da pena capital para esses “golpistas”, pois eles se utilizaram do lema “Deus, Pátria e Família”, entidades que nunca veneraram e nomes que jamais haviam compreendido, para tramar contra o sossego do povo brasileiro, tendo, segundo o articulista, violado os preceitos mais sagrados da humanidade.

O presidente Getúlio Vargas também teve seu discurso de condenação do golpe reproduzido pela Folha da Manhã. Nesse discurso o presidente falou que era preciso vencer a resistência e a incompreensão de determinados grupos (entenda-se os integralistas), desmascarando os descontentes. Para Vargas, a tentativa de golpe por parte dos integralistas, havia sido uma aventura de fanáticos desordeiros e audaciosos, mas a reação que essa tentativa de tomar o poder tinha recebido era a repulsa geral manifestada contra os “assaltantes”, por todas as camadas. O novo regime, para Getúlio Vargas, havia utilizado a força e puniu os delinquentes.<sup>68</sup>

Vargas continua, dizendo que se outros golpes acontecessem o governo agiria da mesma forma, procurando manter a ordem e garantir a tranquilidade do país, que só desejava viver em paz para trabalhar e que para isso era necessário todos os setores da vida nacional, já que a nação não poderia ficar a mercê da “insania de fanatizados e á teimosa dos remanecentes das velhas camarilhas políticas”. Ele conclui o seu discurso dizendo que o dever para com a Pátria era, naquele momento, maior do que em qualquer outro período da história brasileira. A importância daquele momento repousava no fato de que a ambição poderosa estava espreitando as nossas fraquezas de organização e a ausência de espírito público e da elevação moral de algumas pessoas, tendo o objetivo de instalar a divergência interna e iniciar uma guerra civil que iria consumir o Brasil e abriria as portas para a cobiça das nações imperialistas.

O interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, também demonstrou solidariedade ao presidente Vargas e publicou diversos telegramas que lhes foram enviados. Nos telegramas, de modo geral, o teor das solidariedades eram de protesto contra a brutalidade do golpe integralista, urdido por um pessoal sem nenhum senso patriótico que procurava desestabilizar a nova ordem imposta pelo novo regime e

---

<sup>67</sup> GAYOSO, Luís. “A mesma pena”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 17/05/1938, p. 4.

<sup>68</sup> VARGAS, Getúlio. “*Prosseguimos resolutos nas tarefas constructivas da nacionalidade*” In: **Folha da Manhã**, Recife, 10/11/1938, p. 1, 2 e 3.

que esses golpistas estavam querendo desestabilizar o país que estava em franco crescimento social e econômico.<sup>69</sup>

Aproveitando esse momento, Agamenon Magalhães faz uma propaganda do controle social exercido por sua interventoria contra os subversivos pernambucanos. O que foi noticiado pela Folha da Manhã seria um exemplo de ação preventiva, pois segundo a reportagem, o movimento que aconteceu na capital pernambucana não passou de “mera preparação”, já que a ação vigilante da polícia pernambucana, exercida pelo DOPS, conseguiu evitar que esse movimento chegasse a se concretizar.<sup>70</sup>

Com tudo isso, a imagem dos integralistas estava sendo destruída, ou seja, agora passavam a ser inimigos que haviam de ser reprimidos. Muitos integralistas foram presos, mas se compararmos com os comunistas, a repressão aos fascistas foi mais fraca, e muitos saíram da cadeia rapidamente. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, as forças de apoio ao eixo continuaram a ser reprimidas e censuradas pelo Governo Federal.

Giselda Brito Silva contesta a tese de que os integralistas agiram livremente antes de 1937, pois segundo ela, não foi somente após o Estado Novo, e principalmente após a tentativa de golpe por parte dos integralistas um ano depois, que estes passaram a ser vigiados. Após decretada a Lei de Segurança Nacional em 1935, qualquer organização política ou partido era passível de “vigilância, controle e repressão”. Desta forma o integralismo tornou-se um alvo das investigações policiais.<sup>71</sup> Portanto, segundo esta autora, de acordo com os documentos policiais, antes de 1937 os integralistas já eram alvo das desconfianças do governo que mobilizava sua polícia para vigiar esse grupo, havendo casos, em alguns Estados, de buscas e apreensões seguidas de prisões.<sup>72</sup>

A rápida ascensão dos integralistas, que se beneficiaram do clima de medo que este período inspirava, representou uma ameaça forte para o governo de Vargas, fazendo-nos compreender o motivo das investigações feitas pela polícia política da época, como podemos tirar do trecho abaixo:

---

<sup>69</sup> “Repercussão, no Recife, da intentona integralista: as demonstrações de solidariedade levadas ao interventor Agamenon Magalhães.” In: **Folha da Manhã**, Recife, 12/05/1938, p. 1 e 2.

<sup>70</sup> “A desarticulação da mashorca integralista em Pernambuco: a prisão nesta capital, de um emissário do Sr. Plínio Salgado” In: **Folha da Manhã**, Recife, 15/05/1938, p. 1 e 2.

<sup>71</sup> SILVA, 2002, op. cit. p. 102, 103.

<sup>72</sup> Idem, p. 103, 104.



“Os documentos policiais produzidos no cotidiano da vigilância dos integralistas evidenciam esse temor e desconfiança que o governo nutria diante da ascensão dos integralistas, mostrando que, apesar de receber autorização para efetuar algumas atividades públicas antes de 1937, os integralistas foram objeto de controle e vigilância da polícia de Getúlio Vargas, juntamente com os comunistas.”<sup>73</sup>

Pode-se perceber com isso que a relação entre os integralistas e Getúlio Vargas não eram tão sólidas como se imaginava, até pouco tempo atrás. Algumas vezes eles coincidiam em seus discursos, como por exemplo, com relação à ameaça comunista. Era uma relação entre um governante que queria se manter no poder, contra um movimento que pretendia a ascensão ao mesmo. Esses conflitos vão ser intensificados após 1937, e, posteriormente quando o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, ao lado da Tríplice Aliança contra o Eixo.

### 1.3 Propaganda e controle social

A propaganda política vai ter um papel importante no governo de Getúlio Vargas, já que neste período ela estava crescendo em países como Alemanha, Estados Unidos e Itália. Ela era importante, pois:

“Como bem frisou Alcir Lenharo, nos anos 1930, os regimes fascistas, o nazismo e o stalinismo, não necessariamente identificados entre si, intercambiaram febrilmente fórmulas e experiências que pretendiam congelar os focos de tensão da história e resolver, definitivamente, a questão social, redimindo, da exploração, as populações trabalhadoras. Nesse contexto, imagens e símbolos circulavam por várias sociedades, sendo retrabalhados, mas utilizados na propaganda política com o mesmo fim, o de transmitir aos receptores um conteúdo carregado de carga emotiva capaz de obter respostas no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder”<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 103, 104.

<sup>74</sup> CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política no varguismo e no peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, César Augusto Bercellos. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, p. 61 e CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

Segundo Elizabeth Cancelli<sup>75</sup>, a propaganda ocupava um lugar de destaque na política getulista, já que era através dela que o Estado procurava doutrinar as massas. A propaganda foi um dos pilares do domínio do "novo regime" sobre a população, já que ele fundamentava a sua credulidade através dessa propaganda. Essa máquina de informação e formação, montada pelo regime, ultrapassou todas as formas de propaganda e doutrinação estatais feitas ou imaginadas até então no país. Para alcançar seu objetivo, a máquina propagandística se utilizava do jornal, do rádio, que era relativamente recente no país, do cinema, da música, da literatura, etc, para conduzir a sociedade rumo ao "caminho certo", e também porque através da propaganda o Estado teria "... a certeza de estar penetrando no dia a dia das pessoas, interferindo nos seus gostos, nas suas atitudes e nos seus pensamentos".<sup>76</sup>

Ainda segundo a Cancelli, a propaganda procurava transmitir a certeza de que o novo regime traria para toda a sociedade um bem estar futuro, e que todos os seus anseios seriam alcançados. As verdades eram fabricadas e apresentadas como únicas, e os cidadãos teriam que se enquadrar se quisessem um futuro melhor não só para si, mas para toda a nação, tendo que abrir mão de certas liberdades para o bem geral.<sup>77</sup>

As notícias que circulavam através dos meios de comunicação procuravam ressaltar "a presença de um Estado provedor, com planos e soluções para todos os problemas da vida nacional"<sup>78</sup>. Havia longas matérias comemorando as datas consideradas importantes para o regime. Nelas, era ressaltada a situação política antes de 1930, colocando-a como sem objetivos, sendo seus líderes políticos descritos como cegos diante das necessidades da nação.

No discurso oficial, o pós-30 era colocado como uma fase preparatória, marcada por acertos e equívocos, mas com o intuito de preparar a nação para tempos melhores, pois as instituições estavam buscando o equilíbrio. O Estado Novo seria o ápice deste aprimoramento, iniciado com o que eles chamavam a "Revolução de 1930". Vargas procurava sempre colocar que este desenvolvimento institucional foi importante para a resolução do problema da unidade nacional, uma vez que as questões

---

<sup>75</sup> CANCELLI, 1994, op. cit. p. 36.

<sup>76</sup> Idem, p. 36.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>78</sup> GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda política e censura no Estado Novo.** São Paulo: Editora Marco Zero, s/d, p.113.

regionais foram suprimidas<sup>79</sup>. A Constituição de 1937 era colocada como sendo indispensável para essa obra de “reconstrução nacional”, uma vez que possuía uma forte característica nacionalista, com a sobreposição do coletivo sobre o individual.

Apesar do Varguismo não se definir como um fenômeno fascista, é inegável a sua inspiração nas experiências da Alemanha e da Itália, especialmente no que se refere a propaganda política. Por isso, é importante mencionarmos o significado da propaganda para esses países europeus.<sup>80</sup>

Os alemães nazistas tinham uma imagem bastante positiva com relação aos efeitos que os métodos de comunicação de massa poderiam causar sobre a população. Esse tipo de propaganda política foi inspirado na propaganda comercial norte-americana, tendo, porém, algumas características que lhes eram próprias e que procuravam dar êxito nos seus fins doutrinadores.<sup>81</sup>

A propaganda política nazista tinha algumas características importantes como o “uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, simplificação das idéias para atingir massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo, promessas de unificação e fortalecimento nacional”<sup>82</sup>, assim como a utilização, no discurso do Líder, de *slogans*, palavras-chave, frases de efeito e repetições ao se dirigir as massas. A moral e a educação faziam parte dela. Eram utilizadas muitas imagens e linguagem simplificada e agressiva, visando ativar as paixões das massas. Existiam várias formas de ativar essas paixões como “literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas”.<sup>83</sup>

Em 13 de março de 1933, Hitler criou o Ministério da Informação Popular e da Propaganda, chefiada por Joseph Goebbels, que tinha a missão de realizar uma “revolução espiritual” no povo alemão, arregimentando para os nazistas cada vez mais colaboradores. Tarefa que, é importante comentar, foi realizada com muito êxito já que seu modelo foi copiado por diversos países.<sup>84</sup>

Em qualquer tipo de regime, a propaganda política é importante para auxiliar no exercício do poder, já que pode trazer a opinião pública para o lado do

---

<sup>79</sup> Idem, p. 114.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 63, 64.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 65.

governo. Nos regimes de tendência autoritária isso ganha uma força maior ainda, pois existe o monopólio dos meios de comunicação, concretizado graças a uma rigorosa censura e manipulação das informações que são repassadas para a população. Observamos então, o poder político exercido pela força física e simbólica, procurando extirpar a qualquer custo a representação de um passado e futuro que sejam diferentes daqueles pretendidos pela “verdade oficial”.<sup>85</sup>

No Estado Novo, alguns de seus ideólogos e colaboradores chegaram a explicitar a admiração pelo nazi-fascismo, como foi o caso de Filinto Müller (Chefe de Polícia) e de Lourival Fontes (Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda), que deveria fazer o papel correspondente, no Brasil, ao Ministério de Goebbels. Francisco Campos (Ministro da Justiça) também dá uma idéia da importância dos meios de comunicação, como podemos observar no trecho abaixo:

“...tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio das emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom de ubiqüidade e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão. Durante toda a fase da campanha ou da propaganda política, toda nação é mobilizada em estado multitudinário. Nessa atmosfera emotiva seria ridículo admitir que os pronunciamentos de opinião possam ter outro caráter que não seja o ditado por preferências ou tendências de ordem absolutamente irracional.”<sup>86</sup>

Um exemplo da influência germânica na utilização dos meios de comunicação pode ser visto na utilização por Vargas de todos os meios tecnológicos para alcançar seus objetivos. Percebemos isso através do uso do rádio como um meio de formação da sociedade. O rádio tinha um alcance que os meios de comunicação existentes até então não conseguiam atingir, haja vista que chegava até a população analfabeta, transformando-se em um instrumento que gerava uma interação diária entre o doutrinador (o Estado) e os doutrinandos (a população). Pensando nisso, em 1935 foi criado o programa a "*Hora do Brasil*", no qual diariamente eram passadas informações

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 66.

para essa população que não era atingida pelos meios impressos de comunicação de massas. Segundo Doris Haussen, a importância dada à radiodifusão por Vargas pode ser percebida através da mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1º de maio de 1937:

[...] o governo da União procurará entender-se, a propósito, com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radioreceptores, providos de alto falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis a seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação [...].<sup>87</sup>

A partir daquela data, a transmissão do programa "Hora do Brasil" tornou-se obrigatória para todas as emissoras de rádio no Brasil, devendo ir ao ar todos os dias úteis.<sup>88</sup> Este programa era de extrema importância. Durante o período em estudo, ele continha além de discursos, atos do governo e informação sobre os acontecimentos internacionais, considerados importantes, além de entrevistas e musicais, feitos pelos artistas famosos da época, às vezes utilizando a meia hora final do programa.<sup>89</sup>

Era também pelo rádio que os milhares de brasileiros acompanhavam as grandes manifestações de massas como, por exemplo, as festas trabalhistas feitas pelo governo (geralmente no estádio de São Januário). As transmissões de tais acontecimentos faziam com que os que estivessem nos mais diversos cantos do Brasil pudessem acompanhá-las sentido-se em contato com o governante.<sup>90</sup>

O rádio gerava emoções, fazendo com que os ouvintes se envolvessem com o que estivessem ouvindo. Ele também tornou possível a criação de novos ídolos, inclusive do próprio Getúlio Vargas, que utilizou amplamente este meio de comunicação para criar a sua imagem de líder e guia nacional e promover o seu projeto de Estado.

A rádio também foi utilizada por Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para fazer propaganda política do Estado Novo. Ele ascendeu ao

<sup>87</sup> HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: Editora Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. p. 40.

<sup>88</sup> Idem, p. 40.

<sup>89</sup> PARANHOS, 1999, op. cit. p. 136.

<sup>90</sup> Idem, p. 135.

ministério com a função de aproximar ainda mais Getúlio Vargas da classe trabalhadora. Pouco depois de instalado no ministério, ele se preparava para usar a rádio na sua “cruzada trabalhista” utilizando a “Hora do Brasil” como meio de chegar aos trabalhadores.

Pode-se ver que a propaganda era uma preocupação do governo de Getúlio Vargas e que a sua importância era extrema em um país que precisava acabar com as idéias indesejadas e criar um novo cidadão e uma nova nação de felicidade que, segundo o discurso repressor, estava por vir.

O apoio de artistas ao governo de Vargas teve um papel importante, já que a arte também foi um dos braços fortes da propaganda política feita pelo governo brasileiro durante este período.

Villa Lobos foi um dos que deram seu apoio para Getúlio Vargas e o auxiliou na sua propaganda política. Ele pretendia chegar às classes mais baixas, levando a música erudita para manifestações populares feitas pelo então líder da nação. Desta forma, “intensificara-se as audições nos estádios de futebol, nas praças públicas, nos teatros e em alguns cinemas do Rio de Janeiro, como o Rex”.<sup>91</sup> O Ministério da Educação e Saúde deu muito apoio a essas medidas introduzidas por Villa Lobos. Essa foi uma das formas de tentar sensibilizar e atrair as massas para os grandes eventos cívicos e comemorativos realizados pelo governo.

De um modo geral, os grandes eventos de massa eram realizados seguindo uma programação pré-determinada, com a apresentação do Hino Nacional, seguido de hinos patrióticos diversos e cantos inspirados no folclore brasileiro. Para Villa Lobos, fazia-se necessário aproveitar “o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional - eis o milagre realizado em dez anos pelo governo do Presidente Getúlio Vargas”<sup>92</sup>.

Para Villa Lobos, os estádios de futebol transformavam-se, agora, em um templo sagrado onde a coletividade seria consagrada e em silêncio as pessoas deveriam ouvir os discursos proferidos por Getúlio Vargas ou as músicas de louvor a pátria.

Como se pode notar, a atenção de Getúlio Vargas à propaganda como forma de controle social foi muito grande. Através dela, procurava-se dar uma forma, segundo os homens do poder, às “massas amorfas”, que teriam que ser reprimidas e

<sup>91</sup> CONTIER, Arnaldo D. **Passarinha do Brasil**: canto orfeônico, educação e getulismo. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998, p. 35.

<sup>92</sup> Villa Lobos *Apud* CONTIER, 1998, op. cit. p. 35.

doutrinadas fortemente para a superação da ideologia do "antigo Brasil", para um "novo Brasil", sendo extirpadas quaisquer ideologias que pudessem por em risco essa intenção do regime varguista que fora instalado após a tomada do poder em 1930.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup>ALMEIDA, 2003, op. cit. p. 24.

## CAPÍTULO II

### A FOLHA DA MANHÃ E A PROPAGANDA POLÍTICA EM PERNAMBUCO

*“Vim para criar a emoção do Estado Novo”*

Agamenon Magalhães

#### 2.1 Agamenon Magalhães e a política pernambucana

Agamenon Magalhães antes de ser o interventor de Pernambuco, durante o Estado Novo (1937-1945), ocupou diversos cargos tanto do executivo quanto do legislativo estaduais e nacionais. Ele foi sucessivamente deputado estadual, deputado federal, ministro da educação e, cumulativamente ministro da justiça e depois interventor federal de Pernambuco. Ocupou boa parte dos principais cargos públicos da vida política no país.

Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no sertão de Pernambuco, mais precisamente na cidade de Serra Talhada (então Vila Bela), em 5 de novembro de 1883. Seus pais pretendiam que ele seguisse a carreira eclesiástica e ainda jovem entrou para o Seminário de Olinda. Sem vocação para o sacerdócio, após dois anos no seminário, ele abandona a vida religiosa. Segundo Andrade Lima Filho<sup>94</sup>, Agamenon substituiu “a ‘Suma Teológica’, de São Tomás de Aquino, por ‘O Príncipe’, de Maquiavel, cujo modelo era o seu preferido”.

Concluiu o curso jurídico da Faculdade de Direito do Recife aos 24 anos de idade (de 1912 a 1916), e dá início a sua carreira profissional como promotor público da cidade de São Lourenço da Mata, município próximo a capital pernambucana. Porém, passa apenas um ano no cargo de promotor público, pois logo segue para a carreira política, sendo eleito deputado estadual em 1918. Agamenon foi considerado o

---

<sup>94</sup> ADRADE LIMA FILHO. **China Gordo**: Agamenon Magalhães e seu tempo. Recife: Editora Universitária, 1976, p. 27.



herdeiro político do ex-governador Manoel Borba (1915-1919), e entra para o Partido Democrata Republicano.<sup>95</sup> Logo em seguida foi eleito deputado federal (1923) e posteriormente reeleito (1927).

Agamenon foi também professor de Geografia no colégio estadual Ginásio Pernambucano, onde aliava a vida política ao magistério. Escreveu uma tese, em 1921, intitulada “O Nordeste Brasileiro”, que lhe permitiu assumir a cátedra de Geografia desta escola. Nessa tese ele faz uma crítica ao determinismo geográfico muito forte na época e defende a idéia de que o homem vence a natureza, referindo-se, nesse caso, ao homem sertanejo. Depois lecionou a disciplina de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito do Recife.<sup>96</sup>

Além de ter uma atividade política ininterrupta, Agamenon Magalhães sempre procurou atuar, e passou a se destacar, como doutrinador. Em seu livro “O Estado e a Realidade Contemporânea”, ele defende idéias que o identificam com os pensadores autoritários das décadas de 1910, 1920 e 1930, como por exemplo, Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Desde a época da Faculdade de Direito do Recife, Agamenon escrevia artigos para os jornais, mas a sua grande produção ocorre na época em que foi interventor através da sua coluna no Jornal A Folha da Manhã. Eram “artigos curtos e em linguagem simples, onde o chefe político pernambucano tentava atingir os mais diversos setores da população, exercendo o que ele mesmo classificava de ‘doutrinação política’”.<sup>97</sup>

Agamenon era contra a concepção de Estado proclamado pela teoria marxista, pois, segundo ele, tornando-se esse Estado a consolidação do domínio de uma determinada classe sobre outra, haveria uma estabilidade total, uma vez que geraria uma desarticulação do poder. A autoridade do Estado nunca poderia ser identificada com uma classe ou determinado grupo social.<sup>98</sup>

Ele também teceu severas críticas a concepção de Estado dos liberais. Segundo Agamenon, esse tipo de Estado deixava toda a sociedade entregue a própria sorte, e ele não atentaria para as desigualdades sociais, deixando aberta a possibilidade da instalação do conflito entre as classes. Também “considerava bastante grave a livre

---

<sup>95</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise política.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1984, p. 26.

<sup>96</sup> Idem, p. 26.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 33.

concorrência no Estado individualista, onde os trusts e os cartéis transformavam-se em verdadeiros Estados dentro do Estado”, o que fazia com que dominassem os meios de produção, regulando de acordo com a sua vontade a oferta, e, conseqüentemente, os preços das mercadorias.<sup>99</sup>

Agamenon propõe um Estado que tem como prática o intervencionismo, atuando como árbitro dos conflitos entre as classes e coordenando as atividades econômicas, políticas e sociais do país. Segundo ele, após a implantação do Estado Novo, a separação entre o Estado e a sociedade, que era a tônica do período anterior, havia desaparecido.<sup>100</sup>

Negando veementemente o modelo liberal de Estado, o interventor pernambucano redefine também a concepção de democracia, acrescentando novos valores. Para ele, o modelo político vigente durante a República Velha deveria ser fortemente criticado, porque apesar de funcionarem as regras democráticas, o autoritarismo existia e de uma forma altamente condenável. Ainda segundo Agamenon, a democracia da República Velha era uma democracia autoritária, pois existia nela um sentido pessoal ou de um grupo; já no novo momento que o Brasil estava vivendo, o autoritarismo teria um sentido de disciplina, de obediência à normatização do Estado, onde os “interesses particulares e grupais deveriam estar subordinados às convivências e necessidades da nação com um todo”.<sup>101</sup>

Ainda de acordo com seu raciocínio, Agamenon tentava modificar o conceito de liberdade, procurando condicioná-lo à ordem e à autoridade. Para ele, a Constituição de 1937 teria acabado com esse conceito, considerado pelo interventor pernambucano, anárquico e arbitrário, resgatando nele o sentido de responsabilidade, como fica claro no trecho abaixo:

“Dantes o cidadão era livre porque podia agitar as massas, os parlamentos, as ruas, as fábricas, os quartéis. Que gerou essa liberdade? A desordem, o faccionismo político, as imposições regionais, a clientela partidária que devorava o tesouro, a imoralidade administrativa, os negócios, a exploração, enfim, do povo e do Estado por um grupo (...). Dantes o patrão tinha a liberdade de despedir o seu empregado, como o empregado de deixar

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 33.

seu emprego e parar a fábrica. Que gerava essa liberdade? As greves, os distúrbios sociais”.<sup>102</sup>

Agamenon foi um membro atuante da Aliança Liberal nas eleições de 1930 e quando a revolução tomou as ruas ele também teve uma atuação de destaque. Foi um aliado do interventor pernambucano, Carlos de Lima Cavalcanti<sup>103</sup>, após 1930. Pernambuco era então, um estado líder do Nordeste e teve um importante papel na Revolução de 30. Agamenon articula junto com Lima Cavalcanti a criação do Partido Social Democrático em Pernambuco.

Agamenon Magalhães foi eleito, em 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido, segundo Dulce Pandolfi<sup>104</sup>, o parlamentar que mais se destacou dentre os pernambucanos. Foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (cargo que assumiu em 23 de julho de 1934), permanecendo no posto durante todo o período que antecede a implantação do Estado Novo no Brasil. Durante o seu período à frente da pasta, Agamenon assumiu uma postura centralizadora e anticomunista. No ministério, ele desenvolveu a política de fusão das caixas de aposentadoria e pensões, e criou os Institutos de Previdência dos Bancários, Marítimos, Estivadores, Industriais e Comerciais.

Ele assume interinamente o cargo de ministro da justiça, acumulando simultaneamente o comando desses dois importantes ministérios. Isso conferiu a ele um grande prestígio transformando-o em uma das principais lideranças políticas pernambucana durante todo o período de tensão que antecede o golpe de 10 de novembro.

Muito próximo a Getúlio Vargas, Agamenon tornou-se um dos coordenadores da questão sucessória nas eleições presidenciais marcadas para 1938, desenvolvendo uma atitude ambígua (visto que ora dava apoio a José Américo de Almeida e ora manifestava apoio a Armando Salles Oliveira), o que gerou fortes críticas de políticos que estavam ligados a Vargas. Sob o teor dessas críticas podemos ter uma idéia através, por exemplo, de uma carta enviada por Osvaldo Aranha - então embaixador do Brasil em Washington que havia retornado ao país para também

---

<sup>102</sup> MAGALHÃES, Agamenon. *Apud*. PANDOLFI op. cit. p. 34.

<sup>103</sup> Carlos de Lima Cavalcanti foi interventor pernambucano após a Revolução de 1930 e depois foi eleito governador de Pernambuco, ficando no cargo até o advento do Estado Novo em 1937.

<sup>104</sup> Idem, p. 26.

participar do processo eleitoral - ao presidente da República, na qual explicita a sua visão muito negativa sobre a postura adotada por Agamenon Magalhães:

“Creio ter feito obra boa. Estou mesmo convencido que fiz, porque o teu coordenador, o Agamenon, é, nada mais, nada menos, na minha opinião, do que um preposto do Rao. Nada mais difícil, Getúlio, do que tratar com gente sem caráter e decidida a confundir, destruir, intrigar. Tenho a pior impressão da conduta do teu ministro e estou certo que breve terás sérios aborrecimentos. E basta, para ver se estou certo, indagar qual a força por ele trazida ao governo? Só tem dispersado, criado dúvidas, ressentimentos e intrigas. O ambiente aqui é irrespirável. Nunca foram tão dispersas e até adversas as chamadas ‘forças políticas’. Ele procura acumular desde a amizade até as ligações políticas existentes, com fins que eu não consigo vislumbrar; precisas retomar o leme dessas negociações, sem o que iremos para o desconhecido caos. (...) Não é possível fazer algo de sério e estável com um homem como o que indicaste para o Ministério da Justiça e que se diz teu *alter ego*. Ele deseja a anarquia ou o comunismo (...) com mais um mês de Agamenon teremos desordem militar ao invés de sucessão presidencial”.<sup>105</sup>

Progressivamente, Agamenon Magalhães se distancia do governador de Pernambuco, o que gerou muitas críticas de Carlos de Lima Cavalcanti ao seu comportamento. Segundo Lima Cavalcanti, o poder e o prestígio conseguidos pelo ministro a nível federal estavam sendo usados por Agamenon para prejudicar a sua administração no Estado de Pernambuco. Neste caso em particular, podemos dizer que Agamenon foi bem sucedido, pois ele derrubou o então governador e assumiu a interventoria após o advento do Estado Novo. O antigo governador do estado, Carlos de Lima Cavalcanti é retirado sob acusações de não perseguir com eficácia os comunistas e, muitas vezes, de ser aliado deles. Críticas essas que foram rebatidas por Lima Cavalcanti, pois, segundo ele, “...não poderia inventar comunistas só para encher a cadeia e fazer vista”.<sup>106</sup>

Considerado, junto com Francisco Campos, Gustavo Capanema e Góes Monteiro, como os maiores colaboradores na construção do Estado Novo, em 1937, Agamenon Magalhães assume a interventoria de Pernambuco no dia 3 de dezembro do mesmo ano. Ele procura passar a idéia da “recuperação de Pernambuco”.<sup>107</sup> Para isso

<sup>105</sup> ARANHA, Osvaldo. *Apud*. PANDOLFI, 1984, op. cit. p. 29.

<sup>106</sup> PANDOLFI, 1984, op. cit. p. 29 e 47.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 30.

reprimia, cooptava e doutrinava formando, assim, uma poderosa máquina político-administrativa.

Em Pernambuco, o Estado Novo foi instaurado sob muita intolerância. Agamenon Magalhães, como já foi dito, tinha uma relação muito forte com Getúlio Vargas, o que se pode constatar nas diversas pastas de seu arquivo na Fundação Getúlio Vargas. Em algumas cartas são encontrados relatos do cotidiano de terror que se instalou em Pernambuco durante a sua interventoria, além da citação de pessoas importantes da sociedade pernambucana que eram perseguidas. Algumas delas chegaram a cognomear o interventor pernambucano de “aquelle louco”<sup>108</sup>. Para ele, qualquer forma de resistência deveria ser censurada e sufocada, o que levou a constantes reclamações contra o interventor, sendo algumas delas feitas diretamente a Getúlio Vargas.

Sobre essas reclamações e pedidos feitos a Getúlio Vargas temos, por exemplo, a de Carlos de Lima Cavalcanti e seus aliados que pediam a interferência do presidente da República, no sentido de permitir o retorno do ex-interventor ao Recife, o que não era permitido por Agamenon. Em carta enviada por Agamenon Magalhães ao Palácio do Catete, ele tenta justificar a negativa do pedido, dizendo que se Lima Cavalcanti voltasse a dirigir os seus jornais em Recife (Diário da Manhã e Diário da Tarde) ele faria, de alguma forma, oposição ao governo. Agamenon Magalhães condicionou a volta do ex-interventor de Pernambuco ao compromisso dele cuidar apenas dos negócios de sua Usina (Usina de Santa Tereza), uma vez que isso era considerada uma atividade pacífica, para o que Agamenon daria todas as garantias possíveis.<sup>109</sup>

O autoritarismo e a ameaça foram marcas da interventoria de Agamenon Magalhães, como podemos perceber no trecho descrito por Andrade Lima Filho:

“Vim criar a emoção do Estado Novo’- disse ele (Agamenon). E começou, sob essa emoção, a estranha e insólita catequese. Uma luta de foice no escuro: ou se saía da frente ou terminava ferido. Não havia sequer Horácios e Curiácios naquele duelo singular, mas somente um centurião a esgrimir: ele. Apenas uma arma: a sua. À moda de Ali, o sobrinho do Profeta, Agamenon propunha-se a implantar também, a ferro e a fogo, a nova doutrina. – ‘Quem quiser

---

<sup>108</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **Caça às bruxas**: repressão e censura na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945). *IN* CARNEIRO, 2002, op. cit. p. 238.

<sup>109</sup> ALMEIDA, 2003, op. cit. 174.

trabalhar que me acompanhe’, dizia ele, encerrando do discurso. Mas, quem não quisesse, ou não quisesse a seu modo, que saísse do seu caminho, através do qual o ferro abria cicatrizes nas peles mais afoitas e o fogo chamuscava, a cada passo, a carne do adversário imbele.”<sup>110</sup>

Com relação a montagem dos cargos políticos de primeira linha do estado, Agamenon divergia de Carlos de Lima Cavalcanti. Para Lima Cavalcanti, tais cargos deveriam primar pelo seu caráter administrativo, numa ênfase maior no aspecto técnico e não no político. Já Agamenon Magalhães valorizava mais o aspecto político, pois, para ele, esses cargos deveriam ter um caráter estritamente político. As pastas estaduais deveriam ser ocupadas por personalidades pernambucanas que compartilhassem com o novo sistema que estava sendo implantado. Ele também estabelece uma forte ligação com a Igreja Católica, como fica claro na montagem do seu secretariado, pois muitos dos auxiliares escolhidos eram oriundos da Congregação Mariana como, por exemplo, Manuel Lubambo, secretário da Fazenda; Etelvino Lins, secretário de Segurança Pública; Nilo Pereira, secretário de Educação e Apolônio Sales, secretário da Agricultura.<sup>111</sup>

Para determinados cargos em que se fazia necessária, para a sua nomeação, a aprovação do Governo Federal, Agamenon fazia enorme pressão para que pessoas ligadas a ele assumissem esses postos dentro dos mesmos critérios adotados para os cargos estaduais. Isto pode ser observado pelo caso de Gilberto Freyre, que teve sua indicação feita pelo ministro da educação para ocupar o cargo de delegado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Agamenon se posicionou contra a nomeação de Freyre e “sugeriu”, em seu lugar, o nome de Vicente do Rego Monteiro, que terminou, devido a essas pressões, sendo nomeado pelo Governo Federal.<sup>112</sup>

## 2.2 A Folha da Manhã e a propaganda política no Estado Novo

<sup>110</sup> ANDRADE LIMA FILHO, 1976, op. cit. p. 42.

<sup>111</sup> ALMEIDA, 2003, op.cit. p. 174, 175.

<sup>112</sup> PANDOLFI, 1984, op. cit. p. 48,49.

Durante o Estado Novo em Pernambuco, a imprensa autorizada e a serviço da propaganda do novo projeto político de Getúlio Vargas era representada pela Folha da Manhã, jornal utilizado pela interventoria de Agamenon Magalhães. Sua função era a formação da opinião pública e a difusão da propaganda do que seria o Estado Novo. Havia no período a preocupação de construção da imagem do mito político Vargas e de seu novo projeto.<sup>113</sup>

A construção desse mito se encaixa na análise que Raoul Girardet<sup>114</sup> faz sobre o “mito do salvador”. No mito do salvador, há uma passagem do histórico ao mítico pelo processo de heroificação de uma pessoa, o que acontece quando há uma mutação do real para a absorção no imaginário coletivo.

São quatro os modelos de mito do salvador. O primeiro modelo é o de Cincinnatus, cuja imagem criada é a de um homem já numa idade avançada, que havia se tornado uma figura muito importante no passado de paz ou de guerra. Esse homem exerceu grandes cargos ou ocupou posições de comando e depois escolheu um retiro, longe dos tumultos da vida pública. Ele interrompe esse descanso tranqüilo por causa de uma inquietação de todo um povo que enfrenta alguma “desgraça”, voltando à frente do Estado para solucionar tais angústias. Fazendo assim a “doação de sua pessoa” à pátria, ele é provisoriamente investido de um forte poder de cunho monárquico, cujo dever é “apaziguar, proteger e restaurar”.<sup>115</sup>

O segundo modelo seria o de Alexandre. Segundo Girardet, “esse não traz nem o cetro, nem o símbolo da justiça real, mas a espada”. Ele apropria-se das multidões que subjuga, e forja a legitimação do seu poder não de passado e do fervor que as lembranças trazem, mas sim se inscreve no “brilho da ação imediata”. A sua imagem não é a de proteção, mas um convite à aventura.<sup>116</sup>

O terceiro modelo é o de Sólon, o legislador. Esse tipo de modelo seria o dos fundadores de uma nova ordem. Nos dias de hoje quase não há grupos políticos que não pense que seja importante, quando se está tratando de tentar firmar a sua legitimação no poder ou de tentar garantir a sua continuidade, remeter-se aos exemplos e lições de um certo número de “grandes ancestrais” que foram sacralizados pelas

---

<sup>113</sup> Idem, p. 253.

<sup>114</sup> GIRARDET, 1987, op. cit. p. 64.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 73, 74.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 75.

lendas. É evocando a fidelidade “às mensagens que eles ditaram, da conformidade aos princípios que estabeleceram ou às instituições que fundaram que se pretende corresponder às interpelações e aos desafios do presente”. Geralmente esse arquétipo tem uma uniformidade de sua representação, pois eles são retratados com a cabeça erguida, o rosto sereno, e as mãos sobre textos que garantem a duração de sua glória.<sup>117</sup>

O quarto modelo seria o de Moisés. Esse arquétipo de mito do salvador caberia perfeitamente em Getúlio Vargas, já que este se colocava como um anunciador de novos tempos, prevendo o que as pessoas comuns não poderiam enxergar guiando, desta forma, o seu povo para um futuro melhor. Esse mito aparece sempre como um lutador, uma combatente incansável quase sempre ameaçado, mas que resiste a essas ameaças. Graças a ele “o ‘depois’ não será mais como o ‘antes’”<sup>118</sup>. As informações que eram passadas para a população, de acordo com este tipo de mito, eram feitas no sentido de tranquilizar as pessoas e fazer com que cada um dos seus concidadãos se reconhecesse nele.

O jornal Folha da Manhã foi fundado no dia 21 de novembro de 1937, tendo, inicialmente, como diretor-presidente, Arthur de Moura (secretário do Interior e Justiça da interventoria de Pernambuco). Ainda compunham a direção do jornal Leôncio Araújo, diretor-tesoureiro; Diniz Perylo, diretor-secretário; José Campello, editor-chefe e Cleófas de Oliveira, secretário.

A Folha da Manhã era composta, em sua maioria, por pessoas ligadas à administração Agamenon Magalhães, como por exemplo, Manoel Lubambo (também colaborador da Revista Fronteiras); Arthur Moura; Nilo Pereira.<sup>119</sup> Esses colaboradores tiveram grande impacto no conteúdo das matérias que eram publicados por esse jornal.

Agamenon Magalhães costumava dizer que a Folha da Manhã havia sido fundada sob o signo do novo Estado que estava surgindo no Brasil, sendo no Nordeste, este órgão de divulgação, “o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovadora do Estado”.<sup>120</sup> O jornal tinha a preocupação de obter um estilo simples e compreensível, para que pudesse atingir o máximo de pessoas.

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>120</sup> PANDOLFI, 1987, op. cit. p. 53.



O interventor de Pernambuco sempre procurava orientar sobre o impacto sedutor que a palavra escrita possuía e dizia que não adiantava somente o governo ser forte, mas era preciso passar a impressão que era um governo, principalmente, de ação. Nesse contexto, o jornal Folha da Manhã teve tanto êxito que depois de um tempo passou a ter duas edições diárias, sendo uma de manhã e outra à tarde.

A edição vespertina era mais barata e, segundo Agamenon Magalhães, daria oportunidade as pessoas que não tivessem condições de comprar o jornal matutino, de ter acesso as informações. Sobre o êxito do jornal, Graça Ataíde comenta que:

“A tiragem, que era de 12 mil exemplares nos primeiros meses, subiu, em seguida, com as ‘remessas de papel da Europa’, para 15 mil. A crise de papel, que naquele momento justificava a negação, por parte do governo Vargas, para alguns pedidos de abertura de jornais, não se constituiria em problema para aquela imprensa política.”<sup>121</sup>

Da mesma forma que a Folha da Manhã, outros jornais e livros vão exercer uma função social importante durante o Estado Novo, seja de representação do Estado ou de representação da oposição ao instituído<sup>122</sup>. Os Diários Associados, representado no estado pelo Diário de Pernambuco, também tiveram grande repercussão no período. Há também a revista católica Fronteiras (considerado o principal porta-voz dos católicos neste período), que circulou de maio de 1932 a março de 1934, voltando a ser editada entre dezembro de 1935 e junho de 1940 e que tinha como principais colaboradores os intelectuais Manoel Lubambo, Arnóbio Tenório Wanderley, Willy Levin, Nilo Pereira, Guilherme Auler e Vicente do Rego Monteiro.

Muitos jornais e revistas que nas suas colunas não faziam críticas ao governo eram recompensados com a isenção de impostos que eram cobrados sobre o papel. Isso era uma forma de agraciar a imprensa que era considerada, pela interventoria, como sendo amiga. Era também uma forma de ampliar a circulação dos jornais alinhados com a nova ideologia, já que com o papel mais barato, o periódico teria um custo menor para ser editado e, assim, circularia em maior número.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> ALMEIDA, 2003, op. cit. p. 168.

<sup>122</sup> Idem, p. 174, 175.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 183.

Agamenon exercia uma forte pressão sobre os conteúdos que os outros jornais publicavam em todo Estado - apesar da censura ficar a cargo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP-PE), cujo diretor era Nilo Pereira. A sua atuação era com mais frequência contra o Jornal do Commercio, de propriedade da família Pessoa de Queiroz, e o Diário da Manhã, pertencente a Carlos de Lima Cavalcanti. Essa pressão exercida sobre os jornais fica bem clara nas palavras do próprio Agamenon Magalhães, como se pode perceber no trecho abaixo:

“Os discursos e entrevistas do Presidente, Ministros e interventores, tudo o que seja necessário divulgar, eu mesmo recomendo que todos os jornais publiquem. Ainda agora fiz publicar o discurso do Presidente em Resende, destacando até frases para as manchetes de toda a imprensa. Sei que os jornais de Carlos como o da família Pessoa de Queiroz recebem essa recomendação de cara feia, mas publicam”.<sup>124</sup>

No final do Estado Novo, a luta contra a censura tornou-se muito forte no Brasil e particularmente em Pernambuco. Muitas críticas começam a surgir com relação a essas arbitrariedades cometidas pelo interventor e pelo DEIP no estado. Algumas dessas críticas caem sobre o jornal Folha da Manhã que, segundo os opositores, estaria sendo sustentado pelo próprio estado.<sup>125</sup>

Para melhor exposição da propaganda feita pelo jornal Folha da Manhã a respeito do novo modelo de pensamento que foi implantado pelo Estado Novo, foram separados em tópicos alguns assuntos mais expostos e debatidos pelo periódico do interventor pernambucano, Agamenon Magalhães.

### **2.2.1. Elogios ao Estado Novo**

O período seguinte à implantação do Estado Novo foi visto, pelos seus líderes, como um período de instabilidade política no que se refere à legitimação do novo regime, como era por eles chamado o Estado Novo. As repetidas manchetes que procuravam passar otimismo, apresentadas pela Folha da Manhã, procuravam não

---

<sup>124</sup> PANDOLFI, 1987, op. cit. p. 53.

<sup>125</sup> Idem, p. 54.

deixar que dúvidas fossem levantadas sobre o novo regime, apesar de, segundo Graça Ataíde<sup>126</sup>, “a correspondência do interventor com o Distrito Federal, centro político irradiador, [ser] sempre marcada por preocupações, medos de golpes e intrigas que pudessem separar ‘os caciques’ do espaço do poder”. Devido a essa instabilidade, fazia-se necessário a legitimação do Estado Novo por meio da propaganda política e os jornais eram considerados um importante meio de divulgação.

Ainda segundo Graça Ataíde, era preciso construir um imaginário político que desembocasse na aceitação da nova ordem. Dessa forma, utilizava-se muito a idéia do novo, da instalação da ordem em contraposição à desordem imperante na República Velha.<sup>127</sup>

Sobre essa desordem da República Velha, o artigo de José Campello, “*Caso de Cadeia ou de Hospício*”<sup>128</sup>, traz grandes elucidações a respeito do discurso oficial. Segundo este artigo, Getúlio Vargas havia retomado uma tarefa do Império, que era a retomada da centralização política. Essa força faltava à liberal democracia para manter a unidade nacional. Pois, essa unidade não poderia ser mantida apenas por um idioma que fosse falado por todas as pessoas que vivessem no país, fazendo-se necessários outros fatores. Vargas teria transformado o reinante liberalismo político, de acordo com o escrito, artificial e maçônico, em um regime que melhor se adaptava às condições do Brasil. Esse regime teria passado por reajustes, até que com o golpe de 10 de novembro de 1937 ele teria recebido seu reajuste definitivo, chegando ao melhor tipo de governo para a realidade brasileira. Após o golpe, o presidente havia varrido os elementos mais perigosos do caudilhismo regional quando mandou queimar todas as insígnias estaduais.

Em uma entrevista para a Folha da Manhã, em comemoração ao primeiro aniversário do Estado Novo, o professor Joaquim Amazonas<sup>129</sup>, professor da Faculdade de Direito do Recife, segue a mesma linha de raciocínio. Para o professor, o Estado Novo tinha de ser instalado, assim como foi necessário e inevitável o movimento de 1930, pois ou se daria o golpe em 10 de novembro ou o Brasil cairia em uma das ideologias extremistas: ou a de direita ou a de esquerda. Essas ideologias seriam

---

<sup>126</sup> ALMEIDA, 2003, op. cit. p. 172.

<sup>127</sup> Idem, p. 172.

<sup>128</sup> CAMPELLO, José. “*Caso de cadeia ou de Hospício*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 11/05/1938, p. 4.

<sup>129</sup> AMAZONAS, Joaquim. “*O Estado Novo restaurou o princípio da autoridade*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/38, p. 1 e2.

díficeis de se diferenciarem, segundo Amazonas, pois as duas se confundiam no que diz respeito a seus exclusivismos. A vitória de qualquer uma delas significaria o afundamento do país. Joaquim Amazonas faz uma dura crítica a democracia liberal que teria sido legada ao mundo pela Revolução Francesa de 1789, pois ela quis implantar uma liberdade exagerada que “se confundia com a licença, enfraquecendo de modo completo o princípio de autoridade, degenerou no comunismo, ou no seu oposto da extrema direita, qualquer dos dois sistemas absorventes, em absoluto, da personalidade humana, que desaparece ante os mesmos”<sup>130</sup>. A constituição de 1937 teria vindo para se opor a obra de destruição dos liberais, procurando conter a penetração constante desses princípios de dissolução nacional, tanto da esquerda, como da direita, e defender a nação e o cidadão. A democracia havia falhado inteiramente, e o país teria sido levado para um estado de miséria econômica e financeira.

Quanto à restauração do princípio da autoridade, o professor Joaquim Amazonas prossegue dizendo que Getúlio Vargas havia reagido, pois tinha restaurado o princípio de autoridade responsável, tendo uma alta compreensão das necessidades mais importantes do país, cuidando, primeiramente, em preparar a nação para se defender e se fazer respeitar. Isso teria dado ao Brasil uma unidade nacional, pois quando a Constituição de 10 de novembro de 1937 restabeleceu a autoridade do governo, ela teria acabado com o afrouxamento dos laços de união entre os estados que havia sido uma característica da Constituição de 1891, cujo princípio federalista teria tornado as antigas províncias brasileiras em estados semi-independentes, fazendo desaparecer, segundo ele, a grandeza nacional tão cara ao Brasil. Ao se restabelecerem esses laços de união entre os estados, para Amazonas, de modo indiscutível, haviam sido superadas as questões territoriais, eliminando as barreiras fiscais e políticas que tanto dificultavam o comércio e a comunicação como se fossem países diferentes. Isso teria restaurado a economia e as finanças do país, reconduzindo o Brasil a sua verdadeira vocação de país uno e indivisível. Foi preciso restaurar o poder da autoridade, mas sem, contudo, desaparecer a figura do cidadão, como nos regimes extremistas.

Uma tônica muito presente nos artigos da Folha da Manhã era a de que o Estado Novo tinha acabado com o liberalismo. Em outro artigo, o professor da

---

<sup>130</sup> Idem.

Faculdade de Direito do Recife e presidente da Ação Católica, Andrade Bezerra<sup>131</sup>, complementa a visão de Joaquim Amazonas. Ele diz que as relações entre a Igreja e o Estado tinham sido um dos maiores tormentos na vida política do Estado Nacional moderno, pois este era excessivamente individualista e liberalista. O modelo de Estado liberal havia pregado a separação entre esses poderes, já que o Estado e a Igreja não poderiam estar juntos. Bezerra critica a visão dos liberais de que a Igreja queria absorver os poderes do Estado. Para o presidente da Ação Católica, a doutrina da Igreja havia se mantido inalterada, pois ela não queria nem a separação, nem a confusão das funções de cada um deles, mas sim, a distinção de competências, já que ao Estado cabia cuidar do bem comum temporal e à Igreja cuidar do bem espiritual das pessoas. Ele coloca como sendo muito importante a cooperação desses dois poderes, pois as necessidades espirituais eram predominantes sobre as necessidades temporais.

Num tom bastante confiante, Andrade Bezerra fala que este período de liberalismo estava chegando ao seu fim e que já era completamente visível o seu total fracasso. No Brasil, a Constituição estado-novista tinha como característica marcante o seu declarado anti-individualismo, tão caro aos liberais. Entre o indivíduo desarmado e desprotegido, do modelo liberal, e o Estado onipotente e exclusivo da nova concepção, existiam entidades essenciais como a família, a profissão, a classe, a região econômica, dando uma significação integralmente nacional às atividades e intervenções do Estado. Desta forma, a visão individualista nas leis teria sido suplantada pela visão coletivista, mais de acordo com a realidade brasileira.

Outro ponto muito comentado pela Folha da Manhã era que o regime anterior ao de 10 de novembro havia deixado espaço aberto para conspirações. Em outro artigo, o jornal diz que os pronunciamentos adversos ao governo, as conspirações tramadas sob a proteção das imunidades parlamentares, colocaram o país “no mais fundo desencantamento sobre as possibilidades de uma perfeita execução do regime imposto pela nova constituição”<sup>132</sup>. A Constituição outorgada por Vargas teria reprimido atentados contra a existência dos poderes institucionais, dos quais participavam parlamentares suspeitos de seguir ideologias extremistas. Isso servia, para o articulista, de justificativa para o Congresso ser fechado, pois no Estado Liberal ele

---

<sup>131</sup> BEZERRA, Andrade. “*O Estado Novo disciplina as actividades e iniciativas individuais*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/1938, p. 4.

<sup>132</sup> “*Estado Novo: as liberdades individuais como meio e fim dos estados Liberaes. A Construção de 91*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 12/04/1938, p. 1, 2, 3 e 4.

estava sendo utilizado como meio de conspiração dessas idéias que seriam nocivas, segundo o jornal, para o Brasil.

Francisco Campos<sup>133</sup> também tem suas idéias reproduzidas pela Folha da Manhã. Em um dos artigos ele comenta as realizações do Estado Novo durante os seis primeiros meses de vigência. Segundo Campos, a obra que havia sido realizada nesse período despertava a admiração de todos aqueles que a conheciam nos seus detalhes. Uma dessas grandes realizações seria a siderurgia nacional, que estava prestes a assinalar na história do Brasil a sua segunda independência. Essa segunda independência seria a econômica, não menos importante que a independência político-administrativa. Continuando, Campos, neste artigo, afirma que na História do Brasil nenhuma ideologia política vitoriosa criou um ambiente coletivo, novo, capaz de dar um sentido objetivo, real para o crescimento nacional. Após essa introdução feita pelo ex-ministro, ele elabora uma comparação elogiosa entre o crescimento do fascismo na Itália e do Estado Novo no Brasil como fica claro no trecho abaixo:

“O fascismo não foi um assalto notório ao poder, com a feição clássica dos actos do bandoleirismo que actua dentro das trevas, pois que a covardia inimiga clássica do Sol: -ele nasceu de uma longa preparação e através, de duas vicissitudes, até que as suas ideas triunpharam apoiadas pela propria nação, o rei, o povo e as forças armadas.

Ahi é que está, precisamente, a actuação decisiva do Estado Novo: elle creou uma mentalidade, em intima relação com as suas doutrinas e os seus processos constructivos, integrando-se na consciencia da nacionalidade reprimida.”<sup>134</sup>

Para Campos, os próprios processos de tentativa de tomada de poder à força, tentados pelos adversários do Estado Novo, esclarecem a mentalidade que havia sido criada pelo novo regime, caracterizada pela condenação da violência e do tumulto. Enquanto o Estado Novo criava uma mentalidade construtora, seus adversários exercitavam uma destruição sistemática; enquanto o Estado Novo estabelecia um ambiente que priorizava a disciplina e o trabalho, eles permaneciam na demagogia revolucionária que era procurar soluções para o país nas tomadas de poder pela força e

---

<sup>133</sup> CAMPOS, Francisco. “A corrente que fecunda e não o diluvio, que destróe” In: **Folha da Manhã**, Recife, 12/04/1938, p. 1, 2, 3 e 4.

<sup>134</sup> Idem, p. 3.

pelo extermínio. Para Francisco Campos, as revoluções não construíam nada de sólido, somente faziam destruir, pois a destruição seria da própria natureza da revolução. Para esses críticos, segundo o ministro da justiça, realmente o Estado Novo nada tinha feito até aquele momento porque não tinha permitido que a mentalidade revolucionária e destruidora dos caudilhos tivesse espaço para se desenvolver.

A crise do sistema Republicano anterior ao golpe de 10 de novembro era muito alardeada pelo jornal, como no artigo não assinado “*O Princípio Fundamental de Autoridade*” no qual é exposta uma retrospectiva da autoridade desde o Império. Essa descentralização política da República Velha, onde os estados tinham uma autonomia exacerbada, havia levado ao surgimento de caudilhos que procuravam manter o seu poder local em detrimento de um poder maior, o nacional. O articulista comenta que o regime republicano no Brasil sofria uma grave crise de autoridade, já que tinha havido uma desarticulação muito brusca e artificial da unificação do poder, cuja figura central era a do imperador. Houve uma mudança da centralização para a descentralização do poder (com a passagem do Império para a República) e esse salto tinha sido muito perigoso, uma vez que poderia ter levado o Brasil à morte político-administrativa<sup>135</sup>.

O autor do artigo continua seu raciocínio, afirmando que o poder tinha sido dividido e subdividido em um país de grande extensão territorial com um povo de precária e incerta constituição étnica. Com essa divisão do poder teriam aparecidos os caudilhos disfarçados de chefes de organizações partidárias inexistentes e defensores de uma perigosa autonomia estadual, que geravam constantes atritos com o governo central. Segundo esta idéia, a difusão do poder favorecia a cultura caudilhista, e ela por mais atenuada que se apresentasse seria inteiramente contrária a um princípio de autoridade superior, que se sobrepusesse ao tumulto das competições locais, atuando como elemento de equilíbrio e contenção de forças políticas e sociais. As coisas haviam chegado ao ponto de uma marcha aberta para a desintegração territorial do país, porque o poder era fragmentado, difuso, diluído, e estava nas mãos de poucos caudilhos que eram também chamados de presidentes e governadores de estados. Contra isso houve uma reação e o Estado Novo teria sido uma verdadeira reintegração do Brasil no princípio de autoridade, no caso aqui descrito pelo jornal, da autoridade central, coordenadora, controladora, que tinha se sobreposto aos estados brasileiros, pois o poder da Nação estava acima de todos os estados. O artigo conclui colocando a figura

---

<sup>135</sup> “*O Princípio Fundamental de Autoridade*” In: **Folha da Manhã**, Recife, 19/05/1938, p. 3.

de Getúlio Vargas como sendo a figura que representaria a autoridade da qual dependeria a salvação do Brasil.

Os elogios ao presidente Getúlio Vargas significavam também o ataque ao sistema democrático e representativo parlamentar. Em artigo não assinado, de título bastante claro, “*De que nos Libertou o Presidente Getúlio Vargas*”<sup>136</sup>, a idéia central é o ataque ao parlamento. Para o articulista, uma das mais lamentáveis conseqüências do parlamentarismo era a constante divergência de idéias, de princípios e de métodos de trabalho, o que prejudicava os verdadeiros interesses dos países que ainda o conservavam como modelo de governo. As conseqüências de tantos choques, divergências e hostilidades, fora o enfraquecimento do poder, até a queda do país nas lutas extremas, das esquerdas como, segundo ele, agora se chamavam a anarquia, o crime, a depredação e a loucura. O parlamentarismo teria se tornado o refúgio do liberalismo demagógico e nada de sério, disciplinado e limpo sairia dele. De tudo isso teria livrado Getúlio Vargas o Brasil.

### 2.2.2 Agamenon Magalhães: propaganda e doutrinação

Agamenon Magalhães também recebia muita cobertura por parte da Folha da Manhã. Ele era colocado como o modelo de interventor brasileiro que estava em completa afinidade com a ideologia proposta pelo Estado Novo. Qualquer fato que lembrasse seu nome, também era noticiado pelo jornal como, por exemplo, a reportagem sobre uma palestra realizada na sede do Centro Sindical de Fortaleza a respeito do presidente Getúlio Vargas, onde o palestrante, o professor Olavo de Oliveira, fez uma menção à contribuição do interventor na época em que era ministro do Trabalho.<sup>137</sup>

Solenidades em homenagem ao interventor também eram noticiadas pelo jornal. Foi o caso de uma solenidade realizada na sede do Instituto dos Comerciários do Recife, onde foram apostos os retratos do presidente Getúlio Vargas e de Agamenon Magalhães. No discurso inicial, realizado por Sebastião Maciel (diretor do instituto), foi

<sup>136</sup> “*De que nos Libertou o Presidente Getúlio Vargas*” In: **Folha da Manhã**, Recife, 24/05/1938, p. 2.

<sup>137</sup> “*O governo Getulio Vargas e a colaboração do Sr. Agamemnon Magalhães*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 15/05/1938, p. 1 e 2.



exaltada a personalidade do presidente da República e a obra social executada pelo interventor. Como era de praxe, Agamenon comparecia acompanhado de seus aliados políticos, como o prefeito de Recife, Novaes Filho, e os seus secretários de estado.<sup>138</sup>

Durante a comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo, em Pernambuco, a Folha da Manhã comentou que esse ano ficara marcado pela inauguração de importantes empreendimentos realizados pelo interventor Agamenon Magalhães a frente do governo de Pernambuco. Segundo o jornal, muitas obras projetadas e executadas no período de vigência do novo regime tiveram uma repercussão muito grande na vida econômica e social do Estado, mostrando que o chefe do governo estadual estava mudando, para melhor, a fisionomia empobrecida da sua terra e estava implantando o dinamismo de uma administração que já havia estudado e resolvido “quasi todos os problemas que vinham se arrastando, como as coisas insolúveis, através dos famosos quatriênios democráticos da República número um”.<sup>139</sup>

Artigos de outros jornais que elogiavam o interventor também tinham amplo espaço, como na reportagem de um jornal potiguar “A República”, reproduzida pela Folha da Manhã, cujo título é bem elucidativo “*Agamemnon Magalhães; revelações de um chefe*”<sup>140</sup>. A reportagem dizia que Agamenon havia penetrado na psicologia do povo, começando pela preparação dos espíritos, e reintegrara a confiança do mérito próprio. Ele teria a força de uma brilhante inteligência e, sobretudo, de uma indiscutível sinceridade que tinha feito o milagre de fazer renascer o entusiasmo nos pernambucanos. Agamenon Magalhães, segundo o jornal potiguar, tinha fundado um jornal que havia se tornado o agente de luta mais autorizado de onde se doutrinavam os ideais do regime que estava reconstruindo Pernambuco.

Essa obra de doutrinação por parte do interventor pernambucano pode ser vista mais detalhadamente nas suas colunas que eram editadas pela Folha da Manhã. Alguns de seus artigos eram, como mencionado anteriormente, publicados por outros jornais, e isso dava um maior alcance às suas idéias doutrinadoras. Os temas escritos

---

<sup>138</sup> “Uma homenagem ao chefe da Nação e ao interventor federal: a aposição dos retratos dos sers. Getulio Vargas e Agamemnon Magalhães, no Instituto dos Comerciantes”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 19/05/1938, p. 1.

<sup>139</sup> “Realizações do Estado Novo em Pernambuco: o interventor Agamemnon Magalhães assignala o aniversario do novo regimen com a inaururação de importantes melhoramentos”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/1938, p. 1 e 2.

<sup>140</sup> “Agamemnon Magalhães, revelação de um chefe” In: **Folha da Manhã**, 08/11/1938, p. 1 e 2.

pelo interventor pernambucano eram dos mais variados e iam desde política até coisas do cotidiano, passando por literatura, cinema, dentre outros.

Em um desses artigos, “*O Cunho Popular da Campanha Abolicionista*”<sup>141</sup>, Agamenon Magalhães trata a abolição de uma forma bastante romântica. Para ele, em nenhum acontecimento histórico o povo foi um fator mais atuante e decisivo do que na campanha abolicionista, pois nos outros movimentos, como a Proclamação da República, o povo somente aplaudia nos teatros e nas praças públicas os propagandistas, mas não participava de forma direta desses movimentos. Para Agamenon, a Abolição tinha sido um movimento da elite e das massas que dominou a sociedade brasileira de alto a baixo, porque nela o fator emocional predominou sobre os fatores culturais. Esse fator emocional ao qual ele se refere é a “mãe preta” que dava o seu leite ao filho do senhor branco, e esse filho não tinha mais esquecido o leite, as lendas e as cantigas de dormir. Ele conclui dizendo que “feito homem, quebrou os troncos e abateu as senzalas, para redimil-as”.

Nos seus artigos políticos Agamenon faz uma severa crítica a tentativa de golpe por parte dos integralistas em maio de 1938. Em um desses artigos, ele reproduz o discurso de Getúlio Vargas e afirma que essa tentativa de golpe havia sido um conflito causado pela a divergência de interesses do grupo integralista contra os interesses supremos da pátria. Era necessário que os brasileiros compreendessem e sentissem a gravidade dos acontecimentos do dia 11 de maio, pois neste dia teria havido um atentado à vida do chefe do governo nacional. Ele coloca a culpa pela tentativa de “*putch*” nas ideologias estrangeiras que eram uma ameaça para o Brasil, como se pode perceber no trecho abaixo:

“Quem armou a emboscada?  
De quem é essa technica e essa crueldade?  
De onde sopram ventos tão malignos?  
Da terra brasileira- Não! Vem de fora, porque dentro da nossa patria  
não pode haver interesse contra a Nação.”<sup>142</sup>

<sup>141</sup> MAGALHÃES. Agamenon. “*O Cunho Popular da Campanha Abolicionista*” In: **Folha da Manhã**, Recife, 12/05/1938, p. 1.

<sup>142</sup> \_\_\_\_\_ . “*A Conjura*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 17/05/1938, p. 1 e 2.

Para Agamenon Magalhães, o inimigo que ameaçava o Brasil não tinha esquadra nem exércitos, e ele invadia as nossas fronteiras sem que percebêssemos, aproveitando-se da nossa tradicional hospitalidade, podendo ser um mero caixeiro viajante, um intelectual, ou um simples turista. Esses inimigos entravam no Brasil e ficavam, construíam casas iguais as nossas, vestiam-se da mesma forma e agiam no seu cotidiano, como nós. Depois de se relacionar bem por aqui, eles iniciavam a sedição, semeando suas ideologias exóticas onde lhe parecesse melhor. Dinheiro não era problema para essas pessoas, pois isso ficou bem claro, segundo Agamenon, com o levante comunista de 1935 e o integralista daquele ano, já que os dois movimentos teriam se utilizado do mesmo aparelhamento técnico, ou seja, em ambos tinha o envolvimento dos estrangeiros que patrocinavam tais movimentos. Diante de tudo isso, para o interventor, os brasileiros deveriam tomar uma posição em defesa do nosso patrimônio histórico, do nosso território e da nossa nacionalidade que representavam mais de um século de sacrifícios e trabalho das gerações anteriores. Ele continua, afirmando que, ou os brasileiros adotavam essas posições ou viria o nosso “suicídio moral”, a renúncia de ser brasileiro. Agamenon conclui dizendo que se enganava quem, a distância, nos julgasse um “povo de pygmeus ou uma raça sem historia, nem grandeza”, e Pernambuco estava em guarda para reavivar a bravura das antigas batalhas, como a Batalha dos Guararapes.<sup>143</sup>

O interventor também reproduzia o discurso estadonovista que anunciava o início dos novos tempos. Em seu artigo “*Começo de uma Época*”<sup>144</sup> ele fez uma dura crítica ao modelo de governo da República Velha. De acordo com Agamenon Magalhães, para resolver o conflito de tendências que conturbava o espírito dos brasileiros, o golpe de 10 de novembro teria sido uma decisão, pois teria evitado o extremismo da esquerda, da direita e também o liberalismo tido por Agamenon como um regime indefeso onde todas as portas estariam abertas para a entrada dessas ideologias estrangeiras. Para o interventor, a Constituição de 1937 era heróica porque fortalecia o poder central e resistia à fragmentação e à anarquia dos valores nacionais. Ele comenta que em tempos de crises, perceptíveis durante a história, as nações procuravam os regimes de autoridade e de disciplina que assegurassem o reajuste da ordem, modificando as estruturas sociais e econômicas.

---

<sup>143</sup> Idem, p.2

<sup>144</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “*Começo de uma Época*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 19/05/1938, p.1.

Agamenon Magalhães continua, afirmando que as velhas estruturas tinham que ceder sob a ação de fatores novos e que esse fenômeno seria observado quando os sistemas já não comportassem as transformações que a nova ordem das coisas ia operando. O fim do século XVIII seria uma prova de que ou se realiza a evolução, como foi o caso da Inglaterra, para um governo de senso e adaptação, ou caía-se na inquietação, na desordem e na anarquia das revoluções, como foi o caso da França. Quando um sistema estava no seu fim, não tinha outro caminho senão o das atitudes corajosas, o da definição do poder e da autoridade, e o encerramento de um ciclo da história para começar outro. Isso, para Agamenon, era o que tinha sido feito no Brasil, indo de encontro ao pensamento da própria nação, “fatigada e indiferente ao prestígio das velhas instituições”.<sup>145</sup>

É importante ressaltar que esse discurso é muito valioso para poder se delimitar um espaço mais específico de representação da nacionalidade, uma vez que tem na leitura e valorização do “passado” sua “chave-mestra”. Para Ângela de Castro Gomes<sup>146</sup>, é importante trabalhar-se com o conceito de Cultura Histórica<sup>147</sup>, já que esse conceito possibilita a melhor compreensão do que “especificamente os homens consideram seu passado e que lugar (espaço e valor) lhe destinam em determinado momento”. Isso remonta a uma construção de culturas políticas que incorporaria sempre uma leitura do passado, seja ele histórico, mítico ou ambos, que recebe uma conotação positiva ou negativa de determinados períodos, personagens e eventos.

Nesta perspectiva, o Estado Novo operava uma busca de um passado que devia ser valorizado. Não o passado imediato, relacionado ao regime oligárquico inspirado no liberalismo político, no qual a condução política que havia sido empreendida por nossas elites era responsável pelos atrasos que existiam no país. Isso trazia uma concepção equivocada sobre o que seria uma Nação, pois se desviava da nossa herança, e gerava uma impossibilidade de produção de uma “consciência nacional” que pudesse dar uma orientação ao nosso rumo político. Esse “espírito nacional” do país tinha a possibilidade de ser encontrado e/ou criado baseando-se nos “costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado” do

---

<sup>145</sup> Idem, p.1.

<sup>146</sup> GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 46.

<sup>147</sup> Ângela de Castro Gomes utiliza o conceito de Cultura Histórica trabalhado por Le Goff para caracterizar “a relação que uma sociedade mantém com seu passado”.

povo. Uma forte característica, ainda segundo Ângela de Castro Gomes<sup>148</sup>, da política do pós 1937 seria uma reação contra o “materialismo” do período anterior que procuravam “romantizar o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado”. Isso conduzia as nossas elites políticas ao erro no tratamento desses “tempos”, o que estava sendo corrigido pelo Estado Novo. Segundo seus ideólogos, o Estado Novo procurava enfrentar os problemas do presente, mas fazendo isso sem idealizações do futuro, porém, com a certeza de que produzi-lo melhor, já que não se negava a refletir sobre o passado, procurando sempre buscá-lo como um “manancial de inspirações”.

Agamenon Magalhães também fazia uma justificativa da repressão contra os comunistas e integralistas, já que esses grupos deveriam ser retirados das ruas por constituir uma ameaça ao Estado Novo. Em seu artigo “*Resíduos*”<sup>149</sup>, ele desenvolve tal justificativa. Para ele, contra o Estado Novo não existia, de fato, um movimento de cultura, pois o integralismo e o comunismo haviam perdido o ambiente e não encontravam mais a desorganização e a falta de autoridade e disciplina da antiga república, que era bastante propícia a disseminação das ideologias exóticas. O país teria restaurado, com o novo regime, o domínio de si mesmo e afastado todos os obstáculos que existiam no caminho, sendo o Estado Novo uma atitude “de marcha contra todos os factores de perturbação da vida nacional. Inclusive o indiferentismo, a acomodação e o medo”. Para Agamenon, os brasileiros, que assistiram com apreensão e revolta o embate de ideologias políticas e a invasão das idéias estrangeiras no Brasil, aceitaram com entusiasmo o regime que foi instituído em 10 de novembro de 1937 como uma atitude de salvação nacional. Os integralistas e comunistas teriam visto, segundo ele, que “as portas se fecharam deante delles. Só um caminho se lhes abria- o da apostasia ou da fuga”. A luta do Estado Novo, para o interventor, se reduzia a uma luta contra resíduos de pessoas que haviam sido integralistas e comunistas, ou “que são saudosistas, homens que vestem qualquer camisa ou se valem de qualquer embuste para lhes disfarçar a origem”.

As manifestações de apoio popular também foram comentadas nas suas colunas. No artigo “*Julgamento*”<sup>150</sup>, ele comenta o primeiro aniversário do Estado Novo e o apoio popular ao novo regime. Agamenon Magalhães começa o artigo dizendo que o povo não erra nos seus julgamentos, já que no instinto das coletividades

---

<sup>148</sup> Idem, p. 53.

<sup>149</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “*Resíduos*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 05/11/1938, p. 1.

<sup>150</sup> \_\_\_\_\_. “*Julgamento*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 05/08/1938, p. 1.

existia mais intuição do que no dos indivíduos. Para ele, o povo percebia o mal nas suas origens mais remotas, protestando ou ficando em atitude de reserva, indiferente aguardando a hora da reação coletiva, pois o que não estava certo o povo não aplaudia e que não havia nenhum exemplo, em toda a nossa história, da exaltação coletiva do erro. Isso demonstraria o apoio ao Estado Novo, já que caso este não estivesse certo, se as suas orientações não fossem as mesmas necessidades e aspirações da nação, as comemorações do seu primeiro aniversário teriam passado sem a adesão e o entusiasmo populares. O que tinha se visto, prossegue o interventor, em Pernambuco e em todo o país, foi um povo na rua assistindo às comemorações e se identificando com o governo, “alegre e feliz, tranquilo e confiante nos destinos da pátria”. As demonstrações de entusiasmo nos lugares mais afastados da capital pernambucana, no Palácio e nos clubes de esportes que, até chegar à noite, dançavam e aclamavam o governo, constituíam um espetáculo inédito de entusiasmo por um regime político. Ele conclui dizendo: “confesso que tive uma certa vaidade, sentindo a estima publica e vendo o povo que o governo fez, feliz. Estamos certos. A attitude do povo, nas comemorações do Estado Novo, foi um julgamento”.

### 2.2.3 Nacionalismo X Estrangeiros

O nacionalismo era também um conceito bastante divulgado e trabalhado pela Folha da Manhã. Em diversas reportagens esse tema aparece com um dos grandes fatores a ser trabalhado no Brasil.

Monte Arrais<sup>151</sup>, articulista da Folha da Manhã, procura, em artigo escrito para o jornal, trabalhar esse conceito. Para ele, o poderio, o equilíbrio e a força material nos Estados Nacionais, apesar de estarem assentados em bases materiais que representariam o grande poder e potencial das comunidades nacionais, também se assentavam, do ponto de vista da sua integração interna e externa, na superioridade da cultura do seu elemento humano. Segundo Arrais, essas bases imateriais não eram, no campo da estabilidade do poder nacional, meros enunciados teóricos. Ao contrário, justamente sobre essas bases que ficavam assentados os alicerces fundamentais da

---

<sup>151</sup> ARRAIS, Monte. “*O Estado Novo e o conceito theorico do nacionalismo ethnico, geographico e cultural*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 18/05/1938, p. 3.

formação histórica de todas as grandes ou pequenas soberanias. Sendo elas forte ou fracas, vitoriosas ou vencidas, todas as nações politicamente constituídas são frutos das direções que lhes imprimia a natureza da cultura disseminada por cada povo. Nesse sentido em particular, podia-se dizer que num quadro internacional, a atitude espiritual de cada nacionalidade representaria a bússola que indicava a direção para os bons e maus destinos.

Os símbolos patrióticos também eram motivos de exaltação da Pátria. Dias comemorativos como o dia da bandeira, eram comemorados pelo jornal e reportagens especiais eram publicadas visando instigar o sentimento nacionalista na população brasileira.

No artigo não assinado, “*O auri- verde pendão da nossa terra*”<sup>152</sup>, o discurso é todo permeado pelo nacionalismo. Ele diz que o dia da Bandeira era um dia culminante para a nacionalidade, principalmente naquele momento em que se procurava valorizar a educação cívica dos brasileiros. As comemorações que haviam por todo o país estavam revestidas de dois significados: um seria o de exaltar o principal símbolo do Brasil e ensinar o povo a compreender e exaltar com o mais profundo sentimento tais símbolos. Uma das principais preocupações das altas autoridades do país seria educar civicamente o povo, e procurar exaltar a força do patriotismo, não apenas nas palavras e imagens românticas, mas do patriotismo que conduziria ao trabalho, à ordem, à disciplina e até, caso fosse necessário, aos sacrifícios. O outro significado a ser exaltado seria a significação que a Bandeira brasileira nos trazia. Ela, segundo o escritor, exprimiria a riqueza, a tradição, a história e os anseios do Brasil, sejam nas suas cores, nas estrelas ou no lema “Ordem e Progresso”, que encerraria todo um programa político, social e econômico para o país que estava sendo libertado das agitações inúteis e das sedições. A bandeira, continuava o autor, seria o símbolo de tudo aquilo que o Brasil pudesse ter de grande, de poderoso e de eterno. Nas escolas, nos quartéis, e até nas repartições públicas o culto a bandeira estava a “afirmar-se cada vez mais com um respeito, e um sentimento que exprimem todo o nosso amor pelo Brasil e a nossa compreensão pelas aspirações e as glórias da grande Pátria”.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> “*O auri- verde pendão da nossa terra*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 19/11/1938, p. 6.

<sup>153</sup> Idem, p. 6.

A Folha da Manhã também fazia severas críticas a brasileiros que criticavam o país no exterior. Muitas críticas ao governo de Getúlio Vargas eram vistas como atos contra a nação e por isso deveriam receber repostas enérgicas de toda a população, já que isto seria um grande atentado a unificação do Brasil que estava sendo implementada pelo governo federal.

Isso fica bastante claro numa reportagem na qual o jornal fazia críticas a um grupo de políticos exilados, por terem recorrido ao presidente norte-americano Roosevelt para que ele condenasse a falta de democracia no Brasil. O artigo tem como título já um tom bastante apelativo, “*Gesto Indigno: os políticos expatriados procuram denegrir o Brasil no estrangeiro*”. Nessa reportagem, o jornalista Júlio Barata<sup>154</sup> crítica os políticos brasileiros Armando Salles Oliveira, ex-governador de São Paulo; Octavio Mangabeira, ex-ministro das Relações Exteriores; Mario Brant, ex-presidente do Banco do Brasil e Luiz de Toledo Piza, ex-deputado federal. No telegrama enviado a Roosevelt, publicado pelo jornal argentino La Nación, eles elogiaram as declarações deste presidente perante o Congresso dos Estados Unidos em defesa da democracia e em protesto contra a política de certos países (essa crítica se direcionava às ditaduras fascistas que estavam em voga na Europa). Segundo os exilados, esse discurso era merecedor de aprovação por parte daqueles que se interessavam em lutar para que esse sistema de governo fosse salvaguardado. Sobre o Brasil, eles comentam que existe no país, sob a responsabilidade do governo, uma sistemática propaganda em favor desses regimes de força.

O jornal rebate essas afirmações dizendo, em tom irônico, que esses brasileiros, que por benevolência do governo brasileiro, estavam usufruindo as “delícias de Paris”, tinham resolvido apontar a própria Nação como um reduto do totalitarismo ao maior país da democracia contemporânea. O tom da reportagem se exalta quando Barata diz que nada mais correto do que cumprimentar o presidente dos Estados Unidos por seu discurso, mas que diante de um estrangeiro, escrevendo de uma terra estranha para outra terra estranha, querer desprezar e humilhar a sua terra natal era concebido como um gesto indigno e antipatriótico.

Para Barata, os brasileiros, não importa onde estivessem, não podiam nem deveriam permitir que estrangeiros, mesmo que fossem presidentes, opinassem a

---

<sup>154</sup> “*Gesto Indigno: os políticos expatriados procuram denegrir o Brasil no estrangeiro*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 14/02/1939, p. 4.



respeito da nossa política interna. Nós éramos, para ele, um povo soberano, sem nenhuma tutela e sem protetorados e as nossas questões resolveríamos por nós mesmos, dentro das nossas fronteiras. Ele faz uma defesa do regime brasileiro e aumenta ainda mais o tom das críticas feitas aos políticos exilados como fica claro no trecho abaixo:

“Nada mais vergonhoso nem mais baixo do que o gesto inqualificável de acusar a pátria deante de outra nação e querer, assim, insinuar com um desprimor nunca visto, que as palavras do estadista de Washington tenham sido uma indirecta ou uma carapuça para o nosso governo. Mas a infelicidade dos brasileiros, que adoptaram tão deprimente attitude, foi maior ainda. Vejam que não só tiveram elles a degradante idéia de intrigar o Brasil com o presidente Roosevelt, como, tentando fazel-o, falsearam a verdade e deturpavam por completo o regimen victorioso em nosso paiz.”<sup>155</sup>

Na defesa, Júlio Barata continua dizendo que tanto os documentos oficiais quanto os discursos e entrevistas do presidente da República eram claros e veementes na condenação das violências extremistas das ditaduras totalitárias, seja ela de esquerda ou de direita. Ele conclui novamente em tom irônico, dizendo que o que menos se empregava no Brasil era a força, a qual somente se recorria como resposta a ações violentas de outros grupos, pois se existisse no Brasil o regime de força os políticos que assinaram a carta não estariam desfrutando da bela Paris, e sim, estariam em um campo de concentração.

Algumas medidas nacionalistas, logo após a implantação do Estado Novo, foram tomadas no sentido de conservar o país livre da influência dos estrangeiros. O governo proibiu a utilização de línguas estrangeiras nas escolas e fez uma grande pressão sobre as comunidades alemãs, italianas, polonesas e japonesas para que elas se aculturassem. Em nome dessa conservação da integridade nacional, foram proibidas as publicações em língua estrangeira. Essa campanha teve uma eficácia tão grande que, segundo Robert Levine<sup>156</sup>, as pessoas que não falavam o idioma nacional foram publicamente desprezadas em suas comunidades, mesmo em lugares onde havia uma grande população de imigrantes.

---

<sup>155</sup> Idem, p. 4.

<sup>156</sup> LEVINE, 2001, op. cit. p. 88.

Em uma reportagem, *“Infiltração Estrangeira no Brasil: minorias insassimiláveis e perigosas”*<sup>157</sup>, o jornal Folha da Manhã faz uma crítica a imigração. Na reportagem eles alertam sobre os perigos que os imigrantes proporcionavam ao Brasil. Segundo a reportagem, o Brasil conhecia bem esse tipo de ameaça, pois imigrantes e seus descendentes muitas vezes eram cooptados para a ideologia nazista, devido a um enorme esforço do governo alemão. As autoridades brasileiras estavam alarmadas com a situação e estavam tomando providências no sentido de proteger o Sul do país, onde um grande número de imigrantes alemães estava, segundo o governo brasileiro, praticando um “separatismo moral”, além de pretenderem, formar e reconhecer, dentro do Brasil, o que os germânicos classificavam de minoria nacional. Ainda segundo a reportagem, isso seria muito arriscado para o país, pois se houvesse tal reconhecimento, os alemães seriam considerados uma nação dentro da Nação brasileira, o que poderia levá-los a “pedir” anexação territorial (como havia sido feito com a Tchecoslováquia) causando-nos uma irreparável perda do nosso território nacional.

No artigo *“Verdade sobre a Imigração”*<sup>158</sup>, além de fazer críticas a determinados grupos de estrangeiros, o articulista coloca a não assimilação por parte destes como uma ameaça a soberania nacional. A reportagem começa dizendo que determinados estadistas da antiga república brasileira tinham um discurso de que sem o colono estrangeiro o Brasil estava destinado a ficar eternamente amarrado as formas mais atrasadas da cultura e da economia. Dessa forma, não conseguiríamos dar um “passo à frente” se não viessem para cá alguns milhões de europeus para trabalhar na terra e nas indústrias. O jornal chama isso de “uma verdadeira obsessão do imigrante”, e diz que tal obsessão era uma influência do modelo dos Estados Unidos, já que muitos políticos brasileiros procuravam copiar os norte-americanos. A reportagem continua dizendo que a imigração havia sido feita sem qualquer preocupação que pudesse resultar da localização de elementos cujas tendências sempre foram imperialistas ou de desagregação no interior das comunidades que os haviam recebidos. Para o repórter, os imigrantes se isolaram do resto do país, mas essa separação, até certo ponto, não causava danos para nós, devido ao tipo de regime político sob o qual os imigrantes viviam antes da sua chegada ao Brasil. Mesmo assim, alguns documentos, segundo a reportagem, que foram constituídos durante a Primeira

---

<sup>157</sup> *“Infiltração Estrangeira no Brasil: minorias insassimiláveis e perigosas”*. In: **Folha da Manhã**, Recife, 17/05/1938, p. 5.

<sup>158</sup> *“Verdade sobre a Imigração”*. In: **Folha da Manhã**, Recife, 18/05/1938, p. 5.

Guerra Mundial, comprovavam que havia ambições da política expansionista da Alemanha sobre os estados brasileiros do sul do país.

A Folha da Manhã continua o discurso anti-imigrantes germânicos, dizendo que após a guerra, a Alemanha havia conseguido encontrar no grande senso de disciplina da sua raça um forte elemento de reação ao Tratado de Versalhes e que havia encontrado no nazismo uma política racial tão forte que qualquer imigração de alemães, mesmo que em número bastante reduzido, seria um perigo para qualquer país como o nosso. Com relação à imigração japonesa, segundo a reportagem, sempre teria sido, em todos os tempos, uma ameaça permanente à integridade territorial dos povos que “tenham a loucura de recebê-la”. A imigração ideal, para o repórter, seria a italiana, pois ainda que o fascismo tivesse também sua “mística racial”, os italianos eram um grupo de muito mais fácil assimilação e a sua capacidade de trabalho era muito mais precisa para as realidades brasileiras. O sucesso e o progresso da imigração italiana para São Paulo seria o exemplo a ser tomado em comparação com os resultados da imigração em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. O artigo concluía dizendo que não importava o povo, pois a verdade era que a imigração em massa constituía uma ameaça a integridade territorial do Brasil. E em tom irônico dizendo que muitos otimistas tinham o discurso de que os estrangeiros vinham para o país realizar suas atividades honestas e pacíficas, e que eles mereciam nossa boa recepção, porém, “quem pode fixar, nos dias de hoje, as fronteiras entre essas actividades honestas e as actividades políticas? São raros os Sherlocks que possam fazê-lo com previsão e eficiência”.<sup>159</sup>

#### **2.2.4 As manifestações dos trabalhadores**

Nas décadas de 1930 e 1940, acontecem uma série de mudanças no que diz respeito ao tratamento dado pelo Estado à questão do trabalho no Brasil. Durante este período, foi criada a legislação que regulamentava o mercado de trabalho no país, como também é neste período que se estrutura toda uma ideologia de valorização do trabalho e de “reabilitação do papel e do lugar do trabalhador nacional”. Essa aprovação e implementação dos direitos dos trabalhadores estavam no centro de uma ampla política

---

<sup>159</sup> Idem.

de “revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem”. Ganha espaço a idéia de que o trabalho era mais do que um direito, pois era também um dever, uma obrigação para com o Estado e a sociedade, mas também era uma necessidade do cidadão. Devido a essa mentalidade os trabalhadores vão ganhar espaço nas festas comemorativas e nos discursos dos representantes do Estado Novo, gerando uma aproximação entre o povo (trabalhadores) e o Estado.<sup>160</sup>

Um fator que é importante ressaltar é que esse tipo de aproximação entre o povo e o Estado não era um fato isolado. O Estado Novo dá início a uma série de festas comemorativas que procuravam ressaltar certas datas, procurando envolver a população em todas essas comemorações. Dentre essas festas, pode-se destacar o grande destaque que era dado à figura do trabalhador nas comemorações do 1º de maio.<sup>161</sup>

O primeiro Dia do Trabalhador foi comemorado pelo Estado Novo em 1938. Essa data, para Getúlio Vargas, não poderia passar despercebida e se limitar apenas às palavras. Assim, o presidente anunciou, na ocasião, a regulamentação do salário mínimo e assumiu o compromisso de sempre “presentear” os trabalhadores com alguma melhoria na política social brasileira. Desde então, o Dia do Trabalho passou a ter certos aspectos ritualísticos, pois era sempre uma festividade de massas onde o presidente Vargas se encontrava e falava diretamente aos trabalhadores. Para Ângela de Castro Gomes<sup>162</sup>, essa data “passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presidente da festa”.

A Folha da Manhã deu ampla cobertura a essas festividades. No artigo “*Disciplina e confiança do Estado Novo*”<sup>163</sup> fica bem claro, já pelo título, o elogio e a tentativa de legitimação do novo regime perante a classe trabalhadora. Essa reportagem trata do telegrama enviado pelo interventor Agamenon Magalhães ao presidente Getúlio Vargas, comentando como havia sido o primeiro dia do Trabalhador em Pernambuco sob o comando do Estado Novo. Foi montado em frente a Faculdade de Direito do Recife um altar, diante do qual desfilaram sindicatos empunhando a foto de Getúlio Vargas e bandeiras nacionais. A reportagem ainda enfatizou que esta festa

---

<sup>160</sup> GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 53,54 e 55. GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica, 1982, op. cit.

<sup>161</sup> GOMES, 1994, op. cit. p. 199.

<sup>162</sup> Idem, p. 200, 201.

<sup>163</sup> “*Disciplina e confiança do Estado Novo*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 03/05/1938, p. 1 e 2.

comemorativa nunca tinha atingido proporções tão grandes quanto a daquele corrente ano. Ela conclui dizendo que “Esse facto traduz a confiança de todas as classes no Estado Novo como resultados do regimen de autoridade e disciplina e valores sociais”.

No artigo acima é mostrada a importância dada às grandes manifestações populares para demonstrar o apoio ao novo regime. Essas demonstrações de apoio eram noticiadas com grande alarde pelo jornal, visando gerar, na opinião pública, a imagem de um consenso sobre o Estado Novo e o apoio recebido pelas mais diversas camadas sociais a ponto de, segundo eles, nunca ter havido uma movimentação pública neste feriado da proporção que havia tomado em 1938.

A imagem de Getúlio Vargas tinha uma representação importante. Como Chefe da Nação ele deveria ser glorificado. Ele era identificado, pela propaganda governista, com o trabalhador número um do Brasil, e terminava por tornar-se o principal ator político de um evento, que na teoria, deveria ter o trabalhador brasileiro como o centro da festividade. Isso foi o que Adalberto Paranhos chamou de “roubo da cena”, pois os homenageados (os trabalhadores) passam a ser os homenageadores (do presidente Vargas), configurando-se, desta forma, uma inversão de papéis.<sup>164</sup>

Para Agamenon Magalhães, as festas comemorativas do dia do trabalho demonstraram que o golpe de 10 de novembro foi para Pernambuco uma renovação, pois, antes e depois do movimento comunista de 1935, recaíam sobre o estado as maiores suspeitas e restrições devido à complacência (segundo Agamenon Magalhães) do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti, com os bolcheviques. Até a fuga de capitais para outros estados, principalmente para a capital federal, teria se verificado numa proporção alarmante. O interventor federal completa dizendo que:

“Essa campanha deprimente para a minha terra me constrangia profundamente, sendo um dos fatores que mais actuaram no meu espirito para aceitar o governo do Estado e enfrentar o problema, sob os seus aspectos reaes.”<sup>165</sup>

Agamenon ressalta que o que faltava em Pernambuco era autoridade, governo, orientação, exemplo e conduta. Segundo ele, no estado sempre houve valores culturais e iniciativa. O que faltava, na verdade, era um governo capaz realizar uma

<sup>164</sup> PARANHOS, 1999, op. cit. p. 98.

<sup>165</sup> “Renovação Social”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 03/05/1938, p. 1.

mobilização, que atuasse dentro de um plano determinado. Para o interventor era isso que o seu governo havia feito, e os resultados poderiam ser vistos de forma clara, como por exemplo, nesses momentos cívicos.

A questão da melhoria de vida dos trabalhadores também era bastante discutida pela Folha da Manhã. Segundo muitas de suas reportagens o trabalhador brasileiro, após a implementação do Estado Novo, havia se emancipado e agora tinha muitas razões para comemorar.

Um artigo de Leão Padilha<sup>166</sup> mostra de forma elucidativa essa visão. Para ele, antes de 1930, o panorama social do Brasil apresentava um contorno que estaria levando ao caos. A coerção policial era muito forte sobre as “aspirações e inquietudes” dos trabalhadores brasileiros, porque, para o pensamento daqueles que estavam no poder, a questão social não passava de um caso de polícia. Os sindicatos organizavam-se de forma desordenada, as greves surgiam o tempo todo e alguns conflitos ainda tinham um desfecho mais inesperado, com conflitos sangrentos e prisões em massa.

Padilha continua dizendo que ao lado da liberdade sem controle e da confusão dominante, os conspiradores das mais diversas ideologias davam aos trabalhadores os impulsos ideológicos mais exóticos, e que os seguidores dessas ideologias contribuíam para os excessos de uma tirania sem objetivo. Em tom irônico ele diz que a maior autoridade nos problemas do trabalhador era a “quarta delegacia auxiliar”. Da legislação trabalhista e das convenções internacionais que nossos representantes assinavam, mas nunca entravam em vigor no país, se aplicavam somente a lei de férias, as leis que criavam as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários e a lei do acidente de trabalho. Ele diz que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros não conhecia os benefícios de caráter social, e que nesse ambiente de insatisfação e de desamparo, os trabalhadores eram enganados pelas falsas promessas de políticos, fato que gerava os conflitos de classes. Apenas o “bom senso natural, a innata pacatez e- quem sabe? Uma vaga esperança de melhores dias os detiveram no despenhadeiro através do qual forcejaram arrastal-os as sereias do reivindicacionismo á outrance”. Este teria sido o quadro encontrado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, logo após a Revolução de 1930. Porém, Vargas procurou mudar essa situação criando o Ministério do Trabalho logo após as necessidades mais

---

<sup>166</sup> PADILHA, Leão. “A emancipação do trabalhador brasileiro”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 07/01/1939, p. 1 e 6.

urgentes (as medidas de caráter militar e de reajuste geral da revolução) impostas pelo momento pós-30. Desde a criação deste ministério, as reformas em favor dos trabalhadores vieram sucessivamente, em curtos intervalos de uma para a outra e, em pouco tempo, elas abrangiam todos os aspectos do problema social, tendo sido os trabalhadores colocados em um patamar igual ao dos trabalhadores das nações mais avançadas do mundo. Padilha enfatiza que já havia sido dado, pelo governo federal, aos trabalhadores brasileiros, muito mais do que eles já tinham conseguido através dessas “campanhas violentas”. Para ilustrar essas conquistas durante o governo de Getúlio Vargas, ele cita como exemplo a lei de férias, que antes de 1930 era exclusividade de algumas categorias de trabalhadores (para ele poucas) e que em 1931 esse direito foi estendido para todos os trabalhadores de todas as profissões do país. O articulista continua contando as vantagens para os trabalhadores e cita como outros exemplos:

“As caixas de pensões e aposentadorias tomaram a forma esplendida que hoje apresenta a admirável obra de previdencia social. (...) O Estado regulamentou a actividade de menores e mulheres, protegendo-os contra todas as formas de exploração, (...) limitou as horas de serviço, instituindo a jornada de oito horas, deu estabilidade aos trabalhadores, decretando a indemnização dos que forem despedidos se justa causa (...) creou as juntas de Conciliação e Julgamento para dirimir e julgar os conflictos entre empregados e os empregadores. Em summa, o presidente Getúlio Vargas, através de etapas sucessivas do seu governo, realizou a emancipação do trabalhador brasileiro.

A instituição do salário mínimo, que visa garantir um nível de existencia compativel com a dignidade humana e as providências em prol da alimentação das classes pobres, completa essa formidável obra social que não encontra símile em nenhuma parte do mundo.  
..<sup>167</sup>

Não é objetivo desta dissertação entrar na discussão a respeito das leis trabalhistas, mas será feita uma ressalva ao discurso oficial reproduzido pelo jornal Folha da Manhã. O discurso que é observado acima mostra que o mito da doação das leis trabalhistas partiu do governo. A outorga da legislação trabalhista é um elemento muito importante do discurso trabalhista, repetido incontáveis vezes na década de 1940. As lutas dos trabalhadores anteriores a esse período, como pode-se perceber, eram

---

<sup>167</sup> Idem, p. 6.

lembradas de forma vaga, e com frequência menor, são trazidas à tona para serem “transformadas em objetos de condenação”<sup>168</sup>.

Para Ângela de Castro Gomes<sup>169</sup>, a relação que “fundava o estado era aquela entre o povo e o presidente, que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social”. Porém, o que dava importância particular, era a forma com essa questão social havia sido resolvida, o que determinou a forma que se efetuava a relação entre o povo e o presidente. Neste sentido, seu ponto mais importante estava na construção do que se convencionou chamar, pelos estudiosos do período, de “ideologia da outorga”. Nesta ideologia, a legislação social brasileira havia sido um instrumento mediador das relações entre o governo e os trabalhadores e havia sido outorgada pela “personalidade clarividente do chefe do Estado ao seu povo”.

Essa relação fundadora do Estado seria uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas, presentes e benefícios. É importante mostrar a dupla dimensão que existe no ato de doar. Essa dádiva era “teoricamente e por princípio, um ato voluntário, aparentemente livre, gratuito e generoso. A dádiva é um procedimento que tem uma face desinteressada”<sup>170</sup>. Porém, quem faz essa doação o faz porque percebe que é imprescindível fazê-lo por qualquer que seja a razão; desta forma a dádiva tem, ao mesmo tempo, uma feição obrigatória. Podemos perceber melhor o mito da outorga, na análise que Ângela de Castro Gomes faz, como no trecho abaixo:

“A outorga impede o uso da força, necessária quando a conquista precisa ser empreendida. É a outorga que remove o conflito e torna possível a construção da sociedade harmônica. O presidente, ao doar generosamente, estava igualmente cumprindo um dever de Estado, na realidade o dever primordial deste Estado, que era o de garantir a justiça social. Mas esta obrigação política do Estado podia ser e era entendida também como um direito do povo, uma vez que a justiça social compreende a supressão da doença, da miséria e do analfabetismo, condições sob as quais um conjunto de homens não se constitui como o povo de uma nação.”<sup>171</sup>

Essas duas dimensões da dádiva (voluntária e obrigatória) estavam presentes nos discursos de Getúlio Vargas, onde a generosidade dele estava diretamente ligada ao

---

<sup>168</sup> PARANHOS, 1999, op. cit. p. 147.

<sup>169</sup> GOMES, 1994, op. cit. p. 210.

<sup>170</sup> Idem, p. 211.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 211.



cumprimento do seu ofício de estadista. A maioria das críticas que eram feitas à República Velha estava centrada na ignorância que os governantes deste período tinham desta “razão de Estado”, o que causava a falta de comunicação com o povo.

O ato de dar implica em outro que é o de aceitar o que foi dado. Esta questão é muito importante, pois quando se pressupõe o dar e o receber, pressupõe-se também outro termo que completa esta tríade: o retribuir. Quem faz a doação cria uma relação de “ascendência” sobre quem foi beneficiado, não somente porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. E quem recebe esta doação “cria um certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável”<sup>172</sup>. O poder de força da coisa dada está em criar em quem recebe, a obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. Essa relação entre dar, receber e retribuir é fundamental para que se possa compreender a “ideologia da outorga”.

Outro fator de importante observação é que de maneira geral os padrões ignoravam as leis trabalhistas, e usavam como justificativa que teriam que “fechar as portas” se não a burlassem. Segundo Robert Levine<sup>173</sup>, se forem observadas as greves que ocorreram entre os anos de 1931 e 1936, de norte a sul do país, bem como todas as greves parciais e paralisações ocorridas entre os anos 1936 e 1940, percebe-se que elas visavam obter os direitos e condições de trabalho que eram garantidos por lei, mas que na prática não eram respeitados. A Companhia de Tecidos Paulista, que ficava em Pernambuco, tinha como prática obrigar os seus funcionários a trabalhar doze horas por dia, enquanto a legislação determinava que a jornada de trabalho deveria ser apenas de oito horas diárias. Isso não era somente em Pernambuco, pois muitas fábricas em São Paulo ainda obrigavam os seus trabalhadores a uma jornada de quatorze horas. Boa parte da legislação trabalhista tinha a sua eficácia bastante limitada, restringindo-se basicamente à capital federal, onde havia uma maior fiscalização por parte do governo brasileiro.

---

<sup>172</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>173</sup> LEVINE, 2001, op. cit. p. 173, 147 e 175.

### 2.2.5 José Campello

Esse subtópico trata do redator-chefe do jornal Folha da Manhã, José Campello. Em seus artigos, que eram publicados diariamente na coluna “O Dia”, ele procurava escrever sobre os mais diversos assuntos. Em 7 de março de 1938, após uma renúncia da gestão anterior com ainda dois anos de mandato pela frente, Campello assume a presidência da Associação de Imprensa Pernambucana. Na posse da nova diretoria a AIP realizou a festividade com grande representatividade por parte do governo pernambucano. Compareceram a solenidade Agamenon Magalhães, todos os seus secretários e 73 sócios da entidade<sup>174</sup>. Em seu discurso, o novo presidente da AIP ressaltava a força que o órgão, que agora estaria a serviço do Estado Novo, tinha para colaborar com o novo regime e assumir a sua função missionária. Para ele, era importante enfatizar que o novo papel que a imprensa estava assumindo era muito mais do que apenas publicar informações. Campello reafirmava a importância da criação da Folha da Manhã como órgão conscientizador do povo, destacando o papel doutrinador do jornal de propriedade do interventor pernambucano.

Muitos de seus artigos eram carregados de um forte anti-semitismo, que superava muitos jornalistas do Brasil inteiro. Um exemplo disso foi a sua incansável campanha para procurar os responsáveis pelas críticas à produção do pão misto (que além da farinha de trigo era misturada à farinha de mandioca) no Estado de Pernambuco. Para tal episódio, ele colocou a culpa nos “trustes judaicos”, que tinham o monopólio sobre as indústrias de beneficiamento do trigo, afirmando que o boicote contra a utilização da farinha de mandioca pelas casas panificadoras do estado seria uma manobra dos judeus. Para Graça Ataíde<sup>175</sup>, José Campello fazia uma recuperação dos discursos anti-semitas tanto da Idade Média quanto da Alemanha nazista, e em muitos de seus artigos, já pelo título, tem-se uma noção do que eles tratavam como, por exemplo, “Fácil interpretação dos caracteres”, “Os polvos”, “Os indesejáveis”, “Negócio judeu” e “Indústria Clandestina”. Em junho de 1940, Campello, por todo o seu apoio às idéias nazi-fascistas, termina sendo homenageado pelo governo italiano, recebendo o título de “Conselheiro de Côroa” da Itália.

---

<sup>174</sup> ALMEIDA, 2003, op. cit. p. 176.

<sup>175</sup> Idem, p. 177, 178 e 180.

O seu artigo “*Chamberlain e Mussolini*”<sup>176</sup> ilustra muito bem a afinidade de José Campello com o ideário nazi-fascista e os elogios que ele fazia ao líder fascista italiano. Nesse artigo, ele menciona o encontro entre esses dois estadistas noticiado pelo jornal inglês “*Manchester Guardian*”. Campello afirma que o jornal foi muito feliz ao elogiar Mussolini, caracterizado pelo periódico como o “estadista mais formidável que existe hoje na Europa”. Para o articulista da Folha da Manhã, todo homem culto daquele tempo, desde que não fosse adepto de ideologias “suspeitas”, sabia que Mussolini era o maior estadista da Europa daquele momento, ou quem sabe, de todo o mundo contemporâneo. Ele conclui dizendo que o primeiro ministro inglês fazia parte de uma grande raça imperial e que iria falar a um povo de também grande raça imperial e não mais a um povo de segunda ordem, pois os italianos tinham sido reavivados pelo “grande gênio e um dos seus mais notáveis homens históricos”.

Em outro artigo, José Campello faz um elogio à censura do governo italiano aos filmes e a literatura. O governo italiano havia proibido a exibição de filmes americanos, a exceção dos filmes do Watt Disney que foram considerados como tendo um alto valor moral e artístico. Quanto à literatura, a proibição abrangia um número considerável de volumes, com exceção dos livros de aventuras que, para os censores, levavam as crianças a crer na “força e na bravura dos desbravadores de selvas brutas, que combatem as feras, os selvagens e os bandoleiros. Nessas histórias movimentadas e sugestivas, as virtudes mais puras e mais heroicas são sempre o apanágio dos triunfadores temerários”.<sup>177</sup>

Para Campello, o governo italiano fazia muito bem ao exercer tal força, pois a censura ao cinema e a literatura destinadas às crianças e aos jovens devem ser consideradas uma questão de defesa moral e artística. Para ele, era inconcebível que naqueles tempos uma nação que tinha conhecimento de seu brilhante destino abandonasse o seu caminho devido à “dissolução espiritual dos filmes do judaísmo internacional e da literatura imoral, rebarbativa ou de mau gosto, a sua mocidade inexperiente”. Essa preocupação para ele tinha fundamento, pois o comunismo considerava há muito tempo a literatura aparentemente inofensiva e honesta como a melhor forma de propaganda da sua ideologia. Era uma urgência, então, manter as tradições religiosas e familiares que foram as forças iniciais e construtoras da

---

<sup>176</sup> CAMPELLO, José. “*Chamberlain e Mussolini*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 19/01/1939, p. 4.

<sup>177</sup> \_\_\_\_\_. “*Censura indispensavel*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/1938, p. 4.

nacionalidade sobre as quais “se escreveram a sua historia” e pelas quais haviam lutado tantas gerações e tantos heróis. Todo esse patrimônio cultural valia a censura exercida sobre todos os filmes e sobre toda literatura censurados e proibidos de serem lidos ou vistos pelas gerações mais novas.

José Campello sugere que a censura atue de forma ainda mais forte e ampla, pois

“(…) deve abranger a literatura dos entreches românticos, comicamente lyricos de historietas para moças e rapazes que poderiam dar excelentes mães de famílias e robustos cidadãos, mas que se perdem intoxicados por uma leitura em que as idéas dissolventes agem com a lentidão segura e implacavel dos venenos ministrados em gottas. Depois vem a realidade e esta é tanto mais dura quanto mais forte for a intoxicação lyrica...

A musica não deve tambem escapar á censura mais severa. Ella corrompe tanto ou mais que a literatura e o cinema. O rytmo, por exemplo, de ceras musicas chamadas ‘populares’, é capaz de corromper até a medula uma sociedade inteira...”<sup>178</sup>

Os seus artigos não eram somente de conteúdo anti-semita e de elogios ao nazi-fascismo. A necessidade da propaganda política foi debatida por ele. Para manter o poder de persuasão do Estado Novo, ele escreve um artigo comentando a importância da propaganda para um governo poder disseminar sua ideologia. Para José Campello, a propaganda não era apenas uma necessidade no campo das atividades econômicas. Naqueles tempos, ela também se fazia necessária na divulgação das idéias políticas, sociais e culturais. A questão crucial seria fazer a propaganda com “intelligencia e bom gosto que são elementos principais do seu sucesso”. Ele afirma que a propaganda era de grande utilidade, porque levava ao povo o conhecimento das grandes realizações e benefícios que um regime político poderia executar devido a grandeza de sua doutrina, saindo, desta forma, do terreno especulativo para as realidades concretas. Campello continua, dizendo que quando se divulgava e exaltava a obra que já havia sido realizada no primeiro ano de existência do Estado Novo, fazia-se uma tarefa útil de divulgação, esclarecendo e instruindo a opinião pública para que se pudesse pesar e medir as

---

<sup>178</sup> Idem, p. 4.

conseqüências que vieram da implantação do novo regime e da atuação dos seus homens mais representativos.<sup>179</sup>

Para ele, não era de se admirar que a imprensa noticiasse todos os dias o que o Estado Novo vinha fazendo pelo engrandecimento do Brasil e pelo bem estar dos brasileiros, pois a documentação com que se poderia instruir essa propaganda eram os fatos e os números, como, por exemplo, os serviços já inaugurados e os que estavam prestes a ser inaugurados, e isso o Estado Novo já havia, segundo sua visão, feito bastante. Às pessoas que eram contra a propaganda por parte do governo ele manda um recado dizendo que “quem trabalha de portas a dentro é a sociedade secreta, é o contrabandista, é o falsario, é o mentiroso”. Campello conclui dizendo que a criação era uma força dinâmica, e como toda força desse tipo a tendência era a expansão, pois naqueles tempos a vitória de uma boa idéia estava fortemente ligada a sua intensa e eficiente propaganda.

A Guerra Civil Espanhola também foi motivo de artigo escrito por José Campello<sup>180</sup>. A sua postura era, como esperado, de ataque a frente popular e de apoio às forças do general Franco. Para ele, os elementos que ainda não haviam perdido a esperança de salvar o bolchevismo estavam arrastando pelo mundo os horrores de uma guerra ideológica, estavam espelhando muitos boatos com relação à guerra na Espanha. O redator-chefe diz que os “liberais-maçonicos-bolchevistas-judaicos” insistiam no prolongamento da resistência não porque eles tivessem ilusões sobre o final da guerra, mas pela esperança de que pudesse aparecer um imprevisto, uma intervenção, que seria a guerra européia ou mundial. Os brigadistas sabiam, segundo ele, que os nacionalistas iriam tomar Madri, assim como tomaram São Sebastião, Málaga e Barcelona (uma das regiões mais ricas e industrializadas da Espanha), esta última mais aparelhada para a fabricação de material bélico, e que sem ela resistência vermelha era só uma “figura rethorica”.

Artigos sobre a família e a sua organização também eram alvos de comentários por parte de José Campello. Em um desses artigos, ele comenta sobre “*A Mulher e os Serviços Domésticos*”<sup>181</sup>. Para ele, o trabalho doméstico é que dava força e dignidade ao caráter feminino, pois nos exercícios para que elas nasceram, a mulher adquiria uma superioridade e uma nobreza que obrigavam o homem a se curvar ao

<sup>179</sup> \_\_\_\_\_ . “*Da necessidade da propaganda*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 08/11/1938, p. 5.

<sup>180</sup> \_\_\_\_\_ . “*Desesperado recurso*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 12/02/1939, p. 5.

<sup>181</sup> \_\_\_\_\_ . “*A mulher e os serviços domésticos*”. In: **Folha da Manhã**, Recife, 01/12/1938, p. 4.

“sexo frágil”. “Eu não sei de nada mais bello, mais util e mais glorioso que o trabalho domestico da mulher preocupada com todas as pequenas grandes coisas do seu lar superiormente dirigido”, continua o redator chefe no seu artigo. Para ele, o lar era um pequeno mundo que exigia trabalhos inteligentes e delicados, e esse trabalho só se tornava atraente, confortável e belo quando a mulher, senhora desse seu mundo, com o temperamento feminino.

Ainda neste artigo, José Campello faz um elogio a uma medida do governo nazista, que obrigava as mulheres com idade de 18 a 25 anos aos serviços domésticos. Ele diz que louvava sem nenhuma restrição o decreto ao qual chamou de “magnífico”, pois se seguíssemos, aqui no Brasil, esse exemplo, muito seria melhorado o nível moral das moças que freqüentavam os bailes de carnaval e as praias de banho. O serviço doméstico, para Campello, era uma fonte inesgotável de virtudes e melhorava, em muito, o caráter feminino. Ele conclui dizendo que os homens, no final das contas, o que esperavam eram uma mulher virtuosa e um lar atraente, confortável e bem posto, e a virtude do lar estava intimamente ligada à capacidade da mulher em executar inteligentemente e bem os serviços domésticos.

José Campello, como pode-se perceber, foi um ativo articulista do jornal Folha da Manhã. Suas colunas afinavam-se com a ideologia oficial, e ele procurava sempre realizar, conforme expressou em seu discurso de posse na AIP, a doutrinação das massas através dessa nova imprensa que estava surgindo no Brasil e que deveria ter uma missão primeira no Estado Novo.

## CAPÍTULO III

### A AÇÃO DA CENSURA EM PERNAMBUCO

*“Uma guerra não pode ser ganha sem livros, tal como uma guerra naval não pode ser ganha sem navios”.*

Wiston Churchill

#### 3. 1. O Livro como disseminador de idéias “perigosas”

Os regimes autoritários procuram a uniformidade ideológica, e isso traz uma luta contra a dissidência. Para instaurar a verdade oficial é preciso controlar a sociedade em todos os níveis, pois tudo é de interesse do Estado e ele deve procurar fazer um “saneamento” das idéias que circulam. Essa verdade oficial carrega em si a idéia de que todos são suspeitos e os cidadãos que discordam dessa verdade devem ser isolados, punido e eliminados. O terror faz parte das ações do Estado para tentar controlar essas idéias<sup>182</sup>.

Segundo Roger Chartier, a “cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem”<sup>183</sup>. Várias obras ao longo da história foram perseguidas, por serem consideradas subversivas. Desde as obras queimadas pela Inquisição às queimadas pelos nazistas, pensava-se que estariam queimando-se não só os livros, mas também os seus autores e suas idéias. Porém, havia o inverso da censura. Muitos príncipes protegeram autores que corroboravam com o seu “modo de pensar” e eram por eles recompensados.<sup>184</sup>

Para Lilia Moritz Schwarcz<sup>185</sup>, aconteceu uma ruptura essencial no século XII, no momento em que a escrita deixou de ter apenas a função de memorização e conservação, passando a ter a conotação de um trabalho intelectual. É justamente neste século que surge a noção de autoria intelectual, já que antes o escritor era considerado

---

<sup>182</sup><sup>182</sup> NOVINSKY, 2002, op. cit. p. 32.

<sup>183</sup> CHARTIER, 1999, op. cit. p. 23.

<sup>184</sup> Idem, p. 23, 24.

<sup>185</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 127, 128 e 129.

um escriba cuja inspiração era emanada de Deus. Ainda segundo Lilian Schwacz, “o fato é que o autor surge com a censura, até mesmo com o *Índex* da Contra-Reforma, quando era necessário nomear o contraventor e imputar a responsabilidade penal”.

Fernando Báez<sup>186</sup>, estudioso da história das bibliotecas, defende a teoria de que o livro não é queimado como objeto físico pelos censores, e sim pelos vínculos de memória que ele possui, destruindo assim, a racionalidade que ele representa. O livro daria uma maior consistência à memória humana. E conclui que “deve-se entender que o patrimônio cultural existe na medida em que o cultural constitui o patrimônio mais representativo de cada povo”<sup>187</sup>. Pois, esse patrimônio teria condições de promover um sentimento de pertencimento e de afirmação, o que acarretaria em um estímulo à consciência de identidade das pessoas em seus territórios, tal como “uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração”<sup>188</sup>.

Báez comenta que no momento em que se procura destruir um livro, na verdade a intenção é de aniquilar o patrimônio de idéias, pois destrói-se tudo o que se considera uma ameaça, seja direta ou indireta, a esse valor considerado, por quem está “condenando o livro”, superior. Os biblioclástas<sup>189</sup> teriam os seus próprios livros, os quais julgariam eternos, sendo os outros considerados inferiores, devendo ser excluídos da sociedade. Esses censores e destruidores de livros são dogmáticos, pois têm uma concepção de mundo como algo que é irrefutável, uniforme e absoluto, o que implica numa realidade absoluta. Quando um autor não se coloca nestes parâmetros ele é imediatamente condenado e censurado, já que para muitos censores uma postura crítica seria um grande passo para a rebelião.

No Brasil, a literatura foi alvo dos discursos de censura do governo durante vários momentos de nossa história. A literatura tinha muita importância como um meio de divulgação de novas idéias. É interessante lembrar, segundo Nicolau Sevchenko, que é através da literatura que os mal ajustados socialmente expressam as suas idéias de um “como deveria ser”. Pode-se observar sua importância no trecho abaixo:

Essa é a razão por que ela [a literatura] aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social. (...) enquanto a

<sup>186</sup> BÁEZ, 2006, op. cit. p. 24.

<sup>187</sup> Idem, p. 24.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>189</sup> Biblioclástas para Fernando Báez seriam as pessoas que destroem os livros. Idem, p. 24, 25.



historiografia procura ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir a ser.<sup>190</sup>

Pela censura literária, as autoridades procuraram definir o limite entre o lícito e o ilícito, tentando realizar o "saneamento ideológico" na população, criando mentes dóceis e não críticas. Para Maria Luiza T. Carneiro, durante o período republicano, todo aquele que procurasse "fazer a revolução" através da palavra falada ou escrita era um perigo para a sociedade e como tal deveria ser censurado e tirado do convívio dos demais cidadãos ainda "saudáveis", ou seja, não contaminados por tais idéias sediciosas. Essas idéias eram consideradas pelos homens do governo como um perigo que poderia desequilibrar a nova ordem imposta à sociedade.<sup>191</sup>

Ainda segundo essa autora, a grande preocupação dos "senhores da ordem" seria a de afastar a qualquer custo as idéias tidas como revolucionárias e que colocavam em risco a "segurança" do país, podendo gerar uma desordem interna que culminaria com a entrega da nossa nação para os estrangeiros, como muito se propagou durante a Era Vargas.

Neste período, a censura e "limpeza" das mentes ficavam a cargo dos órgãos policiais, que eram incumbidos de tirar de circulação todo esse material *sedicioso* das ruas, seja fechando gráficas clandestinas, livrarias, e até mesmo apreendendo livros, panfletos e outros impressos na casa das pessoas que estavam sob a constante vigilância da polícia, tendo como o seu executor a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, tanto o Estado como os revolucionários sempre souberam da importância da palavra escrita, numa época em que os jornais, livros, revistas e panfletos eram o principal meio de comunicação e propagador de idéias, tanto da situação como da oposição. O governo procurava através dos impressos disseminar a sua ideologia, procurando massificá-la, não sendo diferente

---

<sup>190</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 28.

<sup>191</sup> CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. Estação Liberdade: São Paulo, 1997, p. 15.

da oposição que, através destes, procurava, também, realizar as suas críticas ao regime que estava em funcionamento.<sup>192</sup>

### 3.2 Um breve histórico da censura aos livros antes de 1930

Em diversos momentos de nossa história, os homens que dirigiam o Estado utilizavam a força para derrubar aqueles que contestavam a sua legitimidade. Pensar de uma forma diferente foi considerado um crime que deveria ser punido.

A censura literária no Brasil se constituiu num tema de grande relevância para os estudos históricos, porque foi uma prática usada em diferentes períodos da história do Brasil como mecanismo de vigilância, controle e repressão social, política e ideológica. Segundo a professora Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>193</sup>, na história da cultura universal, mais especificamente da cultura portuguesa e brasileira, que se viram amordaçadas durante a inquisição, são múltiplos os exemplos de caça à literatura sediciosa.

O século XV marcou o fim de um período de tolerância entre culturas tanto em Portugal quanto na Espanha, e quando se instalaram os tribunais do Santo Ofício da Inquisição as medidas coercitivas foram amplamente adotadas, punindo como um crime, e muitas vezes como crimes graves, o livre pensar e escrever. Em Portugal, foram colocados no “Rol dos livros proibidos” obras de autores considerados importantíssimos para língua portuguesa como Gil Vicente e Luís de Camões<sup>194</sup>. Todo esse controle feito pelo governo português visava cercear a expansão da religião protestante e encontrava nos livros um lugar importante de atuação.

Portugal seguiu as “Pragmáticas” (normas criadas pelo papa Paulo III e publicadas em 7 de setembro de 1558, estabeleciam os critérios para tentar conter as obras consideradas contrárias à religião e aos bons costumes) e procurava seguir suas regras de proibição, como por exemplo, punindo a publicação de qualquer obra proibida pelo Santo Ofício, não importando a língua em que fosse publicada, com a pena de morte e confisco dos bens do seu proprietário. Porém não somente quem publicasse os livros seriam presos e punidos, mas também, aqueles que possuíssem tais

---

<sup>192</sup> Idem, p. 19.

<sup>193</sup> Ibidem p. 43.

<sup>194</sup> NOVINSKY, 2002, op. cit. p. 26.

obras ou pessoas que tivessem conhecimento delas, mas não alertassem aos inquisidores.<sup>195</sup>

Com um alvará criado em 5 de abril de 1764, houve uma tentativa de mudança na censura, pois ela, que até então estava sob o domínio da Inquisição, passou para o controle direto do Estado Português. Contudo, na prática o Santo Ofício continuou a exercer o controle sobre a censura, já que as listas dos livros que eram proibidos eram, na maioria, livros considerados heréticos.<sup>196</sup>

Muitos filósofos precisaram se esconder atrás do anonimato. Durante o período da ilustração, muitos textos, teses e ensaios circulavam, mas eram de autores anônimos, sendo isto feito para evitar a coerção do Estado sobre os escritores.

No Brasil, a censura atuou de forma intensa e maior que na América espanhola. O medo de que obras heréticas entrassem na colônia foi um pesadelo constante dos inquisidores portugueses. Cada navio que entrava nos portos brasileiros era revistado “pelos visitantes das naus”.<sup>197</sup>

A Inquisição enviou para a América portuguesa editais contendo listas de livros que haviam sido proibidos, como os que, por exemplo, foram remetidos a Pernambuco e a São Paulo<sup>198</sup>. Não era só através da publicação de editais que o controle sobre os livros e as leituras se dava. Esses controles também assumiam outros contornos, como, por exemplo, em 1711, quando foi determinado que fossem examinadas as bibliotecas de pessoas que viessem a falecer, e fossem apreendidos os livros considerados perigosos que por ventura fossem encontrados. Era muito freqüente a atuação de familiares e de comissários encaminhando denúncias aos tribunais competentes, no caso brasileiro aos tribunais de Lisboa, contra os que possuíssem ou lessem as obras consideradas proibidas.<sup>199</sup>

Durante esse período, as determinações censórias vinham da metrópole, havendo aqui basicamente uma fiscalização de eficácia, segundo Luís Carlos Villalta, muito duvidosa. Qualquer pessoa que quisesse embarcar com os livros precisava pedir autorização do Desembargo do Paço (órgão real que fazia esse controle). Foram encontrados diversos casos de pessoas que tiveram seus livros apreendidos por não

---

<sup>195</sup> SCHWARCZ, 2007, op. cit. p. 136.

<sup>196</sup> Idem, p. 28.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>198</sup> VILLALTA, Luís Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. In: CARNEIRO, 2002, op. cit. p.70.

<sup>199</sup> Idem, p. 71.

estarem com essa autorização. Fazia-se necessário que o proprietário dos livros realizasse uma listagem das obras que deveriam ser embarcadas.<sup>200</sup>

Em alguns casos, a Real Mesa Censória e o Desembargo do Paço permitiam o acesso de algumas pessoas e instituições aos livros proibidos. Quem conseguia esses privilégios eram as universidades (em Portugal, já que ainda não existam no Brasil) e alguns mestres ligados à teologia, já que precisavam ler os livros considerados heréticos e ímpios para poder contestá-los.<sup>201</sup>

Segundo Ana Luiza Martins<sup>202</sup>, a censura não foi maior porque a imprensa se instalou tardiamente no Brasil, retardando uma maior circulação de livros no Brasil. O contrabando de livros e circuitos escusos mascarou a entrada de obras consideradas subversivas à moral e aos bons costumes. No entanto, livros de cunho político, anti-religiosos e de caráter sedicioso, ditas eróticas e/ou pornográficas circulavam na sociedade da primeira e segunda república.

Quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, o príncipe regente D. João tornou o Desembargo do Paço o órgão que ficava encarregado da censura na colônia, reforçando, desta forma, os antigos procedimentos existentes no Reino sobre a saída de livros para a sua colônia americana.<sup>203</sup>

Com a instalação da Corte no Brasil, fazia-se necessário publicar os papéis diplomáticos, legislações etc. Então, em 13 de maio de 1808 (dia do aniversário de D. João), foi criada a Impressão Régia que, além de publicar os documentos oficiais, deveria ser responsável pela “impressão de todas e quaisquer obras, sobretudo daquelas que ajudassem a divulgar a imagem da própria monarquia”<sup>204</sup>. Com o passar do tempo, mas ainda com muitas restrições, novas tipografias obtiveram autorização de funcionamento na Corte e em outras localidades.<sup>205</sup>

A implantação da censura no Brasil, segundo Leila Mezan Algranti, teve três momentos marcantes.

---

<sup>200</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>202</sup> MARTINS, A. L. “**Sob o signo da censura**”. Palestra proferida junto ao Colóquio Minorias Silenciadas. São Paulo: Centro Cultural Maria Antonia/USP, abril, 1997.

<sup>203</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821). In: CARNEIRO, 2002, op. cit. p. 96.

<sup>204</sup> SCHWARCZ, 2007, op. cit. p. 249.

<sup>205</sup> ALGRANTI, 2002, op. cit. p. 96, 97.

“O primeiro, por ocasião da nomeação dos censores para a tipografia régia; depois, ao se estabelecer a função censória do Desembargo do Paço aqui na América, que resultou na escolha de censores civis; por último, a colaboração da recém-criada Intendência da Polícia do Rio de Janeiro. Pois esta, logo após a sua criação em 1808, mandou divulgar um aviso proibindo afixarem-se anúncios de livreiros em lugares públicos sem que antes fossem entregues à Intendência para exame e censura.”<sup>206</sup>

Todos os esses órgãos (Tipografia, Desembargo do Paço e Intendência da Polícia) estavam diretamente ligadas à autoridade do rei, e suas determinações teriam que ser seguidas.<sup>207</sup>

Os adjetivos que eram bastante utilizados pelos censores deste período para justificar suas ações são “ímpia”, “blasfema”, “obscena” e “imoral”, palavras que estão carregadas de significados religiosos e morais, embora muitas vezes não se tratassem de obras de cunho religioso.<sup>208</sup> Dentre os livros censurados estavam aqueles que contestavam o absolutismo, além de muitos livros de filósofos iluministas. Voltaire foi um autor muito visado pela censura, ao ponto de outras obras que contivessem trechos desse filósofo, ou apenas citações suas, estavam sujeitas a censura. Os textos de outros filósofos iluministas, como Rousseau e Montesquieu, também eram bastante vigiados. Outro gênero literário que merecia muita atenção de alguns censores eram as novelas, pois segundo alguns deles isso “despertava em demasia a imaginação da juventude”, “porque mesmo que alguns possam ser inocentes e sirvam para recreio, tais leituras desviam os mancebos das aplicações proveitosas, exaltando a imaginação das pessoas moças do sexo feminino”.<sup>209</sup>

Na República, o Estado e a Igreja continuaram controlando os livros que circulavam no Brasil<sup>210</sup>. Todos esperavam que com o fim da Primeira República a liberdade de expressão passasse a ser uma tônica do governo de Vargas. Entretanto, logo depois essa ilusão foi desfeita, e em dezembro de 1933, o ministro da justiça, Francisco Antunes Maciel, publicava as regras para o controle de informações:

---

<sup>206</sup> Idem, p. 99.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>210</sup> CARNEIRO, 1997, op. cit. p. 20.

Proíbiam-se: As críticas ao governo em termos acrimoniosos; expressões e referências pejorativas aos seus membros; notícias que pudessem prejudicar a ordem pública e estimular subversões; agressões pessoais a quem quer que fosse; críticas aos governos estrangeiros e seus representantes; informações que pudessem produzir alarmes ou apreensões e finalmente boatos de tendenciosidade manifesta.<sup>211</sup>

### 3.3 A atuação do DIP em Pernambuco

Em 27 de dezembro de 1939, pelo decreto lei nº1915, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com a finalidade de promover a propaganda e a censura estabelecidas pelo Estado autoritário. Os seus representantes utilizaram os mais diversos meios para poderem realizar tais feitos. Sob o comando de Lourival Fontes o DIP tinha por fim:

centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional. (...) estimular a produção de filmes nacionais (...).<sup>212</sup>

Além da propaganda, podemos perceber através do item a, do artigo 1º. do decreto de criação deste órgão, uma das atribuições da censura:

a) fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas pela lei.<sup>213</sup>

O DIP estava estruturado da seguinte forma: *Divisão de Divulgação; Divisão de Radiodifusão; Divisão de Cinema e Teatro; Divisão de Turismo; Divisão*

<sup>211</sup> MACIEL, *Apud.* CARNEIRO, 1997, p. 26.

<sup>212</sup> "Decreto de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda" *In:* TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 34.

<sup>213</sup> *Idem*, p. 34.

*de Imprensa; Serviços Auxiliares*<sup>214</sup>. A Divisão de Divulgação tinha como principal objetivo a “... elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras”. Procurava, desta forma, divulgar as doutrinas do Estado Novo e as realizações do governo. Ainda se encontrava subordinada à Divisão de Divulgação, o Serviço de Exame e Interdição de Livros e Publicações que ficava incumbido de censurar as publicações de livros em todo o Brasil.<sup>215</sup>

A Divisão de Radiodifusão tinha a incumbência de “superintender os serviços de radiodifusão do país e orientar a rádio brasileira em suas atividades culturais, sociais e políticas”. A Divisão de Cinema e Teatro deveria auxiliar e amparar o teatro e cinemas nacionais, considerados importantes veículos, já que eram fortes elementos de recreação popular. A Divisão de Turismo tinha como objetivo principal “superintender, organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos”. Essa divisão deveria organizar a divulgação do Brasil, tanto interna como externamente, e criar uma visão positiva da nação. À Divisão de Imprensa cabia o exercício da censura, e controle sobre a imprensa nacional e estrangeira. E, por fim, os serviços Auxiliares, que eram subdivididos em seis seções, a de Contabilidade, Tesouraria, Material, Fimoteca, Discoteca e Biblioteca, ocupando-se, os quatro primeiros, da parte burocrática do DIP (como despachos, arquivamentos, pagamentos, etc.).<sup>216</sup>

O DIP ficou sob a direção de Lourival Fontes de 1939 a 1942, o qual foi sucedido pelo Major Coelho Reis, em agosto de 1942, e depois pelo Capitão Amílcar Dutra Menezes, que ficou no órgão até sua extinção em 1945. Em setembro de 1940, pelo decreto-lei nº 2557, criaram-se os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, os DEIPs.

A atuação do DIP não se restringiu à censura e à propaganda. Ele influenciou de forma muito marcante a normalização, regulamentação e direcionamento aos quais os meios de comunicação em massa eram obrigados a passar. Esses meios de comunicação tiveram sua ação ligada ao DIP em três sentidos principais. Primeiro, esse departamento era o órgão que ficava encarregado de fiscalizar o cumprimento das normas de funcionamento desses veículos de

<sup>214</sup> Decreto de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda publicado pelo Diário de Pernambuco em 29/12/1939.

<sup>215</sup> GOULART, s/d, op. cit. p. 63.

<sup>216</sup> Idem, p. 63 a 75.

comunicação em geral, em todo o território nacional, aplicando as sanções, cobrando multas, premiando os que seguissem suas normas, etc.<sup>217</sup> Uma das formas de premiação era a isenção de imposto sobre o papel dada aos jornais e as revistas que não fizessem críticas ao governo. Isso era uma forma de premiar a imprensa considerada amistosa pelos censores, como mostra a circular enviada por Lourival Fontes as alfândegas dos estados, no caso particular em estudo, Pernambuco:

“O Diretor Geral do DIP, Sr. Lourival Fontes, nos termos do decreto-lei n. 2016, de 14 de fevereiro de 1940, art. 1º § 2º e art. 6º, autorizou às respectivas Alfândegas a conceder isenção de impostos sobre papel com linha dagua, no decorrer de 1942, além de jornais, revistas e outros periódicos cujos nomes já foram publicados, mais aos seguintes (...). Do Estado de Pernambuco: ‘A Tribuna’ e ‘A Gazeta’, ambos do Recife.”<sup>218</sup>

Em segundo lugar, o DIP produziu bens culturais como a edição de diversos livros, cartazes, folhetos, revistas, noticiários, além de filmes. O conteúdo dessas produções voltavam-se para a divulgação de propostas e ações do Estado Novo. A produção de livros feitas pelo DIP foi bastante significativa, já que, em 1941, publicava-se em média uma obra por semana, além do que muitas delas tinham a sua distribuição gratuita, como, por exemplo, “A Nova Política do Brasil”, obra que enaltecia o Estado Novo e o governo de Getúlio Vargas.<sup>219</sup>

Em terceiro lugar, o DIP atuava orientando o conteúdo das notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação. Os veículos de comunicação que eram de particulares foram constantemente controlados pela censura e pela obrigatoriedade legal de veiculações feitas pela Agência Nacional. Premiar e realizar concursos eram outras formas que o DIP encontrava para orientar os conteúdos das informações que eram passadas para a população.<sup>220</sup>

Em outro nível, o DIP procurava sistematizar o pensamento político estadonovista, divulgando as idéias que eram consideradas importantes para o seu projeto político-ideológico. Desse modo, a comunicação que se procurava realizar tinha na palavra escrita um forte apoio, principalmente por intermédio dos livros e

<sup>217</sup> Idem, p. 24

<sup>218</sup> Circular enviada pelo DIP ao DEIP/PE, *in*: Dossier DIP, APERJ.

<sup>219</sup> GOULART, op. cit. p. 25

<sup>220</sup> Idem, p. 26.



revistas. Isso foi possível graças às subvenções do DIP às publicações, como nos esclarece a historiadora Silvana Goulart: “O movimento editorial subvencionado pelo aparelho estatal foi então significativo. Publicaram-se ‘Cultura Política’; ‘Brasil Novo’; dentre outras, ambas editadas pelo DIP.”<sup>221</sup>

O projeto de atuação do DIP ganhou mais força com a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda que tinham o mesmo teor do órgão federal. Enquanto o DIP tinha a função de dirigir e elaborar as políticas que foram adotadas, os departamentos estaduais reproduziam as ações que eram colocadas pelo DIP, sendo executores das decisões tomadas pelo departamento nacional. As mais diversas opiniões sobre a censura, quanto ao conteúdo do que se vetava, vinham diretamente do DIP e eram repassadas aos DEIPs que, muitas vezes, limitavam-se a seguir tais ordens. Isso demonstra porque os livros que sofreram censura no estado de Pernambuco tiveram sua circulação proibidos por ordens diretas da Capital Federal. Essas ordens de censura eram enviadas por telegramas ao DEIP/PE, que tinha a incumbência de retirar tais obras de circulação.<sup>222</sup>

Nos órgãos de imprensa, era uma realidade a presença física dos censores do DIP, mas com o passar do tempo ela foi substituída pela censura via telefone<sup>223</sup>. Existia ainda, a censura prévia que era veiculada através de boletins que continham os assuntos que eram proibidos de serem publicados como, por exemplo, observa-se no telegrama enviado por Sampaio Mitke, chefe de Controle da Imprensa do DIP, ao diretor do DEIP/PE, Nilo Pereira:

“De ordem superior solicito, providenciar no sentido de não ter divulgação de espécie alguma qualquer noticiário sobre ‘Sociedade Amigos da América’. Tampouco pode ter curso qualquer notícia sobre a volta do Sr. Cordell Hulle e a delegação norte americana que se encontram em Moscou até seu regresso a Washington”.<sup>224</sup>

Caso houvesse alguma informação sobre assuntos censurados, por parte dos meios de comunicação, o DIP multava ou, até mesmo, suspendia o órgão infrator. O Diário Oficial da União e dos Estados publicavam constantemente listas de filmes,

---

<sup>221</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>224</sup> Telegrama enviado pelo DIP ao DEIP/PE, in Prontuário nº 28626 APEJE

peças teatrais ou programas de rádio que eram censurados por completo, ou pedaços (que eram obrigados a serem removidos) sem explicação de motivos ou critérios.<sup>225</sup>

É importante observar que além de proibir parcial ou integralmente as notícias, livros, revistas, etc. era também campo da censura corrigir o conteúdo das mensagens que eram enviadas por esses veículos de comunicação. Desta forma, no caso específico da imprensa, impunham-se direções, com relação à visão dos fatos. As notícias que deveriam ser publicadas eram impostas pelo órgão responsável pela propaganda, relevando, sempre, acontecimentos que lhes eram convenientes.<sup>226</sup>

### 3.4 A censura aos impressos

Possuir um livro considerado subversivo era motivo de investigações e apreensões. Mesmo que ele não tivesse sido aberto ou lido há muito tempo já era comprometedor. Emprestar livros considerados perigosos também era crime e estava sujeito a investigação.<sup>227</sup>

Existiam livros que só foram proibidos em determinados momentos e outros, como no caso dos livros de doutrina marxista, que foram proibidos e apreendidos durante todo o governo de Getúlio Vargas. Isso mostra como determinadas idéias circulavam e depois, por motivos diversos, elas eram proibidas de circular. É o caso das idéias integralistas que antes do Estado Novo podiam circular, e, após a Intentona Integralista, ficaram expressamente proibidas.<sup>228</sup>

Um outro autor que foi perseguido e teve sua obra proibida de circular, sendo, inclusive, destruída, foi Monteiro Lobato. “Peter Pan” foi alvo de censura, como podemos observar no ofício de 28 de junho de 1941, no qual o presidente do Tribunal de Segurança Nacional ordena ao chefe de polícia de São Paulo providências no sentido de apreender e destruir tal livro. Segundo seus críticos, Monteiro Lobato fazia inúmeras

---

<sup>225</sup> GOULART, s/d, op. cit. p. 21.

<sup>226</sup> Idem, p. 22.

<sup>227</sup> CARNEIRO, 1997, op. cit. p. 43.

<sup>228</sup> Idem p. 44.

referências ao materialismo em outros livros, o que foi responsável com que ele fosse classificado como um autor perigoso e sedicioso.<sup>229</sup>

Essa perseguição aos livros tomou proporções ainda maiores. Na Bahia, no dia 19 de novembro de 1937, o interventor interino determinou que centenas de livros fossem queimados em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, sob a acusação de serem obras que faziam propaganda comunista. Dentre os autores que mais tiveram obras apreendidas estava Jorge Amado. Para se ter uma idéia da dimensão do ato, a relação de busca e apreensão feita pela Comissão Executora do Estado de Guerra continha o nome dos livros e as quantidades apreendidas:

“808 exemplares de Capitães de Areia; 223 exemplares de Mar Morto; 89 exemplares de Cacau; 93 exemplares de Suor; 267 exemplares de Jubiabá; 214 exemplares de País do Carnaval; 15 exemplares de Doidinho; 26 exemplares de Pureza; 13 exemplares de Banguê; 4 exemplares de Moleque Ricardo; 14 exemplares de Menino de Engenho; 23 exemplares de Ídolos tombados; 2 exemplares de Idéias, homens e fatos; 25 exemplares de Dr. Geraldo; 4 exemplares do Nacional socialismo germano; 1 exemplar de Miséria através da polícia.<sup>230</sup>

Apenas um mês depois do fato descrito acima, a polícia do Rio de Janeiro fez buscas em diversas livrarias cariocas, apreendendo vários livros considerados “nocivos à sociedade brasileira” como, por exemplo, Capitães de Areia, de Jorge Amado; Luar, de Luís Martins; e Tarzan, o invencível. Este último livro havia sido proibido de circular porque, segundo os censores, usava nos seus diálogos a expressão “camarada”, considerada integrante do vocabulário dos adeptos do comunismo. Isso mostra como os censores estavam atentos a qualquer detalhe da obra.<sup>231</sup>

Os livros didáticos também eram visados pelas autoridades. Eles eram considerados muito importantes, pois eram fundamentais no processo de educação das crianças, podendo causar um grande mal para as mentes ainda em formação. Filinto Müller escreveu um artigo “O Perigo da Infiltração Vermelha nas Obras Educacionais

<sup>229</sup> CAMARGOS, Maria Mascarenhas; SACCHETTA, Vladimir. Procura-se Peter Pan...*In* CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

<sup>230</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. *In*: PANDOLFI, 1999, op. cit. p. 330.

<sup>231</sup> Idem, p. 330 e 331.

da Infância”<sup>232</sup>, publicado em 1937, em que dizia que era necessário que alguns livros escolares fossem censurados. Müller classificou-os de “armas brancas” dos comunistas. Ele apontava alguns livros didáticos como sendo elementos degradantes da sociedade brasileira.

A revista pernambucana *Fronteiras* criticava vários livros e incitava a censura a eles por, segundo os colaboradores da revista, serem de cunho pornográfico ou subversivo, atentando contra a "grande nação católica" que era o Brasil. No momento em que *Casa Grande e Senzala* foi lançado no país, na década de 1930, iniciou-se grande discussão nos mais diversos setores da sociedade brasileira. Quando Gilberto Freyre coloca a miscigenação da sociedade brasileira como uma coisa boa, a tradicional e conservadora sociedade pernambucana sentiu-se agredida por tais idéias e reagiu com numerosas matérias, principalmente na *Revista Fronteiras*, criticando a obra de Freyre.<sup>233</sup>

A *Revista Fronteiras* acusava Gilberto Freyre de ser subversivo e pornográfico, como fica claro no artigo de Vicente Monteiro que ainda sugere que o sociólogo fosse submetido a uma avaliação psiquiátrica:

[...] Gilberto faz da Casa Grande um bordel, onde as promiscuidades das negras minas, mulatas eróticas e "índias priapicas" se gerou a raça brasileira.

Considero este livro como um ensaio dos mais perniciosos de sedução comunista no Brasil. Seu intuito latente é o de predispor, de crear um ambiente propicio, fazendo do brasileiro nato o resultado do democrático social da miscigenação reduzindo a uma proporção mínima a parte da pigmentação ariana. [...]. Dahi o ambiente fecundo em revoluções proletárias, com prevê tendenciosamente o autor.

[...] O *leit motive*, monotono, insistente, acerca da família brasileira, em Gilberto Freyre, é evidente: o papel higienico, o erotismo, a sodomia, o priaprismo. A que atribuil-o? entrego o "caso" á competência tecnica de Gonçalves Fernandes, o jovem psychiatria, que em recente estudo faz tão agudas observações sobre schizophrenia e suas relações com as produções artisticas e litterarias.<sup>234</sup>

<sup>232</sup> ALMEIDA, 2002, op. cit. p. 260.

<sup>233</sup> SILVA, Sílvia Cortez. **Gilberto Freyre**: “o pornógrafo do Recife” *IN*: CARNEIRO, 2002, op. cit. p. 261.

<sup>234</sup> MONTEIRO, Vicente do Rêgo. "Uma Impressão sobre Casa Grande e Senzala." *In*: **Revista Fronteiras**, julho de 1936, p. 3.

Gilberto Freyre era tão criticado que até outros escritores eram repreendidos por, segundo os críticos, serem apóstolos desse "profeta da pornografia e da subversão", como podemos perceber em uma crítica que foi feita por João Vasconcellos a José Lins do Rego, quando ocorreu o lançamento do seu livro *Usina*. Já pelo título do artigo, "'Usina' cyclo da canna de assucar ou da pornographia?" percebe-se o teor das acusações apontadas por Vasconcellos:

O Sr. Lins do Rego é um dos novos do Norte, formado á sombra do sr. Gilberto Freire. Logo no primeiro contato com seus livros sente-se bem isso, infelizmente a influência do Sr. Gilberto é dissolvente e se torna cada vez mais perniciososa.

O Sr. José Lins do Rego é a mais fina glória da escola do Sr. Gilberto.<sup>235</sup>

Em outro artigo para a *Revista Fronteiras*, João Vasconcellos defendia a censura aos livros, pois achava que a dissolução moral que o Brasil estava passando tinha a ver com o que o povo estava lendo. Segundo ele, muitos livros expostos nas livrarias atraíam os fracos de espírito, inclinados a acolher sempre bem as solicitações do vício. Então esses livros deveriam ser proibidos de serem vendidos, pois estavam tomando o lugar dos livros de "verdadeiras doutrinas".<sup>236</sup>

Havia alguns livros que eram proibidos, muito embora o seu conteúdo não fosse mencionado pelos prontuários policiais. Entretanto, os títulos dão uma idéia do motivo pelo qual teriam sido tirados de circulação, como é o caso do livro "A Mulher Carioca aos 22 anos", de autoria do escritor mineiro João de Minas (pseudônimo de Ariosto Palombo), e editado pela Edições e Publicações Brasil. Esta obra foi considerada pornográfica pelos censores, e no telegrama enviado pelo DOPS ao DEIP-PE, constata-se que ela já tinha sido vendida pelas livrarias do Recife, porém, desde a sua proibição, as vendas tinham sido cessadas, assim como "Minha Vida Meus Amores" do escritor irlandês radicado nos Estados Unidos, Frank Harris, considerado pelos conservadores da época um pervertido sexual.<sup>237</sup>

<sup>235</sup> VASCONCELLOS, João. "'Usina': o cyclo da canna de assucar ou o cyclo da pornographia?" In: **Revista Fronteiras**, agosto de 1936, p. 3.

<sup>236</sup> \_\_\_\_\_. "A Indisciplina dos Costumes: o que o povo lê e vê." In: **Revista Fronteiras**, agosto de 1932, p. 7.

<sup>237</sup> Comunicado datado em 01/12/1943 ao DEIP/PE, in: Prontuário do DEIP n°28626.

As notícias divulgadas na imprensa também eram constantemente censuradas pelo DIP. Muitas vezes, os motivos da censura não eram explicitados pelos órgãos censores, sendo as ordens simplesmente enviadas aos DEIPs que ficariam encarregados de executá-las nos Estados. Em Pernambuco, nos prontuários do DEIP, existem vários telegramas com ordens vindas da capital federal para que o órgão estadual executasse a censura, proibindo notícias de serem divulgadas, como, por exemplo, as relativas à visita do então presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, e de sua mulher ao Brasil:

Confidencial Urgente: De ordem superior solicito-vos providenciar no sentido de serem cumpridas à risca as seguintes recomendações para manipulação do noticiário referente à viagem da senhora Roosevelt: 1º- Não ser liberada qualquer reportagem, noticiário ou fotografia pela imprensa local ou fóra do Estado antes de receber o visto do Coronel Raymund e do Capitão Paul que acompanham a senhora Roosevelt. 2º- As reportagens sobre a visita da senhora Roosevelt só deverão ser liberadas após a sua partida de cada cidade. Saudações cordiais- Sampaio Mitke, chefe do controle Imprensa DIP. 03/1944.<sup>238</sup>

Ainda no referido prontuário foram localizadas notícias da Segunda Guerra Mundial e dos países que nela estavam envolvidos como no seguinte ofício:

Reservado: Encareço Providências definitivas no sentido de que não mais tenha curso qualquer espécie de publicidade pela imprensa ou pelo Rádio sobre bases navais e aereas em nosso território sem qualifica-las como Brasileiras. Cumpre esclarecer que todas essas bases são nacionais e atualmente, por concessão especial do governo brasileiro estão sendo também utilizadas , a título transitório, pelas nações aliadas. Sauds. Tte. Cel. Antonio José Coelho dos Reis.<sup>239</sup>

Também foi vetada, conforme se lê abaixo, a publicação de notícias editadas em línguas estrangeiras, de acordo com o telegrama enviado ao DEIP-PE, pelo diretor do DIP Lourival Fontes:

<sup>238</sup> Telegrama enviado ao DEIP/PE pelo Tenente Coronel Antônio José Coelho dos Reis. *In*: Prontuário do DEIP n° 28626 APEJE/DOPS.

<sup>239</sup> Telegrama enviado pelo diretor do DIP, Lourival Fontes, para o DEIP/PE. *In*: Prontuário n.° 29344 APEJE/DOPS.

(cópia feita pelo DOPS) "Rio de Janeiro, 31/07/1941: Terminando amanhã 31 prazo concedido Sr Presidente República imprensa estrangeira para passar ser redigida exclusivamente idioma nacional rogo vozearia providencias sentido proibir definitivo circulação qualquer jornal periodico revista anuario ou qualquer especie de publicação editada no Brasil em lingua estrangeira..."<sup>240</sup>

A partir de então, a publicação de livros e notícias em língua estrangeira não era mais permitida pelas autoridades brasileiras<sup>241</sup>, independentemente da língua em que o material estivesse impresso. Se não fosse escrito em língua portuguesa o material em questão seria confiscado pelo DOPS e anexado aos prontuário investigativos.

Livros e notícias que circulavam no exterior também estavam sob a vigilância das autoridades brasileiras. Isso pode ser observado através de uma carta enviada pelo embaixador brasileiro, Osvaldo Aranha, a Getúlio Vargas. Nesta carta Osvaldo Aranha diz que havia respondido ao governador pernambucano, Carlos de Lima Cavalcanti, a respeito das notícias que estavam circulando nos EUA sobre o Brasil. Na carta o embaixador diz que a melhora nos noticiários era bastante significativa, uma vez que anteriormente estavam procurando “pintar a situação do Brasil e a acção do seu Presidente com cores negras, creando uma falsa opinião sobre a vida, o governo e as garantias em nosso paiz”. Como um ponto positivo dessa mudança de imagem ele cita o exemplo do livro de Gibson (porém, não menciona o título), considerado por Aranha como um livro “sympathico, literatura de *good neighbor*”. Mas o embaixador faz uma ressalva, afirmando que era preciso manter uma vigilância permanente e ativa.<sup>242</sup>

Além de recortes de jornais da época notificando os livros que estavam à venda e que eram considerados subversivos seja por serem comunistas ou nazi-fascistas, também publicavam-se decretos-lei e editais proibindo divulgação de livros e circulação dos mesmos em todo o território nacional, além dos pedidos de busca e apreensão nas residências e livrarias.

<sup>240</sup> "Telegrama enviado pelo diretor do DIP, Lourival Fontes, ao DEIP/PE. In: Prontuário n.º 28626 APEJE/DOPS.

<sup>241</sup> CARNEIRO, 1997, op. cit. p. 43.

<sup>242</sup> Carta enviada em 19/05/1937 por Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. In: Rolo 5, fot. 0413/3 a 0414/4. FGV/CPDOC.

Também foram encontrados nos prontuários das livrarias Cruzeiro<sup>243</sup>; Colombo, Livraria Educador, José Olympio, Ramiro Costa, Moderna, Sociedade Livros Ltda., Casa Mozart<sup>244</sup>, relatórios onde constavam descrições detalhadas contendo os títulos dos livros proibidos que eram vendidos pelas livrarias, o nome do autor, quantidade de livros que foram apreendidos e o valor individual dos mesmos. Isso mostra como a polícia procurava registrar tudo o que pudesse vir a contribuir nas investigações realizadas, a pedido do DIP.

Porém, não há indícios de que os donos das livrarias tenham sido indenizados pelas obras confiscadas pelo órgão policial, apesar dos relatórios policiais demonstrarem que a quantidade de livros apreendidos era bastante grande. Isso nos remete até que ponto um editor ou um dono de livraria poderia contestar as ordens do governo, já que a proibição dessas obras era feita a mando dos órgãos estatais.

Após a tentativa de golpe dos integralistas, a imagem deles passou a ser destruída, ou seja, eles agora passavam a ser inimigos que haviam de ser reprimidos. Muitos integralistas foram presos, mas se compararmos com os comunistas, a repressão aos fascistas foi mais fraca e muitos saíram da cadeia rapidamente. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, as forças de apoio ao eixo continuaram a ser reprimidas e censuradas pelo Governo Federal.

A censura a literatura integralista e de cunho nazi-fascista constitui-se em uma das formas de procurar impedir a circulação dessas idéias de direita que, até então, eram liberadas no pelo Brasil. Alguns prontuários nos dão a dimensão de tal repressão literária. Para termos uma maior dimensão de como era feita a apreensão, veremos abaixo o exemplo de como se encontravam as notas que eram feitas pela polícia no momento da apreensão dos livros, com a especificação do nome da livraria, do número da nota, da quantidade de exemplares, do preço dos livros e em algumas delas, do valor total da apreensão.

#### **Editora Calvino**

##### *Nota 930*

120 exemplares - Religião na Rússia	Cr\$3.587,50
169 exemplares - Economia Política	Cr\$2.957,50
24 exemplares de Educando para a Morte	Cr\$ 201,60 <sup>245</sup>

<sup>243</sup> Lista de livrarias que tiveram livros apreendidos. *In*: Prontuário n° 891 APEJE/DOPS.

<sup>244</sup> Lista de livrarias que tiveram livros apreendidos. *In*: Prontuário n° 868 APEJE/DOPS.

<sup>245</sup> "Nota de apreensão de livros." *In*: Prontuário n.º 868 APEJE/DOPS.



**Livraria Colombo**

1 exemplar - Zischka - A Itália no Mundo	10,000
1 exemplar - Pierses - Gestapo	10,000
1 exemplar - Cart - O Homem de Mussoline	7,000 <sup>246</sup>

**Casa Mozart***Nota 1*

3 exemplares - Diário de Berlim
3 exemplares - Eu fui um Piloto Nazi <sup>247</sup>

*Nota 2*

4 exemplares - Bonnefon - História da Alemanha	72\$
1 exemplar - Heiden - Hitler (Vida de um Ditador)	20\$
1 exemplar - Heynold - De onde vem a Alemanha?	10\$
3 exemplares - Lusso - Marcha sobre Roma	21\$
1 exemplar- Hino - Guerra do Soldado	25\$
1 exemplar- Perroux- Os Mitos Hitleristas	10\$
	<hr/> 158\$ <sup>248</sup>

A maioria dos livros proibidos neste período eram os ligados a países do Eixo ou estrangeiros. Tratava-se de um período nacionalista, marcado pelo contexto da guerra, no qual quaisquer representações de idéias estrangeiras eram mal vistas, principalmente as que representavam as idéias do lado adversário no conflito.

Muitas vezes o DIP e o DOPS pediam para que os donos das livrarias retirassem do seu “stock” os livros com propaganda dos países ligados ao Eixo, como ficou constatado em uma carta enviada pela Sociedade Livros Ltda. de Pernambuco que atende a solicitação da polícia política e envia diversos títulos, somando no total noventa e cinco exemplares. Isso mostra que esses livros que eram de propaganda do Eixo tinham uma grande circulação no estado de Pernambuco e que quando foram proibidos centenas de exemplares foram apreendidos pela polícia no estado. Dentre os títulos que foram apreendidos em maior número de exemplares e de livrarias, temos: “Eu fui um Piloto Nazi”, de Leske; “Minha Luta” e “Minha Nova Ordem”, de Adolf Hitler; “Diário de Berlim”, de Lhirer; “Os Alemães”, de Ludvig. Todos sob acusação de fazerem propaganda de países do Eixo (basicamente a Alemanha).<sup>249</sup>

<sup>246</sup> "Nota de apreensão de livros ." *In*: Prontuário n.º 875 APEJE/DOPS

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

<sup>249</sup> Lista de livros apreendidos. *In*: Prontuário do Departamento Nacional de Informações n.º 5255 DOPS/APEJE

Outros prontuários remetem às casas Editoras Panamericana Ltda., Claridad, Calvino, proibindo-as de editar e distribuir a literatura considerada sediciosa produzidas por essas casas, deixando-as sob a vigilância constante da polícia.<sup>250</sup>

Percebemos que a grande maioria dos telegramas de busca e apreensão que eram recebidos pelo DEIP- PE, eram contra livros de cunho nazi-fascista, e não comunista como esperávamos encontrar. Para isso, temos a explicação que o Brasil havia declarado guerra ao "Eixo" (Alemanha, Itália e Japão) em favor dos "Aliados" (EUA, Inglaterra e França), fazendo com que isso influenciasse na "caça" a este tipo de literatura que antes circulava pelo país sem maiores problemas.

Os livros de ideologia comunista eram censurados desde antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, diferentemente dos livros de cunho nazi-fascistas que tiveram sua circulação permitida durante muito tempo. Bastava-se fazer qualquer elogio a União Soviética que o autor do livro era considerado subversivo e sua obra tinha que ser retirado das livrarias.

Um exemplo disso foi a obra "Stálin", censurada pelo DIP por, segundo eles, envolver uma "evidente propaganda comunista"<sup>251</sup>. Sua divulgação havia sido permitida, porém, segundo os censores, isso resultou em um grande mal, pois o anúncio dizia que "com apêndice, o leitor encontrará os textos completos e atualizados das Constituições brasileira e soviética, as duas cartas mais avançadas do mundo". Esse anúncio que fez um elogio a constituição soviética, apesar de também o fazer para a Constituição brasileira, foi decisivo na hora de proibir o livro biográfico do chefe político da União Soviética. Outros livros que continham a constituição soviética foram censurados, como Timoshenco e Mac Arthur, da Editora Calvino Ltda.

Livros considerados contrários aos interesses nacionais, como "El Poder Soviético", também foram retirados de circulação. Essa era uma classificação bastante vaga, e diversos livros foram enquadrados nesse obstáculo e não podiam ser vendidos no Brasil.

A preocupação com a propaganda comunista através dos livros era tão grande, que uma nota circular enviada aos DEIPs pelo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, menciona esse método de propaganda. Na nota, o ministro dizia que estavam sendo remetidas dos países platinos folhas de publicações, periódico, boletins,

<sup>250</sup> Lista de Editoras. In: Prontuário n° 868 APEJE/DOPS.

<sup>251</sup> Telegrama do delegado do DOPS Fábio Corrêa ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Prontuário 28628, APEJE/DOPS-PE.

panfletos e impressos de caráter extremista que eram destinados a militares. Esses impressos continham escritos que “enxovalhavam” as instituições brasileiras, “caluniavam” os homens públicos e “endeusavam” os líderes da sua ideologia extremistas, que o governo brasileiro havia recolhido às penitenciárias, por delitos confessos de “inconfidência, traição e morte”. Dutra continua, afirmando que bastava para a comprovação deste fato, a observação cotidiana dos pequenos, porém, “expressivos indícios que revelavam o trabalho de ‘sapa’ que a pena, a palavra e a ação de seus embuçados adeptos, simpatizantes e adesistas, de caráter fraco, desenvolveram na imprensa e nos livros”. Isso tinha como objetivo, para o Ministro da Guerra, desprestigiar a autoridade, as leis, a família e os costumes brasileiros. Eurico Gaspar Dutra conclui afirmando que se esse tipo de propaganda não fosse impedido de circular, “arrastaria” o Brasil para uma crise interna de graves conseqüências, caso os princípios do comunismo obtivesse mais adeptos no país.<sup>252</sup>

A censura prévia também era uma estratégia utilizada pelos órgãos censores como uma forma de impedir que informações que não fossem do interesse do governo circulassem pelo país. Isso fica claro em uma circular enviada ao DEIP/PE na qual pede-se que fosse comunicada às casas editoras de revistas, jornais e livros do estado que enquanto durasse o Estado de Guerra “afim de evitar inconvenientes notórios oriundos de falsa interpretação dos acontecimentos mundiais”<sup>253</sup> toda obra que fosse de caráter político não poderia ser editada sem a prévia leitura dos originais por parte do DEIP/PE.

Por ser o local onde as obras eram produzidas, as casas editoriais eram submetidas à constante vigilância dos órgãos repressivos. Diversas correspondências foram encontradas, e o DEIP enviou ao DOPS pedidos de averiguações de donos ou funcionários de revistas, jornais, livrarias e editoras para saber se eles tinham alguma ficha policial, pois caso tivessem eram obrigados a serem demitidos - como no caso de um ofício do DEIP enviado ao DOPS perguntando se algum funcionário da “Revista Informadora do Comércio” era fichado pelo DOPS, recebendo posteriormente uma resposta negativa<sup>254</sup> - e algumas vezes interrogados e presos.

Para abrir uma empresa do ramo editorial fazia-se necessário uma autorização do DIP e o pretendente a dono de uma casa editorial teria que enviar uma

<sup>252</sup> Nota Circular Secreta nº 28246, de 1 de outubro de 1941. *In*: Rolo 3, fot. 0212/3. FGV/CPDOC.

<sup>253</sup> Telegrama do DIP ao DEIP/PE s/nº. *In*: Prontuário nº 891. APEJE/DOPS/DIP

<sup>254</sup> Ofício de 17/07/1944, enviado ao DOPS. *In*: Prontuário nº 28626. APEJE/DOPS/DIP

listagem de todos os funcionários com os devidos cargos que iriam ocupar, endereço de cada uma da empresa que se pretendia abrir. Cada funcionário era investigado para saber se estava, ou já esteve envolvido em qualquer atividade considerada subversiva, caso um deles tivesse a "ficha suja" era obrigado a ser substituído por outro. Apesar de muitas vezes os funcionários e donos dessas empresas terem a "ficha limpa", não receberam autorização para funcionar, sem maiores alegações por parte dos órgãos repressores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período Vargas, a propaganda política teve papel fundamental, seja na construção de uma imagem positiva de Vargas, mostrando-o como o provedor dos brasileiros, colocando-o como um pai que castigava os filhos que o desobedecessem e recompensava os que o seguissem, seja como controladora social, pois era através dela que o governo procurava doutrinar as massas. Para este objetivo, foram utilizados os mais diversos meios de comunicação existentes na época, como, por exemplo, os jornais, as revistas, o rádio, que era relativamente recente no país, o cinema, a música, a literatura, dentre outros, além de que este método de propaganda baseou-se no modelo alemão que, por sua vez, buscou inspiração na propaganda comercial norte-americana<sup>255</sup>. Com isso, o governo queria ter a certeza que estava conseguindo atingir os seus fins, que era a criação desse consentimento social. Essa propaganda ficava a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e os seus correspondentes estaduais, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs).

Outro ponto de destaque é a atuação dos intelectuais dentro do Estado, pois é a partir de 1930 que os intelectuais passaram sistematicamente a direcionar para o âmbito desse Estado a sua atuação, tendendo a identificá-lo como uma representação maior da idéia de nação. Esses intelectuais desenvolviam a idéia de que a sociedade era conflituosa e indefesa, cabendo por isso ao Estado trazer para si a idéia de unidade, organização e ordem. Assim, esse Estado atuava como coordenador e harmonizador de todo o corpo social. Apesar das diferentes formas de organização propostas por esses intelectuais, elas tinham um ponto em comum: todas convergiam para um autoritarismo.

Eles foram parte integrante do governo Vargas, e contribuíram para a construção da ideologia que deveria ser trabalhada pelos órgãos oficiais. Esses intelectuais irão sair das suas “torres de marfim” para o âmbito do Estado. Os que irão obter maior sucesso neste período, são os que pregavam uma doutrina política

---

<sup>255</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 63.

autoritária, haja vista que eles pregavam uma falência do modelo liberal vigente na República Velha.

Em Pernambuco, a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-45), foi considerada um exemplo a ser seguido pelos outros estados brasileiros. O que mais se ressaltava sobre o interventor pernambucano era a sua sintonia com as idéias propostas pelo Estado Novo, como, por exemplo, a utilização da imprensa como veículo de doutrinação política.

Para Agamenon Magalhães essa doutrinação deveria ser diária, uma vez que era imprescindível para um governo divulgar suas idéias e os seus feitos. Para fazer parte do seu jornal, Folha da Manhã, ele se apoiou em membros da “Congregação Mariana”, órgão católico conservador que irão influenciar no conteúdo dos artigos e das reportagens divulgadas pelo jornal. Muitos intelectuais pernambucanos irão colaborar com seus artigos. Um dos mais ativos intelectuais-jornalistas foi José Campello. Ele era redator chefe da Folha da Manhã e em seus artigos fazia muita menção à falência do modelo liberal de Estado, além de escrever muitos elogios aos regimes autoritários europeus como, por exemplo, o fascismo italiano de Mussolini.

Os temas muito debatidos por esses regimes autoritários europeus foram reproduzidos pela Folha da Manhã. Eram recorrentes, os artigos sobre a influência negativa que os judeus poderiam trazer se fosse permitida a sua imigração para o Brasil; sobre a redefinição de democracia, como não mais sendo uma liberdade exacerbada, e sim como respeito à ordem e à disciplina; além de definir o Estado Novo como um período de consenso social, onde os conflitos sociais tinham sido resolvidos com a expulsão dos seguidores de ideologias exóticas extremistas como os comunistas e os integralistas.

É justamente neste ponto que há o cruzamento entre a propaganda, como divulgadora da obra estadonovista, com a censura aos impressos que se instalou neste período. Uma vez que esses impressos eram divulgadores de idéias, eles deveriam estar em constante vigilância para que se pudesse evitar que essas ideologias exóticas se instalassem no país.

Apesar da censura não ser uma exclusividade do Estado Novo, é neste período que ela via se intensificar mais ainda. Para a realização dessa censura serão criados o DIP e os DEIPS que ficaram encarregados dessa fiscalização. Em Pernambuco diversos livros, jornais e revistas foram censurados. É interessante

ressaltar que os livros apreendidos seguiam as mais diversas ideologias, o que ficou bastante claro na quantidade de livros que foram confiscados tanto de direita, quanto de esquerda. Porém, um fato importante de se observar, foi que entre os autos de apreensão desses livros mostram que a maioria deles se referiam a livros que seguiam a ideologia nazi-fascista. Isso pode ser explicado pelo fato de até a tentativa de golpe por parte dos integralistas, em 1938, os livros que se inspiraram neste tipo de ideologia tinham liberdade para circular no país, porém, após a tentativa de golpe de Estado, os seguidores dessas ideologias passaram a ser vistos como inimigos em potencial. Essa situação se agravou ainda mais com a declaração de guerra, por parte do Brasil, ao Eixo, fazendo com que as ideologias seguidas por esses regimes fossem duramente reprimidas pelo governo brasileiro.

Mas não era só nos livros que o DEIP-PE atuava. Muitas revistas e jornais foram proibidos de circular por serem considerados subversivos ou contrários aos interesses nacionais. O próprio Agamenon Magalhães tinha o hábito de conduzir determinados tipos de reportagens, como ele mesmo afirmou, para que os interesses do Estado Novo tivessem amplo espaço no Estado de Pernambuco.

Essa censura foi apoiada por alguns setores da sociedade brasileira. A revista *Fronteiras* é um exemplo de como esse apoio era dado. Em alguns artigos, a revista pernambucana comentava a necessidade de se controlar o que os brasileiros estavam lendo. Muitos autores foram mostrados como sediciosos e eram pedidos à suas censuras para evitar que determinados tipos de idéias “degradantes” contaminassem, principalmente os mais jovens.

Com isso a relação entre a criação e divulgação de idéias e à censura a elas, através dos livros, jornais e revistas foram sendo construídas no Estado Novo, e em Pernambuco encontrou um terreno bastante fértil para se desenvolver, devido à “aplicação” do seu interventor, Agamenon Magalhães, no cumprimento das tarefas que lhes eram colocadas pelo Governo Federal.

## FONTES CONSULTADAS

### Revistas

MAULNIER, Thierry. " Condições da Literatura na URSS". **Revista Fronteiras**. Recife, outubro de 1936.

MONTEIRO , Vicente do Rêgo . " Uma Impressão Sobre Casa Grande e Senzala " . **Revista Fronteiras**. Recife, agosto de 1932.

VASCONCELLOS , João . " A Indisciplina dos Costumes : o que o povo lê e vê ". **Revista Fronteiras**. Recife, agosto de 1932.

\_\_\_\_\_. " Usina : o cyclo da canna de assucar ou o cyclo da pornographia ? ". **Revista Fronteiras**. Recife, agosto de 1936.

### Jornal Folha da Manhã

AMAZONAS, Joaquim. "O Estado Novo restaurou o princípio da autoridade". *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/38.

ARRAIS, Monte. "O Estado Novo e o conceito theorico do nacionalismo ethnico, geographico e cultural". *In: Folha da Manhã*, Recife, 18/05/1938.

BEZERRA, Andrade. "O Estado Novo disciplina as actividades e iniciativas individuaes". *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/1938.

CAMPELLO, José. "Caso de cadeia ou de Hospício". *In: Folha da Manhã*, Recife, 11/05/1938.

\_\_\_\_\_. "Chamberlain e Mussolini". *In: Folha da Manhã*, Recife, 19/01/1939.

\_\_\_\_\_. "Censura indispensavel". *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/1938.

\_\_\_\_\_. "Da necessidade da propaganda". *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/1938.

\_\_\_\_\_. "Desesperado recurso". *In: Folha da Manhã*, Recife, 12/02/1939.

\_\_\_\_\_. "A mulher a os serviços domésticos". *In: Folha da Manhã*, Recife, 01/12/1938.



CAMPOS, Francisco. “A corrente que fecunda e não o diluvio, que destrói” *In: Folha da Manhã*, Recife, 12/04/1938.

GAYOSO, Luís. “A mesma pena”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 17/05/1938.

MAGALHÃES, Agamenon. “O Cunho Popular da Campanha Abolicionista” *In: Folha da Manhã*, Recife, 12/05/1938.

\_\_\_\_\_. “A Conjura”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 17/05/1938.

\_\_\_\_\_. “Começo de uma Época”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 19/05/1938.

\_\_\_\_\_. “Resíduos”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 05/11/1938.

\_\_\_\_\_. “Julgamento”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 05/08/1938.

PADILHA, Leão. “A emancipação do trabalhador brasileiro”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 07/01/1939.

VARGAS, Getúlio. “Prosseguimos resolutos nas tarefas constructivas da nacionalidade”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 10/11/1938.

“Duzentos Assassinatos por Dia: as perseguições religiosas na Hespanha Vermelha”. *In: Folha da Manhã, Recife*, 11/01/1939, p. 12

“Combate ao Communismo Internacional” *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/1938.

“O mesmo ouro estrangeiro...: O segredo da innocencia do Sr. Plínio Salgado”. *In: Folha da Manhã*, 17/05/1938.

“Repercussão, no Recife, da intentona integralista: as demonstrações de solidariedade levadas ao interventor Agamenon Magalhães.” *In: Folha da Manhã*, Recife, 12/05/1938.

“A desarticulação da mashorca integralista em Pernambuco: a prisão nesta capital, de um emissário do Sr. Plínio Salgado” *In: Folha da Manhã*, Recife, 15/05/1938.

“Estado Novo: as liberdades individuaes como meio e fim dos estados Liberaes. A Constiruição de 91”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 12/04/1938.

“O Principio Fundamental de Autoridade”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 19/05/1938.

“De que nos Libertou o Presidente Getúlio Vargas”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 24/05/1938.

“O governo Getulio Vargas e a collaboração do Sr. Agamemnon Magalhães”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 15/05/1938.

“Uma homenagem ao chefe da Nação e ao interventor federal: a aposição dos retratos dos sers. Getulio Vargas e Agamemnon Magalhães, no Instituto dos Comerciantes”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 19/05/1938.

“Realizações do Estado Novo em Pernambuco: o interventor Agamemnon Magalhães assignala o aniversario do novo regimen com a inaururação de importantes melhoramentos”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 08/11/1938.

“Agamemnon Magalhães, revelação de um chefe”. *In: Folha da Manhã*, 08/11/1938.

“O auri- verde pendão da nossa terra”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 19/11/1938.

“Gesto Indigno: os políticos expatriados procuram denegrir o Brasil no estrangeiro”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 14/02/1939.

“Infiltração Estrangeira no Brasil: minorias insassimilaveis e perigosas”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 17/05/1938.

“Verdade sobre a Immigração”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 18/05/1938.

“Disciplina e confiança do Estado Novo”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 03/05/1938.

“Renovação Social”. *In: Folha da Manhã*, Recife, 03/05/1938.

### **Prontuários Funcionais APEJE/DOPS. Recife/PE**

Prontuário do DEIP n.º 28626.

Prontuário n.º 29344.

Prontuário n.º 28626.

Prontuário n.º 868.

Prontuário n.º 875.

Prontuário n.º 5255.

Prontuário n.º 868.

### **Outros arquivos**

APERJ- Dossier DIP

CPDOC/FGV- Arquivo AGM, Rolo 3, fot. 0212/3

Arquivo AGM, Rolo 5, fot. 0413/3 a 0414/4.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GOTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da verdade autoritária.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- ANDRADE LIMA FILHO. **China gordo: Agamenon Magalhães e seu tempo.** Recife: Editora Universitária, 1976.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era vargas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papyrus, 1998.
- \_\_\_\_\_. **História e imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas.** Estação Liberdade: São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. (org). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).** Bauru: EDUSC, 1999, p. 175.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CHAUI, Marilena. Brasil: **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- CONTIER, Arnaldo D. **Passarinha do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo.** Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional.** São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 2000.
- COSTELA, A. **O controle da informação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1970.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional- estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda política e censura no Estado Novo.** São Paulo: Editora Marco Zero.
- GUAZZELLI, César Augusto Bercellos. **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón.** Porto Alegre: Editora Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- HOEDEL, Hiran. **PCB: oitenta anos de luta.** Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? : O Brasil e a Era Vargas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti- semita de Gustavo Barroso.** Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 86
- MARTINS, A. L. **“Sob o signo da censura”.** Palestra proferida junto ao Colóquio Minorias Silenciadas. São Paulo: Centro Cultural Maria Antonia/USP, abril, 1997.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise política**. Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1984.
- \_\_\_\_\_ (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Bontempo Editorial, 1999.
- ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SADEK, Maria Teresa A. **Machiavel, Machiavéis: a tragédia otaviana**. São Paulo: Símbolo, 1978
- SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-91)**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Editora FGV, 2000
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. São Paulo: Editora Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2001.
- SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco**. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE. Recife, 2002.
- SILVA, Marcília Gama. **O DOPS e o Estado Novo: nos bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

...osso dever. Havemos de cumpril-o, serenamente, sem crificios, para o maior bem e a maior gloria do Brasil". do presidente Getulio Vargas, agradecendo, ante-hontem, as manifestações que lhe foram prestadas)

**AR**  
LHAES  
do

# Folha da Manhã

DIRECTOR: ARTHUR DE MOURA

ANNO I | Recife, 15 de Maio de 1938 | NUM. 145

## A desarticulação da mashorca integralista em Pernambuco

A prisão, nesta capital, de um emissario do sr. Plinio Salgado--Em entrevista a esta folha o delegado da ordem social esclarece a actuação da policia civil deste Estado

O dr. Edison Moury quando attendia ao reporter.

**A IMPRENSA DO RIO EXALTA O CHEFE DA NAÇÃO**  
Ampla divulgação do discurso do sr. Getulio Vargas

Moury, que nos attendeu fazendo as declarações que reproduzimos abaixo, e nas quais historia as diligencias realizadas pela policia afim de desarticular, prendendo por varias vezes, emissarios do sr. Plinio Salgado, a conspiração que veio, finalmente, a furo na madrugada de 10 do corrente e que fôra tentada anteriormente, no dia 10 de março, quando o dr. Estelvino Lins, secretario da Seguranca deste Estado, informava ao chefe de Policia do Rio, que estava marcada a eclosão do movimento subversivo de caracter integralista para aquella data, o que se verificou no dia immediato, com o ataque por um grupo de civis armados ao quartel do 5.º Batalhão da Policia Militar.

**AGENTE DE LIGAÇÃO**  
O dr. Edison Moury refere-se inicialmente á actuação de Lauro Barreira em Pernambuco, declarando:  
"Lauro Barreira chegou a esta capital no dia 11 de dezembro do anno findo. Dizen-do-se emissario do sr. Plinio Salgado, trazia a incumbencia de instalar e organizar neste Estado e no Rio Grande do Norte, Alagôas e Sergipe a "Associação Brasileira de Culti-(Continúa na 2.ª pagina)

O movimento integralista irrompido, recentemente, na capital do pais, com as scenas de vandalismo e os attentados hediondos de que se revestiu, não teve, graças á acção vigi-

tente da policia local, exercida pela Delegacia de Ordem Politica e Social, repercussão outra neste Estado, se não a de mera preparação.

Alludem os telegrammas do Rio á actuação do integralista Lauro Barreira que chefiou grupos e desenvolveu outras actividades durante a mashorca. Trata-se realmente de um elemento perigoso que em fins de dezembro do anno passado esteve preso nesta capital, de onde foi recambiado para o Rio. As noticias de sua participação na hedionda empreitada da madrugada do dia 11, nos suggeriram procurar o delegado de Ordem Social, sr. Edison

te á tuberculose  
ino concede op-  
tos a esta folha

dos na occupação, tendo conseguido de resulto valioso material scientifico"

**APROVEITAMENTO CIENTIFICO DO CLIMA**  
Fragatas a dr. Brandão adiantando detalhes de sua viagem: "A Argentina não está abita"

**PRESO O COMMANDANTE SISSON**  
RIO, 14 (A. B.) -- á ordem social, por

RIO, 14 -- (A. N.) -- A imprensa destacada, em manchetas, as phrases mais significativas do discurso pronunciado, hontem, pelo presidente Getulio Vargas. O "Impondo"

Folha da Manhã, reportagem sobre a tentativa de golpe integralista no Estado de Pernambuco, Recife, 13/05/1938.

## ANEXO B

segurança nacional  
da pena de morte

hã

VUM. 148

S EM  
ORA  
minada

elas tropas  
pontos, se  
ortes mili-  
se acham  
ssibilitados  
caminho.

DO GO-  
NICO

(A. B.) —  
-secretario  
reign Of-  
je, na Ca-  
, que as  
nicas de  
n, energi-  
autoridades  
prisão re-  
britannico  
contra os  
e soffreu.

gosta de  
forte

C-  
IA  
hola  
durante a  
do Conse-

**Uma homenagem ao chefe da Nação e ao Interventor federal**

A opposição dos retratos dos srs. Getulio Vargas e Agamemnon Magalhães, no Instituto dos Commercialarios



**INTERVENTOR AGAMEMNON MAGALHÃES**

**REALIZAR-SE-A'**, sabbado proximo, ás 15 horas, a opposição dos retratos do presidente Getulio Vargas e interventor Agamemnon Magalhães, na séde do Instituto dos Commercialarios nesta cidade.

O acto, que terá caracter solenne, será iniciado com o discurso do sr. Sebastião Maciel, director do referido Instituto, que apreciará a personalidade do presidente da Republica e a obra social executada pelo interventor federal.

Para assistir ás solenidades, já foram convidados o interventor Agamemnon Magalhães, prefeito Novaes Filho, general Christovam Barcellos, commandante da Região, capitão dos Portos, secretarios de Estado, Associação Commercial, Associação dos Empregados no Commercio, Imprensa, Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, Inspector do Trabalho, além das autoridades federaes, estaduais e municipaes.

**Chegará sabbado ao Rio o chanceller chileno Don José Ramon Gutierrez e as ho-**

hora por hora,  
trucidado pela  
de reconstrucc  
que constituem  
tria espera del  
grandeza. -- (D

**Folh**

ANNO I

**Cohesão e dis**

**IMPONENTE SO-  
LENNIDADE EM  
CASTEL GANDOLFO**

MILÃO, 19 (A. B.) — No salão suiso do palacio de verão de Castel Gandolfo, realizou-se, hoje, com a presença de S.S. o Papa Pio XI, uma sessão solenne do Instituto Biblico do Vaticano, para que fosse concedido, ao salesiano D. Jorge Castellini, o titulo de doutor das Escripturas Sagradas. O candidato ao titulo falou, perante duzentos professores, sobre "As lamentações e abastanças de Babylonia e Israel, comparadas na sua forma e conteúdo". O Summo Pontifice, que presidiu á sessão, felicitou o novo doutor. A cerimonia teve a assistencia das altas personalidades.

Folha da Manhã, reportagem sobre uma homenagem recebida pelo interventor pernambucano, Recife, 19/05/1938

## ANEXO C



Procuraram-se por isto todos os meios de debelamento do cactus, experimentaram-se meios químicos, vapores venenosos, tratores de construção especial, maquinismos diversos, tudo porem sem resultado economico.

Neste ponto, a comissão encarregada de orientar a campanha, lançou mão da luta biológica.

Sabia-se que em Ceilão existia uma cochonilha — não tintorial — que se alimentava do cactus.

Trouxeram-se colonias para Sidney. Infelizmente a cochonilha alimentava-se também de outras plantas, sendo diminutos os resultados.

Fundaram-se então estações encarregadas do estudo de numerosos insetos, á procura de uma especie de alimentação exclusiva do cactus invasor.

Emfim, o dr. Dodd, que viajara á America do Sul á procura do inseto desejado, levou do Uruguay larvas e ovos de um inseto de nome *Cactoblastis Cactorum*, cujo estudo revelou á comissão anteviasora um aliado insuperavel.

Depois de demoradas pesquisas chegou á conclusão da conveniencia de disseminar por todos os meios no cactal australiano o inseto providencial e a junta da Ply Pear gasta anualmente 100.000 dolars amparando o *cactoblastis* na luta de morte com o cactus.

Somente em 1927 foram distribuidos pelos campos da cactacea 3.000 milhões de ovos da *cactoblastis* e em 1930 a distribuição atingiu a 500 milhões.

Com este processo vão se conseguindo resultados maravilhosos; os estragos que este exercito formidavel de largatas vai fazendo no cactal impenetravel é evidente, prognosticando-se a victoria nesta luta sob muitos pontos de vista interessante.

— Ora, se lá na Australia a opuntia é uma praga, entre nós, pelo menos por enquanto não o é.

Cuide-se por isto que não o venha a ser, evitando-se o plantio negligente do cactus espinhoso, pela desatenção aos cuidados na escolha da semente e sobretudo evite-se que ao se plantar o cactus se faça a disseminação de algum inimigo natural cuja presença entre nós, se é desconhecida não pode todavia ser negada.

Quem garante que não tenhamos também o *cactoblastis Cactorum*?

APOLONIO SALES.

## A Indisciplina dos Costumes: O Que o Povo Lê e Vê

Cuido que um indice seguro da queda ou da elevação moral de um povo é a qualidade do que se lê. Partindo deste criterio, é forgoso concluir que nunca foi tão viva entre nós a dissolução moral. E a gente fica á pensar se isto é mesmo o nivel mental que está cahindo por falta duma educação catholica mais intensa, mais orthodoxa, e por falta de orientação já não reage, ou se é antes uma questão de contemporização, — melhor de concessão covarde — aos credos de Moscovo.

Eu peço á Deus que seja antes uma dissolução, dissolução por habito, por adaptação, e por uma concessão ás doutrinas communistas. Isto porque a adaptação é apenas uma perversão. O embotamento resultante dum erro de perspectiva capaz de concessão, no passo que toda concessão, sobretudo nos dominios da moral e do espirital, vale uma capitulação, quando não é a prova de um phenomeno mais triste ainda, — falta de caracter.

Sempre houve um rendoso commercio de livros licenciosos e de postaes indecentes, mas havia tambem alguma repressão policial que forçava uma certa elegancia de attitudo da parte dos vendedores. Era com uma certa simulação de decoro que se mettia por exemplo o erotico sr. Alfredo, Gallos no recanto mais escuro das estantes, fora das vistas do publico.

Isto tinha ao menos o merito de não attrahir a attenção dos fracos de espirito, inclinados á acolher sempre bem ás sollicitações do vicio e, sobretudo de não seduzir os menores.

Agora, porem, desapareceu essa meia dignidade que occultava as "collecções galantes", as "leituras de alcova", as "novelas brejeiras".

Aliás, nos pontos de venda, são collocadas á mostra com a mais desenvolta semcerimonia. O chamariz, o enticement é a celebre revista allemã *Lieben* que eu não sei porque, nem para que vem a esta terra, onde ninguém sabe allemão. Essa revista tem aqui uma porção de... leitores? Não, compradores que á procuraram somente pelo praser libidinoso de ver o nu'. *Lieben* é uma revista de propaganda da seita dos nus tão em moda agora do outro lado do Atlantico em certos pontos onde a humanidade "já se emancipou, pela cultura dos preconceitos moraes". A senha que lhe dá livre curso é o rotulo de "scientifico". Ora, todo mundo sabe bem que sciencia ahí é tapençião. E entre nós, onde o nivel cultural é um X, a coisa passa de mentira,

deslavada á comicidade pornographica. O interesse sciencífico se reduz a puro libidinismo.

E agora o aspecto grave do caso: são os menores em maior numero os frequentadores assíduos dessa revista. E' pois, impressionante o perigo que representa para estas intelligencias em botão, para estas almas que se ca'tão modelando, a influencia nefasta de semelhante contacto. Esta revista completa as leituras obscenas e age pelo entorpecimento moral, embotando a sensibilidade, creando pelo erro de perspectiva que dá, uma noção fundamentadamente erronea da moral. Portanto em termos inaceitaveis para um paiz catholico. Este erro inicial pode e deve ser evitado pela policia. Basta para isto um pouco mais de zelo prophylactico.

Nas vitrines dos vendedores, figura ao lado de *Lieben* todo o estado maior da pornographia, occupando o lugar de honra que deveriam occupar os livros de justo renome, capazes de concorrer para a formação moral de uma nação catholica. Que a policia vareje e destrua corajosamente esses detritos, esses dejectos que á intelligencia espuria e deviciada da sua finalidade vai fermentando, na inspiração do vicio, á sombra da impunidade.

A gente se aproxima de um desses pontos de revista, onde constantemente pairam alguns menores de olhos lubrificantes pregados numa dessas revistas e pede "A Ordem".

—A Ordem?!

O vendedor arregala os olhos e a gente constata que elle não a conhece. Ou o que é peor: conhece mas não a vende.

O liberalismo já de si, é uma cousa que fede á bóde de longe; tem na essencia e na forma aquelle mesmo getitão do protestantismo. Levado, pois á esses extremos, pede um vivo protesto da nossa consciencia catholica.

A formação espirital e mental da juventude não deve nem pode ser um facto alatorio, que se deixe ao sabor de occurrencias fortuitas. O Governo deve intervir e preparar o ambiente. E' formar a consciencia catholica da nação.

Porque vacillar?

Será que o trabalho de sapa do communismo já conseguiu modificar as attitudes das nossas autoridades, dando-lhes uma falsa concepção dos seus deveres e das suas attribuições? Ou é o medo physico de agir?

Prefiro a primeira hypothese.

Porque onde ha um erro ha sempre esperanza de corrigillo, mas se ha falta de coragem para cumprir um dever moral, então está tudo perdido.

João Vasconcellos

## Antes da Constituição

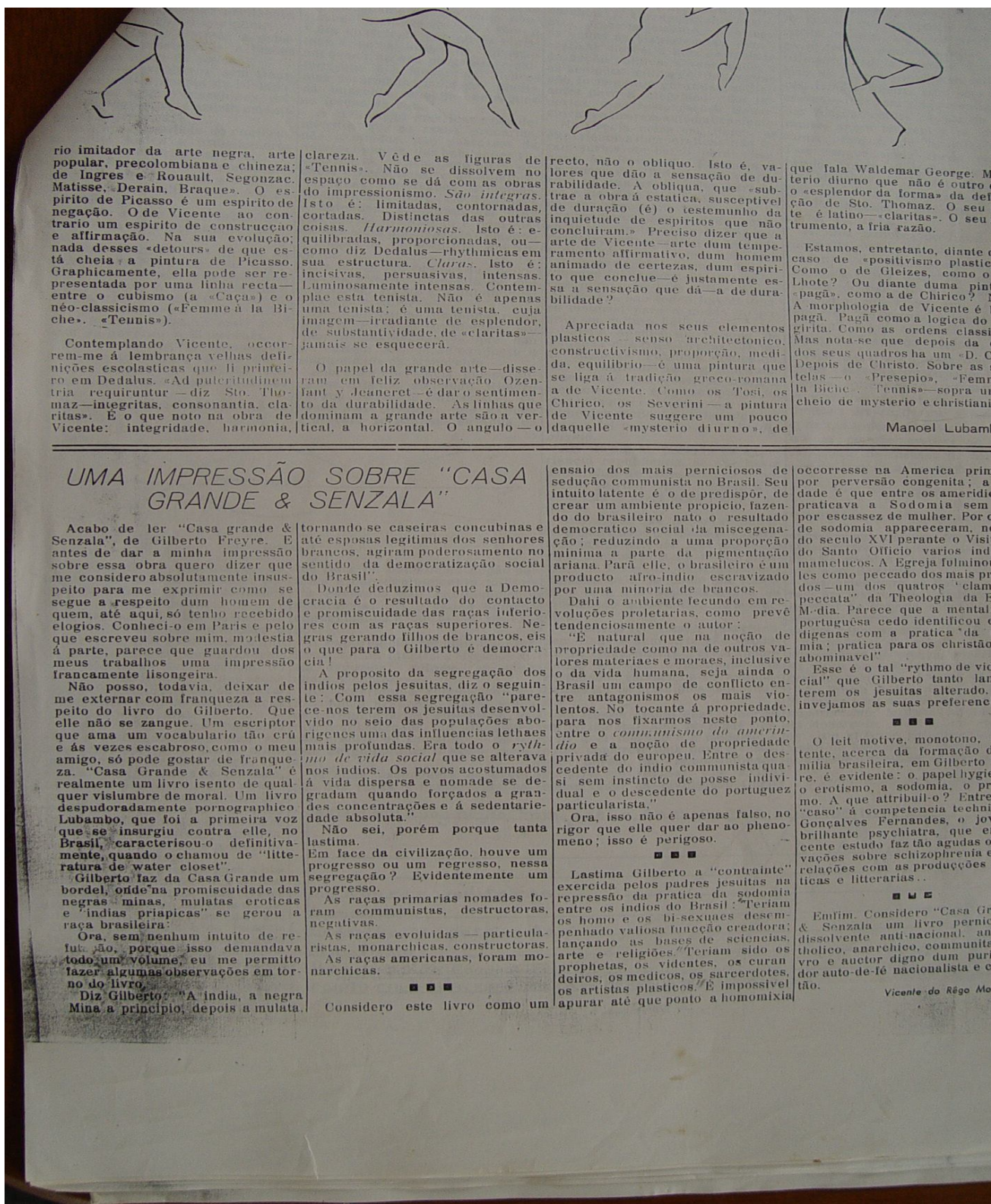
Ha um aspecto ainda na solução do problema social e politico brasileiro que não foi considerado com a attenção que merece á sua relevancia. Fala-se muito em *brasilidade* quando se quer dizer que tudo aqui deve ser nosso e muito nosso. E com essa conceito se dispensam os nossos sociologos de um exatissimo demorado nos dados historicos cujo entrelaçamento constitui a nossa vida de organismo politico e através dos quaes poderíamos ler as nossas conclusões. Urge, evidentemente, uma revisão nesse conceito, da mesma forma que urge uma revisão no preconceito que regeita, com o proclamado intento de só se admitirem coisas nossas todos elementos racionais e organisador. Com effeito, não se pode construir coisa alguma sem primeiro uma classificação de acontecimentos. Nem tudo que á historia registra deve ser tido como *brasilidade*. Nem tudo que é *brasilidade* deve ser querido como brasileiro. Fize-se preciso em todo o trabalho de nossa sociologia politica encontrar a idéa que deu forma á nação. Acompanha-la nas vicissitudes de sua passagem ao longo dos seculos de nossa existencia para saber quando ella presidiu á nossa historia e quando ella foi escaqueada e afastada. Considerar, por exemplo, que foi ella que tomou a mão dos mestres de obras para construir as Igrejas que ainda hoje se vêem em Iguarassu e que não foi ella que guiou a mão de Frei Caneca para escrever proclamações republicanas. Que ella existia em André Vidal que se confessava e comungava toda a vez que la combater contra o h olandez protestante, e que ella não existia no aventureiro Garibaldi que se esforçava por dest ruir a unidade da terra que não era dele.

Essa classificação de acontecimentos, como chamei, tem de estar no inicio de uma politica brasileira. Depois é preciso ainda para quem deseja fazer uma obra honesta atender aos elementos racionais que não podem deixar de entrar quando se quer dar expressão institutional ao corpo da nação. E ainda aqui vê-se como o exclusivismo de descobrir a *brasilidade* pode infelizmente matar a necessidade de se criar o direito constitucional. Os dados racionais aqui, se tem a formula politica, devem organizar os dados reaes. As mais recentes cartas constitucionaes dos povos europeus foram elaboradas pelos professores de Direito Publico. Kelsen na Austria; Preuss na Alemanha. Na Espanha deu-se o nome interessante. O prof. Onorio Y Gallardo foi incumbido de apresentar um projecto de constituição. E ele o fez. Mas esse projecto de constituição que por sinal era mais avançado no sentido de representação profissional de classe foi substituído

Revista Fronteiras, artigo de João Vasconcellos sobre a influência negativa de determinados livros, Recife, agosto de 1932.



## ANEXO D



rio imitador da arte negra, arte popular, precolombiana e chinesa; de Ingres e Rouault, Segonzac, Matisse, Derain, Braque». O espírito de Picasso é um espírito de negação. O de Vicente ao contrário um espírito de construção e afirmação. Na sua evolução; nada desses «detours» de que está cheia a pintura de Picasso. Graphicamente, ella pode ser representada por uma linha recta—entre o cubismo (a «Caça») e o neo-classicismo («Femme à la Biche», «Tennis»).

Contemplando Vicente, occorrem-me á lembrança velhas definições escolásticas que li primeiro em Dedalus. «Ad pulcritudinem tria requiruntur—diz Sto. Thomaz—integritas, consonantia, claritas». É o que noto na obra de Vicente: integridade, harmonia,

clareza. Vêde as figuras de «Tennis». Não se dissolvem no espaço como se dá com as obras do impressionismo. São integras. Isto é: limitadas, contornadas, cortadas. Distinctas das outras coisas. Harmoniosas. Isto é: equilibradas, proporcionadas, ou—como diz Dedalus—rhythmicas em sua estrutura. Claras. Isto é: incisivas, persuasivas, intensas. Luminosamente intensas. Contemplae esta tenista. Não é apenas uma tenista; é uma tenista, cuja imagem—irradiante de esplendor, de substancialidade, de «claritas»—jamais se esquecerá.

O papel da grande arte—disse-ram em feliz observação Ozenfant y Jeanneret—é dar o sentimento da durabilidade. As linhas que dominam a grande arte são a vertical, a horizontal. O angulo—o

recto, não o obliquo. Isto é, valores que dão a sensação de durabilidade. A obliqua, que «subtrae a obra á statica, susceptivel de duração (é) o testemunho da inquietude de espiritos que não concluíram.» Preciso dizer que a arte de Vicente—arte dum temperamento affirmativo, dum homem animado de certezas, dum espirito que conclue—é justamente essa a sensação que dá—a de durabilidade?

Apreciada nos seus elementos plasticos—senso architectonico, constructivismo, proporção, medida, equilibrio—é uma pintura que se liga á tradição greco-romana a de Vicente. Como os Tosi, os Chirico, os Severini—a pintura de Vicente sugere um pouco daquelle «mysterio diurno», de

que fala Waldemar George. M caso de «positivismo plastic Como o de Gleizes, como o Lhote? Ou diante duma pint pagã, como a de Chirico? N A morphologia de Vicente é l pagã. Pagã como a logica do girita. Como as ordens classi Mas nota-se que depois da dos seus quadros ha um «D. C. Depois de Christo. Sobre as telas—o «Presepio», «Fem la Biche», «Tennis»—sopra um cheio de mysterio e christiani

Manoel Lubam

## UMA IMPRESSÃO SOBRE "CASA GRANDE & SENZALA"

Acabo de ler "Casa grande & Senzala", de Gilberto Freyre. E antes de dar a minha impressão sobre essa obra quero dizer que me considero absolutamente insuspeito para me exprimir como se segue a respeito do homem de quem, até aqui, só tenho recebido elogios. Conheci-o em Paris e pelo que escreveu sobre mim, molestia á parte, parece que guardou dos meus trabalhos uma impressão francamente lisongeira.

Não posso, todavia, deixar de me externar com franqueza a respeito do livro do Gilberto. Que elle não se zangue. Um escriptor que ama um vocabulario tão crú e ás vezes escabroso, como o meu amigo, só pode gostar de franqueza. "Casa Grande & Senzala" é realmente um livro isento de qualquer vislumbre de moral. Um livro despueradamente pornographico. Lubambo, que foi a primeira voz que se insurgiu contra elle, no Brasil, caracterisou-o definitivamente, quando o chamou de "litteratura de water closet".

Gilberto faz da Casa Grande um bordel, onde na promiscuidade das negras minas, mulatas eroticas e "indias priapicas" se gerou a raça brasileira.

Ora, sem nenhum intuito de re-lutão, porque isso demandava todo um volume, eu me permitto fazer algumas observações em torno do livro.

Diz Gilberto: "A india, a negra Mina a principio, depois a mulata,

tornando-se caseiras concubinas e até esposas legitimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil".

Donde deduzimos que a Democracia é o resultado do contacto e promiscuidade das raças inferiores com as raças superiores. Negras gerando filhos de brancos, eis o que para o Gilberto é democracia!

A proposito da segregação dos indios pelos jesuitas, diz o seguinte: Com essa segregação "parece-nos terem os jesuitas desenvolvido no seio das populações aborigenas uma das influencias lethaes mais profundas. Era todo o *rhythmo de vida social* que se alterava nos indios. Os povos acostumados á vida dispersa e nomade se degradam quando forçados a grandes concentrações e á sedentariedade absoluta."

Não sei, porém porque tanta lastima.

Em face da civilização, houve um progresso ou um regresso, nessa segregação? Evidentemente um progresso.

As raças primarias nomades foram communistas, destructoras, negativas.

As raças evoluídas—particularistas, monarchicas, constructoras.

As raças americanas, foram monarchicas.

Considero este livro como um

ensaio dos mais perniciosos de sedução comunista no Brasil. Seu intuito latente é o de predispor, de crear um ambiente propicio, fazendo do brasileiro nato o resultado democratico social da miscogenação; reduzindo a uma proporção minima a parte da pigmentação ariana. Para elle, o brasileiro é um producto afro-indio escravizado por uma minoria de brancos.

Dahi o ambiente leucido em revoluções proletarias, como prevê tendenciosamente o autor:

"É natural que na noção de propriedade como na de outros valores materiaes e moraes, inclusive o da vida humana, seja ainda o Brasil um campo de conflicto entre antagonismos os mais violentos. No tocante á propriedade, para nos fixarmos neste ponto, entre o *communismo do amerindio* e a noção de propriedade privada do europeu. Entre o descendente do indio comunista quasi sem instincto de posse individual e o descendente do portuguez particularista."

Ora, isso não é apenas falso, no rigor que elle quer dar ao phenomeno; isso é perigoso.

Lastima Gilberto a "contrainte" exercida pelos padres jesuitas na repressão da pratica da sodomia entre os indios do Brasil: "Teriam os homo e os bi-sexuaes desempenhado valiosas funções creadoras, lançando as bases de sciencias, arte e religiões. Teriam sido os prophetas, os videntes, os curandeiros, os medicos, os sacerdotes, os artistas plasticos. É impossivel apurar até que ponto a homomixia

occorresse na America primitiva por perversão congenita; a dada é que entre os amerindios praticava a Sodomia sem por escassez de mulher. Por o de sodomia appareceram, no do século XVI perante o Visi do Santo Officio varios ind amelicos. A Igreja fulminou les como peccado dos mais pr dos seus quadros "clam peccata" da Theologia da E M-dia. Parece que a mentali portuguesa cedo identificou o digenas com a pratica "da mia"; pratica para os christia abominavel".

Esse é o tal "rhythmo de vida" que Gilberto tanto lam terem os jesuitas alterado. invejamos as suas preferen

O leit motive, monotono, tente, acerca da formação d milia brasileira, em Gilberto re, é evidente: o papel hygie o erotismo, a sodomia, o pr mo. A que attribui-o? Entre "caso" á competencia techni Gonçalves Fernandes, o Jov brilhante psychiatra, que e cente estudo faz tão agudas o vações sobre schizoprenia e relações com as produções ticas e litterarias.

Enfim, Considero "Casa Gr & Senzala" um livro pernicio dissolvente anti-nacional, an tholico, anarchico, communita vro e auctor digno dum puri dor auto-de-fé nacionalista e o tão.

Vicente do Régo Mo

Revista Fronteiras: Artigo sobre Casa Grande e Senzala que resalta a "pornografia" de Gilberto Freyre, Recife, agosto de 1932.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)